

**UNIVERSIDADE DO ALGARVE**

***AS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A  
SUA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE  
REESTRUTURAÇÃO URBANA  
O CASO DOS BAIRROS TRINDADE E MONARQUINA EM SETÚBAL***

**Elsa Maria de Almeida Duarte**

Relatório de Estágio para a obtenção do  
**Grau de Mestre em Arquitetura Paisagista**

Trabalho efetuado sob a orientação de:

Professor Doutor Desidério Batista (Orientador Interno)  
Arquiteta Alexandra Marques (Orientadora Externa da Divisão de Planeamento Urbanístico)

**2013**

---

***AS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO E A SUA  
INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE UM PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO  
URBANA***

***O CASO DOS BAIRROS TRINDADE E MONARQUINA EM SETÚBAL***

“Declaração de autoria de trabalho.”

“Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados são devidamente citados no texto e constam na listagem de referências incluída.”

---

“Copyright” de Elsa Maria de Almeida Duarte.

“A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.”

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos os que participaram no meu percurso académico e influenciaram a minha formação. Agradeço aos meus orientadores, o Professor Doutor Desidério Batista e a Arquiteta Alexandra Marques. À arquiteta Alexandra Marques, pelo acompanhamento e orientação, prestados no decorrer do estágio na Câmara Municipal de Setúbal – Divisão de Planeamento Urbanístico, e ao Professor Desidério Batista, pelo apoio, incentivo e orientação prestados durante o desenvolvimento da presente tese de mestrado. A ambos agradeço os conhecimentos que me foram transmitidos durante este processo.

Por fim, agradeço também, à minha família e amigos, pelo apoio e incentivo demonstrados no decorrer da elaboração deste trabalho e também, ao longo do meu percurso académico.

A todos, o meu sincero, muito obrigada.

## RESUMO

É crescente a consciencialização da existência de âmbitos disciplinares como, a Ecologia Urbana, e a crescente preocupação com a criação de espaços mais sustentáveis (ambiental, social e economicamente) nas nossas cidades. Pelo que se torna, cada vez mais recorrente a abordagem a temáticas como a reabilitação, requalificação, renovação e reestruturação urbana, de áreas degradadas ou em processo de degradação nos núcleos urbanos. Estas novas abordagens criam e potenciam a criação de modelos de planeamento urbano, que se focam na revitalização de áreas degradadas das cidades, segundo as quatro dimensões do espaço público: a dimensão sociológica, composta pelos âmbitos disciplinares, sociologia, antropologia e psicologia; a dimensão económica e política; a dimensão arquitetónica, composta pela pelos âmbitos disciplinares da, arquitetura e urbanismo; e a dimensão ambiental que contempla como âmbitos disciplinares, a ecologia e a arquitetura paisagista. Nesta perspetiva, é fundamental, a adoção de uma visão global e abrangente sobre o espaço público, aplicado, ao tema da reestruturação urbana, culminando num “plano urbanístico” ou projeto urbano, mais integrador e integrado de acordo com as dimensões do espaço público, respeitando sempre a identidade do local, e da população que o habita.

No estágio profissional realizado na Câmara Municipal de Setúbal – Departamento de Planeamento Urbanístico, desenvolveu-se o estudo e projeto de reestruturação urbana, de dois bairros muito degradados da cidade, os bairros Trindade e Monarquina em Setúbal, adotando como princípio de intervenção, a visão holística e interdisciplinar, atrás referida e que caracteriza a prática da Arquitetura Paisagista.

**Palavras-chave:** Cidade, reestruturação urbana, intervenção, dimensões, espaço público.

## ABSTRACT

The awareness of the existence of disciplinary subjects such as *urban ecology* and the growing concern for the creation of more sustainable areas (environmental, social and economically) in our cities is growing. This causes a more frequent approach to subjects like rehabilitation, requalification, renovation and urban reconstruction of demolished areas or in the process of degradation in the urban nucleus. These new approaches create model plans that focus on revitalizing degraded areas in cities, in the four dimensions of the public spaces:

- The sociological dimension made up from disciplinary subjects, sociology, anthropology and psychology.

- The economic and political dimensions.

- The architectural dimensions which are made up from the subjects of architecture and urbanism.

- The environmental dimension which emphasizes with the subjects, ecology and the landscaping architecture.

In this perspective it's fundamental the adaption of a global vision and embracing of public spaces, applied to the theme of urban reconstruction, accumulated in 'urban plan' or urban project, more integrated and integrating according to the public space dimensions, always respecting the local identity and its residences.

In the professional study developed in the council of Setubal - Department of Urban Planning was developed a study and a project of urban reconstruction of two degraded neighborhoods within the city, Trindade and Monarquina in Setubal, adapted as an interventional principle, holistic vision and cross-discipline actions, above referenced, which characterizes the practice of Landscaping Architecture.

**Keywords:** city, urban reconstruction, intervention, dimensions, public spaces.

## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>2</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>3</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>4</b>
<b>ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS</b> .....	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>I. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTÁGIO</b> .....	<b>11</b>
<b>1. APRESENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO – DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL</b> .....	<b>12</b>
<b>2. ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O ESTÁGIO</b> .....	<b>13</b>
<b>3. PROJETOS MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDOS PELA DIPU</b> .....	<b>15</b>
<b>4. ANÁLISE E PROPOSTAS PARA UM FUTURO DESENVOLVIMENTO DA DIPU</b> ...	<b>15</b>
<b>5. COMPETENCIAS DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO</b> .....	<b>16</b>
<b>II. INVESTIGAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>17</b>
<b>AS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO – COMO ESTAS AFETAM A CONCEÇÃO DE UM PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA</b> .....	<b>17</b>
<b>1. OBJETIVOS</b> .....	<b>17</b>
<b>2. METODOLOGIA UTILIZADA</b> .....	<b>18</b>
<b>3. QUATRO ÂMBITOS DISCIPLINARES REPRESENTATIVOS DAS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO</b> .....	<b>19</b>
<b>3.1. SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E PSICOLOGIA</b> .....	<b>19</b>
3.1.1. Lugar, não-lugar, espaço e identidade.....	20
3.1.2. A relação do ser humano com o meio urbano .....	23
3.1.3. As transformações urbanas - uma nova urbanidade / a privatização do espaço público.....	25
3.1.4. A apropriação do espaço público e o que este significa para a população urbana e as relações sociais.....	31
3.1.5. O espaço público: As tipologias, as exigências sociais e culturais, e a sua conceção.	32
<b>3.2. POLÍTICA E ECONOMIA</b> .....	<b>38</b>
3.2.1. As Políticas Urbanas e a sua relação com a Economia.....	38
3.2.2. A influência das dinâmicas político-económicas na ocupação e forma do espaço público urbano.....	39
<b>3.3. ARQUITETURA E URBANISMO</b> .....	<b>44</b>
3.3.1. Principais conceitos da arquitetura e urbanismo .....	44
3.3.2. O processo de urbanização .....	46
3.3.3. Tipologias de espaços públicos .....	50
3.3.4. Diretrizes para a conceção do espaço público .....	52
<b>3.4. ARQUITETURA PAISAGISTA E ECOLOGIA</b> .....	<b>57</b>
3.4.1. O Território e a Paisagem Urbana .....	57
3.4.2. A visão abrangente e a abordagem integradora .....	58
3.4.3. A importância da Natureza na cidade e a multifuncionalidade do espaço público urbano.....	61

3.4.4. Análise de cinco projetos de espaço público que contemplam particularidades decorrentes das quatro dimensões do espaço público .....	67
<b>III. INVESTIGAÇÃO APLICADA .....</b>	<b>72</b>
<b>A. ESTUDO URBANÍSTICO DOS BAIROS DIAS, MONARQUINA E MOINHO DO FRADE.....</b>	<b>73</b>
1. ENQUADRAMENTO LEGAL E URBANO.....	74
2. JUSTIFICAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO .....	74
3. CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA MALHA URBANA.....	75
3.1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-SOCIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	75
3.2. A VIVÊNCIA DO ESPAÇO .....	79
3.2.1. Quem e como vive o espaço público.....	79
3.2.2. A vivência do espaço para a conceção de propostas de intervenção .....	81
3.2.3. “Participação Pública” .....	81
4. BREVE LEITURA DA ESTRUTURA URBANA.....	82
4.1. ESPAÇO EDIFICADO.....	83
4.2. ESPAÇO EXTERIOR.....	84
4.2.1. Barreiras arquitetónicas e pontos de conflito .....	86
4.3. ANÁLISE SWOT .....	86
5. AS QUATRO DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO.....	94
6. BASE PROGRAMÁTICA.....	96
7. PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS BAIROS TRINDADE E MONARQUINA.....	97
7.1. ESTUDO URBANÍSTICO.....	97
7.1.1. Edificado Proposto.....	98
7.1.2. Circulação Viária e Estacionamento.....	100
7.1.3. Eliminação/Minimização de Barreiras Arquitetónicas e Pontos de Conflito e Acessibilidades.....	101
7.1.4. Estrutura Ecológica Urbana .....	102
<b>B. PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO PARA O BAIRRO TRINDADE.....</b>	<b>104</b>
1. PROGRAMA .....	104
2. ESTRATÉGIA E CONCEITO DE INTERVENÇÃO .....	105
2.1. PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL .....	105
2.2. ALTIMETRIA.....	107
2.3. PAVIMENTOS.....	108
2.4. SISTEMA DE VEGETAÇÃO.....	110
2.5. FASEAMENTO .....	114
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>118</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>125</b>
DECLARAÇÃO DE ESTÁGIO.....	126
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO - Localização da área em estudo.....	123

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 1 .....	128
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 2 .....	138
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 3 .....	146
FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 4 .....	154

## ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS

Fase de elaboração	Designação	Escala	Peça n.º
Análise	<b>Planta de Enquadramento</b>	1/5000	01
Análise	<b>Extrato da Planta de Ordenamento do PDM</b>	1/5000	02
Análise	<b>Extrato da Planta de Condicionantes do PDM</b>	1/5000	03
Análise	<b>Planta de Compromissos Urbanísticos</b>	1/2000	04
Análise	<b>Planta da Situação Existente</b>	1/1000	05
Análise	<b>Planta do Estado de Conservação do Edificado</b>	1/1000	06
Análise	<b>Planta de Usos do Edificado e número de Pisos</b>	1/1000	07a / 07b
Análise	<b>Planta do Estado de Conservação do Espaço Público</b>	1/1000	08
Análise	<b>Planta de ocupação do espaço público/ Espécies arbóreas/ Sentidos de trânsito</b>	1/1000	09
Análise	<b>Planta de Pavimentos</b>	1/1000	10
Análise	<b>Planta de Barreiras Arquitetónicas/Pontos de Conflito</b>	(várias)	11
Estudo Prévio	<b>Planta de Implantação</b> – Estudo Urbanístico	1/1000	01
Estudo Prévio	<b>Plano Geral</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/500	02
Estudo Prévio	<b>Planta de localização de perfis e perspetivas</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/500	03
Estudo Prévio	<b>Perfis longitudinais e transversais</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/250	04
Estudo Prévio	<b>Perspetivas e vistas</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	Sem escala	05
Estudo Prévio	<b>Plano de Implantação altimétrica</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/500	06
Estudo Prévio	<b>Plano de Pavimentos e Sistema viário</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/500	07
Estudo Prévio	<b>Plano de Plantação</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/500	08
Estudo Prévio	<b>Faseamento</b> - Proposta de Organização de Espaços Públicos para o Bairro Trindade	1/750	09

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho surge no âmbito do desenvolvimento da Tese de Mestrado em Arquitetura Paisagista, segundo o modelo de estágio profissional, desenvolvido na Câmara Municipal de Setúbal - Divisão de Planeamento Urbanístico. O presente trabalho é composto por três capítulos. No primeiro capítulo, é feita uma contextualização do estágio e são traçados os principais objetivos do mesmo, terminando com uma breve análise crítica, à Divisão de Planeamento Urbanístico (DIPU) e ao estágio desenvolvido nesta divisão, na qual são também apresentadas algumas propostas para o desenvolvimento da DIPU. No segundo capítulo é desenvolvido o tema que serve de título ao presente trabalho, segundo uma investigação teórica sobre as quatro dimensões do espaço público urbano, sendo que, cada dimensão é representada por diferentes grupos de âmbitos disciplinares, organizados segundo a proximidade de conhecimentos que são abordados entre disciplinas. Assim, inicialmente é feito um estudo sobre a, sociologia, psicologia e antropologia, disciplinas representativas da dimensão sociológica do espaço público; seguindo-se a dimensão económica e política do espaço público, para a qual, foi feito estudo segundo, a influência da economia e das políticas urbanas no espaço; em seguida é estudada a dimensão arquitetónica do espaço público, segundo a arquitetura e urbanismo; e por fim, é então, estudada a dimensão ambiental do espaço público, segundo a ecologia e a arquitetura paisagista, disciplina esta, que tem como prática, a intervenção no espaço segundo uma visão holística e interdisciplinar. Por último, o terceiro capítulo, é destinado à investigação aplicada, que se subdivide em dois subcapítulos. No primeiro subcapítulo, é apresentado o Estudo Urbanístico dos Bairros Trindade e Monarquina em Setúbal, e a análise inerente ao conhecimento da área em estudo, também como o plano reestruturação urbana, para estes dois bairros. Já no último subcapítulo, é então, apresentado o projeto de reestruturação urbana para o Bairro Trindade.

Neste trabalho, é proposto o **estudo das quatro dimensões do espaço público, associadas ao tema da reestruturação urbana**, e como estas dimensões influenciam o desenvolvimento de um projeto de reestruturação urbana, visto que as áreas alvo de intervenção, possuem características negativas para a habitabilidade e vivência no espaço, tanto ao nível do edificado, como ao nível do espaço público. Tratam-se de dois bairros inseridos na malha urbana consolidada da cidade de Setúbal, que se encontram em muito mau estado de conservação, e que não possuem qualquer tipo de espaço destinado ao uso coletivo de recreio e lazer, nem apresentam uma organização espacial coerente com as necessidades de mobilidade e acessibilidade, tanto ao nível de vias viárias, como de passeios pedonais. Estes dois bairros apresentam também, problemas sociais, culturais e de segurança pública, que contribuem, para a imagem negativa que se tem atualmente desta parte da

cidade, e que contribui para o abandono da mesma. Pelo que se entende, que é necessária a intervenção nesta parcela do território, inserida numa malha urbana consolidada, que estabelece contacto com as principais vias de acesso da cidade e com alguns dos principais serviços exercidos na cidade. Os dois bairros em questão, o bairro Trindade e Monarquina, são assim alvo da proposta de um projeto de reestruturação urbana, visto, que ambos integram grandes áreas habitacionais a demolir, e também são propostos equipamentos de uso coletivo e espaços de recreio e lazer de uso público coletivo (espaços atualmente inexistentes na área de intervenção) de acordo com o Regulamento do PDM, associados a um processo de regularização do tecido urbano, contemplando, as características do local e pré-existências, as pessoas que nele habitam e as reais necessidades exigidas para estes núcleos. É assim conferida aos espaços, uma nova forma, amplitude e importância, contemplando características das quatro dimensões do espaço público urbano, que vão desde a dimensão social, político-económica, arquitetónica, à dimensão ecológica e ambiental.

Para dar resposta à investigação aplicada deste trabalho, a componente prática do presente trabalho desenvolvida na Divisão de Planeamento Urbanístico, da Câmara Municipal de Setúbal, foi realizada em dois momentos distintos. Numa primeira fase foi realizada uma análise às principais características do edificado (usos, estado de conservação e organização), e do espaço público (tipologias, e estado de conservação) dos dois bairros, na qual foi também introduzida, uma análise à população residente, na qual através da permanência no local, foi possível aferir, quem são os principais transeuntes nos bairros e quem são os seus habitantes, de acordo com a sua cultura e etnias, o que permitiu também obter por parte de alguns residentes e transeuntes, a opinião que estes têm sobre os espaços onde residem e por onde transitam. A análise efetuada permitiu desta forma, obter um melhor conhecimento sobre a realidade do local, e da população residente. Na segunda fase de trabalho, procedeu-se ao desenvolvimento de uma proposta de reestruturação dos bairros, que contempla **duas escalas de intervenção distintas**. A primeira, a do **planeamento urbano**, no qual, é proposto um novo desenho de reestruturação urbana para os bairros Trindade e Monarquina (à escala 1/1000), respeitando algumas pré-existências e contemplando a estrutura da restante malha urbana, que integra estes dois núcleos, e de acordo com as condicionantes e exigências do Regulamento do PDM. Em seguida, e à escala do projeto, é desenvolvido com maior pormenor o **projeto de reestruturação** urbana, incidindo unicamente no bairro Trindade (à escala 1/500), pois é este que apresenta maiores deficiências, tanto ao nível da estruturação do espaço público, como ao nível do edificado, que à semelhança do espaço público, encontra-se maioritariamente em mau estado de conservação, impactando negativamente, as condições de vivência e habitabilidade neste local. Visto que se trata da complementaridade entre escalas, tanto o plano urbanístico proposto para os Bairros Trindade e Monarquina, como o projeto de

reestruturação do Bairro Trindade, têm subjacente a intenção da revitalização desta área da cidade, tornado os seus espaços públicos mais atrativos e convidativos à estadia prolongada, associados como já foi referido anteriormente à estrutura edificada, visto que e segundo as quatro dimensões do espaço público, a componente edificada e de espaços públicos, complementam-se, reforçando a vitalidade de um novo bairro, reestruturado e pensado a partir do espaço público, para quem vive no local.

## I. CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTÁGIO

O estágio foi realizado na Câmara Municipal de Setúbal, mais exatamente na Divisão de Planeamento Urbano (DIPU) do Departamento de Urbanismo (DURB). O mesmo teve a duração de oito meses, com início a 19 de março e término a 30 de novembro (Declaração de Estágio em anexo). O estágio teve como objetivo primordial a elaboração de um novo Estudo Urbanístico para uma área que integra seis Bairros da Cidade de Setúbal – o Bairro Dias, Trindade (também conhecido como Bairro do Moinho do Frade), Lopes, Monarquina, Bairro Nossa Sra. da Conceição e Praça de Portugal (alguns destes bairros integram apenas parcialmente a área definida inicialmente para o estudo urbanístico), sendo que posteriormente a área inicialmente definida para o estudo foi reduzida para dois bairros - o Bairro Trindade e Monarquina, tornando-se esta a área de intervenção, visto que estes dois bairros são os que apresentavam maiores problemas tanto ao nível urbanístico e do espaço público, como também a nível social. O novo Estudo Urbanístico surge da necessidade de corrigir e atualizar, um estudo anterior realizado inicialmente em 1997 - o Estudo de Ordenamento Urbano do Bairro Dias, Monarquina e Moinho do Frade (com n.º de arquivo J180). Este estudo contempla unicamente áreas de implantação do edificado e alinhamentos marginais, que se encontram completamente desfasadas da atual realidade da morfologia do lugar. Pelo que se considerou de extrema importância desenvolver um novo estudo, que adota-se uma visão integradora do espaço, através de um novo desenho urbano, que contempla a sua reestruturação considerando simultaneamente áreas a edificar e espaços públicos, numa conceção abrangente e integradora de ambos, uma vez que estes elementos se influenciam mutuamente.

Desta forma o estágio desenvolveu-se tendo em vista o cumprimento dos seguintes objetivos:

1. Elaboração de um estudo urbanístico para os bairros Trindade e Monarquina, com as respetivas análises necessárias ao seu desenvolvimento;
2. A elaboração de um projeto de reestruturação do espaço público do Bairro Trindade, desenvolvido até à fase de Estudo Prévio, com a inclusão de algumas peças mais pormenorizadas de planos de plantaço, pavimentos e plano de implantação altimétrica.
3. Definição de um Faseamento de obra, para o Bairro Trindade, para a qual foram consideradas as dimensões socioeconómicas do local e a capacidade económica do Município em dar resposta ao desenvolvimento de um trabalho desta dimensão.

Durante o estágio estive integrada numa equipa multi e pluridisciplinar, composta por uma arquiteta – a arquiteta Alexandra Marques (orientadora da CMS-DIPU), um geógrafo – Vasco Raminhas e uma

socióloga – Isabel Reis, e também um outro aluno estagiário de geografia – David Calvo, com o qual foi desenvolvida em grupo a fase de caracterização e análise dos dois bairros que integram a área em estudo.

## **1. APRESENTAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO – DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL**

O estágio tal como já foi referido anteriormente, foi realizado na Divisão de Planeamento Urbanístico (DIPU), do Departamento de Urbanismo (DURB) de Câmara Municipal de Setúbal (CMS). A DIPU é uma das cinco divisões que constituem o DURB, as restantes são, DITA – Divisão Técnico Administrativa, DIGU – Divisão de Gestão Urbanística, DIMIU – Divisão de Mobilidade e Imagem Urbana e por fim o GAMA – Gabinete Municipal de Azeitão. Sendo que à DURB “incube genericamente, o planeamento, controlo do desenvolvimento urbanístico, assegurar a correta ocupação do solo, de acordo com os parâmetros legais e os instrumentos de planeamento, promover a adequada integração urbanística de edifícios, estruturas, ou infraestruturas ou equipamentos, desenvolver a gestão, recuperação e requalificação urbanística, nomeadamente nos centros históricos, conduzir os processos negociais que visem a aquisição ou alienação de solos pelo Município e a promoção da qualidade da imagem urbana e as condições que garantam a mobilidade para todos”.<sup>1</sup> À DIPU por sua vez, incube “a preparação e elaboração de instrumentos de gestão do território; a elaboração de estudos e projetos de operações urbanísticas de iniciativa municipal; a implementação e gestão, em cooperação com os serviços técnicos de informática e os demais serviços municipais, do sistema de informação georreferenciada”.<sup>2</sup> A DIPU integra ainda o Núcleo de Apoio Administrativo (NAA), o Setor de Planeamento Urbanístico (SPU) e o Gabinete do Sistema de Informação Geográfica (GASIG).<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Setúbal. D.R. II Série, 57 (23-3-2010).

<sup>2</sup> *Idem*

<sup>3</sup> *Idem, Ibidem*

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS DURANTE O ESTÁGIO

Durante o período de estágio, as atividades e trabalhos realizados, foram desenvolvidas no âmbito do estudo urbanístico dos Bairros Dias, Monarquina e Moinho do Frade, que culmina na elaboração de uma proposta de reestruturação urbana para o bairro Trindade e Monarquina, e são enumerados em seguida:

1. Levantamento dos planos urbanísticos existentes para área em estudo definida inicialmente (a área em estudo alargada), a qual integra seis bairros da cidade de Setúbal: Dias, Monarquina, Trindade (também chamado de bairro do Moinho do Frade), bairro Lopes, Praça de Portugal e o bairro da Nossa Senhora da Conceição. Este levantamento teve como finalidade aferir a existência de compromissos urbanísticos para a área, os quais teriam que ser respeitados e reproduzidos no novo estudo urbanístico proposto;
2. Elaboração de uma ficha de caracterização do espaço público – verificada a inexistência de uma ficha de caracterização do espaço público, considerou-se necessária a criação de uma ficha, que não só serve de guião à análise a efetuar mas também contém toda a informação necessária para o conhecimento do estado de conservação do espaço público em questão, com recurso a um suporte fotográfico representativo dos elementos em análise nos distintos locais.

A informação constante na ficha de caracterização contempla os seguintes aspetos: 1) planta de localização (sem escala) das ruas/espacos em análise; 2) tipos de usos; 3) dimensões das vias e passeios; 4) pavimentos; 5) estado de conservação de todos os elementos constantes no espaço; 6) estacionamento (tipo e número de lugares); 7) mobiliário urbano (tipo e quantidades); 8) vegetação (áreas plantadas, alinhamentos, manchas ou elementos vegetais expostos pontualmente no espaço com a respetiva denominação); 9) pequeno inquérito aos transeuntes, composto apenas por duas questões, que visam temas como, a segurança, apazibilidade dos espaços e o que gostariam de ver no espaço; por último, 10) análise sensorial elaborada no local, representativa, dos sentimentos que os espaços despertam ao deambular por eles;

3. Levantamento, análise e caracterização do espaço público e edificado, a qual permite segundo as quatro dimensões do espaço público, aferir a situação socioeconómica do local, para além da situação urbanística e arquitetónica. Para a análise do espaço público, subdividiu-se a área em estudo em 4 zonas de estudo mais pequenas, para as quais foram elaboradas as respetivas fichas de caracterização de espaço público

referidas no ponto anterior (ver fichas de caracterização do espaço público, zona 1, 2, 3 e 4 em anexo);

4. Questionário/Participação da população no estudo, aquando do levantamento e análise da área.
5. Elaboração do plano urbanístico bairros Trindade e Monarquina – o novo plano tem como principal finalidade a adequação deste à realidade do local, respeitando os valores do espaço público e respeitando a necessidade da existência de um programa de usos e funções para o espaço público, o novo estudo potencia também a criação e melhoramento dos acessos (tanto viários como pedonais e mistos);
6. Elaboração de uma proposta de reestruturação do espaço público para o bairro Trindade, desenvolvida até à fase de Estudo Prévio – este projeto teve como principais objetivos a implementação de um programa no espaço, que promovesse a identidade, salubridade e vivência do mesmo; para tal foi proposta a implementação de uma rede de equipamentos de estadia, lazer e jogos que valorizasse o espaço e que o mesmo fosse utilizado e mantido pela população residente. Foram também criados novos acessos e alguns dos existentes foram melhorados. Com esta proposta pretende-se contribuir para a melhoria da sua qualidade estética e ambiental através de uma nova “imagem”, e de melhores condições de habitabilidade a uma área que atualmente encontra-se muito degradada, subaproveitada e com alguns problemas a nível de segurança.
7. Elaboração de um faseamento da obra, integrado no estudo prévio do projeto de reestruturação do espaço público do bairro Trindade, para o qual foram consideradas as áreas e a quantidade de habitações a demolir, a necessidade de criação de bons acessos e espaços públicos de qualidade, e a condição económica atual dos munícipes.

### 3. PROJETOS MAIS RELEVANTES DESENVOLVIDOS PELA DIPU

Os trabalhos desenvolvidos pela DIPU, destacados em seguida, são aqueles que melhor refletem as tipologias de trabalhos desenvolvidos nesta Divisão, ao nível da escala do Ordenamento e do Planeamento do Território:

1. - Revisão do Plano Diretor Municipal de Setúbal (acompanhamento dos trabalhos e do processo de tramitação do plano/definição de opções estratégicas a verter no novo modelo de ordenamento). Neste momento, encontram-se a elaborar a 3.ª fase da revisão do PDM, a qual, consta da formalização dos respetivos elementos fundamentais, para delimitação da nova proposta de modelo de ordenamento do território.
2. - Acompanhamento de Planos de Pormenor, incluindo a respetiva elaboração de pareceres face aos elementos apresentados pelas equipas técnicas encarregues da sua elaboração e o acompanhamento dos mesmos no âmbito da sua tramitação (perante a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDR-LVT e outras entidades integradas na Comissão de Acompanhamento) até à sua aprovação e publicação em Diário da República. Neste momento destaca-se o acompanhamento do Plano de Pormenor da Frente Norte da Avenida Luísa Todi.
3. - Análise e elaboração de pareceres no âmbito de projetos de loteamento, pedidos de informação prévia, certidões de viabilidade construtiva (muito recentemente estas certidões têm sido elaboradas em outra Divisão, face à prioridade atribuída à revisão do PDM).

### 4. ANÁLISE E PROPOSTAS PARA UM FUTURO DESENVOLVIMENTO DA DIPU

#### **Aspetos positivos**

- A possibilidade de integrar uma equipa multidisciplinar de técnicos na DIPU;
- Disponibilidade por parte dos outros técnicos da DIPU (para além dos orientadores), sempre que necessário o esclarecimento de dúvidas;
- Acompanhamento por parte da orientadora externa, durante o desenvolvimento dos trabalhos;
- A possibilidade do desenvolvimento autónomo, das ideias conceptuais em relação aos trabalhos desenvolvidos, tanto na fase inicial de análise, como durante o

desenvolvimento do plano urbanístico e do projeto desenvolvido até à fase de estudo prévio.

- O trabalho desenvolvido foi bem acolhido pela DIPU e contribuiu para a afirmação da divisão numa outra esfera também à escala do projeto, visto que a abordagem feita ao estudo desenvolvido, considerou a complementaridade de escalas (a do planeamento e a do projeto). Desta forma foi possível desenvolver um projeto de arquitetura paisagista para espaços públicos urbanos, integrado com a proposta de reestruturação urbana desenvolvida numa fase inicial à escala do planeamento.

### **Aspetos negativos**

- Falta de espaço nas instalações da DIPU para a realização do estágio;
- Relocalização dos alunos estagiários, numa divisão diferente daquela em que se inseriu o estágio, decorrente de um processo de reestruturação interna, dificultando a integração na DIPU.

### **Propostas para a melhoria da DIPU**

- Criação de um plano de formação e integração do estagiário na DIPU;
- Criação de uma equipa interdisciplinar destinada unicamente, à realização de estudos e projetos de reestruturação urbana;
- Adequação das instalações, ao número de técnicos que existem nas divisões e aos trabalhos desenvolvidos por estes.

## **5. COMPETENCIAS DESENVOLVIDAS DURANTE O ESTÁGIO**

Com o desenvolvimento do estágio foi-me permitido desenvolver as seguintes competências:

- Desenvolvimento das capacidades de trabalho tanto individualmente como em grupo;
- Desenvolvimento da capacidade de autonomia, durante o desenvolvimento do projeto;
- Aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento do curso (licenciatura/mestrado em arquitetura paisagista);
- Foram adquiridos novos conhecimentos, relacionados com o desenvolvimento de um estudo e plano urbanístico (tarefa que até então não tinha realizado).

## II. INVESTIGAÇÃO TEÓRICA

### AS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO – COMO ESTAS AFETAM A CONCEÇÃO DE UM PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO URBANA

O espaço público é por definição, “toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso coletivo”.<sup>4</sup> Ora, segundo a sua definição é possível perspetivar que existem diversas dimensões da mais variada ordem, que influenciam a conceção de qualquer tipologia de espaço público e influenciam também, em última análise, a sua utilização. Ainda mais, nos tempos que correm, em que se vê para além da mudança de paradigmas associada à vertente ambiental, também, a mudança de paradigmas relativamente à importância dos espaços públicos, principalmente em meio urbano, associados aos fatores socioeconómicos. Desde já se torna perceptível, a influência que as distintas dimensões dos espaços públicos (social, económica e política, urbanística e ecológica) exercem sobre o sistema de espaços públicos urbanos, pelo que nos propomos efetuar análise mais detalhada sobre as diferentes dimensões do espaço público, para que seja possível aferir quer os processos que estão associados à conceção de espaços públicos quer, os processos que estão na origem da sua degradação e abandono, para que se possa adotar uma visão global dos espaços de estudo e intervenção, segundo um modelo de planeamento urbanístico, que tem como base, a recuperação e incremento de diferentes tipologias de espaços públicos, adequadas à realidade e necessidade das cidades e dos seus cidadãos.

#### 1. OBJETIVOS

Com esta abordagem, às diferentes dimensões dos espaços públicos, pretende-se avaliar e estudar de que forma deve ser realizada uma proposta de intervenção em espaço público e a que objetivos esta deve responder, considerando que as propostas desenvolvidas incidem sobre a temática de reestruturação urbana, pois por definição, entende-se por reestruturação urbana, “uma forma de intervenção no tecido urbano existente que tem por objetivo a introdução de novos elementos estruturantes do aglomerado urbano ou de uma área urbana”.<sup>5</sup> Desta forma um dos objetivos, do presente trabalho consiste, na abordagem integrada ao espaço público, contemplando as suas quatro

---

<sup>4</sup> Brandão, Pedro - O Chão da Cidade, 2002, p.189.

<sup>5</sup> Decreto Regulamentar n.9/2009. D.R. I Série. 104 (29-5-2009)

dimensões, analisando-as, para que se possa interpretar de que forma estas influenciam a conceção do espaço público e as respostas que este tem de dar a estas dimensões, tendo sempre em conta que o espaço público como outro qualquer “organismo” evolui, e que não se deve projetar para o passado mas sim para o futuro. Para tal segundo cada âmbito disciplinar ou conjunto de âmbitos disciplinares, irá aferir-se qual a representatividade e significado que o espaço público tem para cada uma das dimensões.

O segundo objetivo desta componente de investigação teórica culmina na aplicação dos conhecimentos adquiridos com a abordagem inicial, na investigação aplicada, na qual se desenvolve a temática da reestruturação de espaços públicos urbanos, contribuindo assim, para a integração destes espaços na restante malha urbana, de acordo com as quatro dimensões do espaço público. Isto é, pretende-se a criação de espaços públicos urbanos sustentáveis em todas as suas dimensões.

## **2. METODOLOGIA UTILIZADA**

Tendo em vista os objetivos traçados, foi delineada a seguinte metodologia de trabalho:

1. Definição das diferentes disciplinas que associadas às diferentes dimensões do espaço público, pelo que foram definidos quatro grupos representativos de cada âmbito disciplinar, nos quais estão agrupadas as seguintes disciplinas: 1) Sociologia, Antropologia e Psicologia Urbana, 2) Política e Economia, 3) Arquitetura e Urbanismo e 4) Arquitetura Paisagista e Ecologia.
2. Após a investigação destas dimensões no âmbito dos distintos “grupos” disciplinares, é possível proceder-se ao tratamento particular de cada grupo e destes extrair a informação necessária à explicação dos valores e especificidades do espaço público. Esta informação é tratada contemplando também o processo de participação pública, segundo o qual pretende-se aferir a dimensão sociológica e cultural da área que será estudada e intervencionada.
3. Considerando a informação obtida até então, proveniente do estudo efetuado segundo as diferentes dimensões do espaço público urbano, é então possível traçar uma estratégia de intervenção interdisciplinar e integradora para o espaço público dos Bairros Trindade e Monarquina, a qual, deverá por um lado, dar resposta às expectativas e reais necessidades do utilizador, e por outro lado, deverá inter-relacionar-se com a envolvente aos vários níveis: social, político-económico, urbanístico, e ambiental.

### 3. QUATRO ÂMBITOS DISCIPLINARES REPRESENTATIVOS DAS DIFERENTES DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO

São várias as variantes do espaço público às quais se deve dar resposta e contabilizar antes e durante o processo de conceção, o processo de projeto de um espaço público, quer seja uma rua, uma praça, um largo, um jardim, ou até mesmo o conjunto de todas as tipologias de espaço público. Estas variantes tornam-se ainda mais relevantes, quando o projeto a desenvolver incide sobre uma área urbana já muito consolidada, onde as dimensões do espaço público existem de forma muito pronunciada. Desta forma, a vivência do espaço tem que ser pensada considerando a forma como é feita atualmente e como se pretende que seja feita de futuro, sendo que este “como se pretende que seja feita” não se prende unicamente com o desejo do projetista ou da equipa que gostavam de ver o espaço projetado ser usado de uma determinada forma, mas sim deve ser pensado e concebido contemplando o tipo de usos, segundo os “olhos” dos que habitam aquele espaço, que o vivem e o conhecem como ninguém. Deste modo é justificado o interesse no estudo das diferentes dimensões do espaço público: social, urbanística, económica e política, e ambientais (ecologia e arquitetura paisagista), e como estas dimensões, definem e delimitam a intenção do projeto, das ideias e da estratégia de intervenção propostas. Para tal, propõe-se no presente trabalho, o estudo das quatro dimensões do espaço público, segundo os distintos âmbitos disciplinares que têm como objeto de estudo e intervenção, perspetivando a importância do espaço público para as diferentes áreas do conhecimento, quer como palco privilegiado de sociabilização e exercício de cidadania, quer como elemento estruturador e vertebrador do tecido urbano, ou, ainda, como suporte da estrutura ecológica urbana.

#### 3.1. SOCIOLOGIA, ANTROPOLOGIA E PSICOLOGIA

No âmbito deste grupo de disciplinas, pretende-se estudar e perceber de que forma o público/cidadão, interage com o espaço público urbano, e o que este representa para ele. Para iniciar esta análise, é importante conhecer certos conceitos da **antropologia**, associados ao espaço público, que serão utilizados variadíssimas vezes no decorrer desta análise, e que serão referidos em muitas das disciplinas que serão estudadas, no decorrer da presente investigação teórica. Esses conceitos são os de, **lugar**, **não-lugar**, **espaço** e **identidade**, pois é a partir destes, que o conceito de apropriação e ligação ao lugar se desenvolvem.

### 3.1.1. Lugar, não-lugar, espaço e identidade

Segundo Marc Augé, um **lugar** “pode definir-se como identitário, relacional e histórico”<sup>6</sup>. Segundo Norberg-Schulz, **lugar** é mais do que um local abstrato, é um conjunto de características tácteis e visíveis como, texturas, cor, que são a essência de um lugar.<sup>7</sup> O lugar é, assim, um conjunto de características representativas da natureza do lugar, no qual existem relações espaciais.<sup>8</sup> Relativamente a este conceito Gerda M. Speller<sup>9</sup> refere, ainda, que este é o termo que “conduz à evocação de sentimentos de pertença”. Este é um conceito muito alargado, no sentido em que é influenciado, pelo ambiente físico e pelo espaço temporal em que ocorre. O que leva à distinção proposta pela autora (segundo a perspectiva de Sime 1986), entre **espaço** e **lugar**. Lugar é então “o ambiente físico”, e espaço, é “o significado que o espaço físico tem para os seus utilizadores”. Outros autores referenciados pela autora, também apresentam a sua definição de lugar. “Relph (1985), dirige a atenção para as características físicas e sociais intrínsecas ao local bem como à sensibilidade dos utilizadores”. “Carter (1977) considera que só é possível identificar bem o lugar, até que se conheçam 3 componentes, « (a) qual o comportamento que lhe está associado ou é possível antecipar (b) quais os parâmetros físicos desse cenário e (c) qual a descrição ou conceção que as pessoas têm do comportamento nesse mesmo local»”. Tal como Manuel Raposo Magalhães afirma, “lugar é, portanto, um conceito muito global, qualitativo, (...) significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral”<sup>10</sup>, e é este conjunto de características que permite a identificação com o lugar por parte das pessoas, visto que lhes são provocados sentimentos e estímulos, associados às características do lugar.

Por outro lado, um **não-lugar**, poderá definir-se como um espaço que não se define “nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico”<sup>11</sup>. Marc Augé<sup>12</sup> refere, também, que os conceitos de lugar e não-lugar são “polaridades esquivas: o primeiro nunca se apaga completamente e o segundo nunca se realiza totalmente”; o que leva à definição de **espaço**, proposta por Michel de Certeau na obra de Marc Augé, **espaço**, é “um lugar praticado”, um “cruzamento de corpos móveis: são os que andam a pé que transformam em espaço a rua geometricamente definida como lugar pelo urbanismo”. Para distinguir ainda o espaço, do lugar, o autor refere também, que o “termo «espaço» é

---

<sup>6</sup> Augé, Marc - Não - Lugares, 1998, p.83.

<sup>7</sup> Schulz, Christian Norberg - Genius Loci, p.6.

<sup>8</sup> *Idem*, p.8.

<sup>9</sup> Speller, Gerda M. - A importância da vinculação ao lugar, 2005, pp.133-136.

<sup>10</sup> Magalhães, Manuela Raposo – A Arquitetura Paisagista – morfologia e complexidade, 2001, p.147.

<sup>11</sup> Augé, Marc, ob. cit., p.83.

<sup>12</sup> *Idem*, pp.85-88.

em si mais abstrato do que o de «lugar»”. O espaço opera assim, como espaço de “animação do conjunto de lugares”, ou seja, o espaço é palco de atuação e representação dos lugares e de todas as características que lhes estão associadas.

Ainda associados ao conceito de lugar, está o conceito de “**espírito do lugar**”<sup>13</sup> ou “**genius loci**”, que são complementados pelo conceito de, “character”<sup>14</sup> (caráter), termo abrangente, “mas ainda assim mais concreto do que lugar”, pois refere-se à substância do lugar àquilo que o define. Este conceito, ou característica do espaço, é o que nos permite conhecer e definir, pois “*genius* é aquilo que uma coisa é”<sup>15</sup> ou seja, o espírito do lugar é aquilo que um lugar é segundo o seu caráter, aquilo que o compõe, é o seu conjunto de características particulares, específicas. Esta definição de **genius loci**, é também partilhada por Aldo Rossi<sup>16</sup>, que na sua obra *A Arquitetura da Cidade*, refere que este é um conceito aplicado a várias áreas e disciplinas, segundo as quais existe um consenso relativamente à definição do conceito, o qual refere-se a um local **com características únicas, um lugar onde são identificados “pontos singulares”**.

O conceito de espírito do lugar, tem vindo a ser descurado durante a sociedade moderna, e tem vindo a ser substituído pela função prática dos espaços em meios urbanos.<sup>17</sup>

Um outro conceito muito importante, e que se relaciona diretamente com os fatores de apropriação do espaço é o de, **identidade**. Segundo Norberg Schulz<sup>18</sup>, a “identidade humana pressupõe a identidade do lugar”, tal como o autor refere, a “identificação e orientação são aspetos primários no modo de vida e de estar do homem”, aspetos estes que também se devem refletir na conceção de um espaço, pois é a ligação a algo, ou a “identificação de algo que dá ao homem a sensação de pertença a lugar”.

Adotando a visão de Dixon & Durrheim, Gerda M. Speller<sup>19</sup>, consiera que o conceito de identidade deverá ser “reposicionado” segundo três parâmetros: 1) “a identidade do lugar (...) deveria ser pensada como «algo que as pessoas criam em conjunto comunicando: uma construção social que lhes permite dar sentido à ligação com o lugar, o que em última instância servirá de guia às ações e projetos de acordo com isso.»”, 2) “uma abordagem discursiva para a identidade de lugar” visto que a consideram “uma «autorização retórica através da qual as práticas sociais e as relações são legitimadas» e não apenas um meio de expressão das cognições e vinculações ao lugar” ; e por fim 3) “ a identificação

---

<sup>13</sup> Schulz, Christian Norberg, ob. cit., p.18.

<sup>14</sup> *Idem*, p.14.

<sup>15</sup> Schulz, Christian Norberg, ob. cit., p.14.

<sup>16</sup> Rossi, Aldo - *A Arquitetura da Cidade*, 2002, p.152.

<sup>17</sup> Schulz, Christian Norberg, ob. cit., p.21.

<sup>18</sup> *Idem*, pp. 21-22.

<sup>19</sup> Speller, Gerda M., ob. cit., p.139.

com o lugar como um veículo ideológico que permite assegurar a dominância de determinadas noções de espaço porque parecem evidentes”.

O ser humano encontra no espaço em geral algo com que se identifique, tem uma ligação que quando existe está por exemplo associada a uma memória, e o próprio espaço pode ser a representação das vivências do homem, este pode representá-lo e apropriar-se dele da forma que entender. Estas representações, ligações ao lugar, verificam-se nos mais variados tipos de espaços públicos, quer sejam urbanos, rurais, periurbanos, etc.. Pelo que estas relações devem ser consideradas, durante o desenvolvimento de uma proposta de intervenção num qualquer espaço público, quer seja num plano de reestruturação urbana, em que a dimensão social é diretamente afetada, como num projeto reestruturação associado à melhoria da qualidade de vida e do ambiente urbano.

Daqui parte-se para o conceito de **vinculação ao lugar**, segundo a perspetiva de seis autores (Altman e Low, Fried, Brewer, Giuliani, Brown e Perkins e Milligan), referenciados no artigo de Gerda M. Speller<sup>20</sup>. Segundo Altman e Low, cujas conclusões referem que o conceito de “ «vinculação ao lugar é um conceito integrador que envolve os seguintes padrões de: vinculações (afetos, cognições, práticas/ações); lugares (que variam em escala especificidade e tangibilidade); diferentes atores (indivíduos, grupos e culturas); relações sociais (indivíduos, grupos e culturas), e aspetos temporais (lineares ou cíclicos)».” Brewer até o define como o sentimento de “posse que o indivíduo desenvolve em relação a um território específico”. Já Miligan “põe a tónica, quer na origem da vinculação ao lugar (os significados são gerados a partir da interação) e sua natureza temporal, quer nas memórias do passado com potencialidades para o futuro”.

Esta última definição de vinculação ao lugar, leva à análise da influência da componente temporal e da escala, sobre os sentimentos de vinculação ao espaço. Isto porque a vinculação ao lugar, está associada a uma escala temporal de um acontecimento ou conjunto de acontecimentos ocorridos em determinado lugar, “a demarcação entre passado, presente e futuro entre memórias, experiências e expectativas e como isto varia de diferentes momentos das nossas vidas”.<sup>21</sup>

Relativamente às diferenças de escala, as pessoas apresentam “laços particularmente fortes com os objetos e com os espaços que se situam dentro e imediatamente em torno da sua casa, no final de cada período da sua vida, tanto na infância como na velhice, correspondendo à expansão e num

---

<sup>20</sup> Ob. cit., Speller, Gerda M., pp.141-143.

<sup>21</sup> *Idem*, p.144.

segundo à contração dos seus mundos vitais”.<sup>22</sup> Esta diferença de escala humana, associada à vinculação ao lugar e a um determinado espaço temporal das nossas vidas, também tem representatividade e assume diferentes expressões, quando a escala é associada, à escala arquitetónica.

Filomena Silvano<sup>23</sup>, em *Antropologia do Espaço – Uma Introdução*, faz uma análise relativamente àquilo que é o “espaço enquanto produto social”, à “prática social”, e às “representações do espaço” associadas a “espaços de representação”, segundo a perspetiva de Lefebvre. “A prática social engloba a produção e a reprodução dos lugares e dos conjuntos espaciais”, que resultam no espaço enquanto produto social, pois todos nós somos intervenientes diretos, e temos um papel a desempenhar na sociedade. “As representações do espaço estão ligadas às relações de produção e à «ordem» que estas impõem”, implicam um conhecimento antecipado. Lefebvre, **relaciona a prática dos projetistas, urbanistas, tecnocratas, entre outros, à representação do espaço, “visto que conceber o espaço pressupõe representá-lo a partir de um determinado sistema de signos”, ou códigos. Por fim, os espaços de representação, são os espaços de vivência do quotidiano.**

Os conceitos analisados anteriormente, segundo a visão antropológica e sociológica, servem de enquadramento e compreensão, aos temas que se analisam em seguida.

### 3.1.2. A relação do ser humano com o meio urbano

O homem é todos os dias alvo de estímulos cognitivo-emocionais e sensoriais. Reage à iluminação noturna das cidades produzida por anúncios publicitários, reage à iluminação das ruas (a qual afeta sensorialmente a nossa resposta, por exemplo relativamente a fatores de segurança, será a iluminação que existe suficiente ou não?); reage à poluição atmosférica e às alterações que os meios urbanos sofrem continuamente, com a expansão e abandono do edificado que altera negativamente a imagem urbana, e reage também a outros estímulos como ficar “preso no trânsito”. Ou, seja, o ser humano deixa-se influenciar continuamente pelo meio que o rodeia e sofre com as alterações do mesmo.<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> *Idem, Ibidem*, p.147, 148.

<sup>23</sup> Silvano, Filomena - *Antropologia do Espaço*, 2001, p.44, 45.

<sup>24</sup> Soczka, Luis - *Viver (N)a Cidade*, 2005, p.95.

É importante também referir, que o tipo de relação que é estabelecido entre o indivíduo o espaço, depende muito, do tempo em que este viveu ou permaneceu no espaço, e da experiência que teve desse tempo, (se foi marcante ou não, positiva ou negativa).<sup>25</sup>

Para além desta evidente relação física que se estabelece entre o ser humano, o território, a paisagem, e o meio em que o indivíduo se insere, também o ser humano faz parte do território e da mesma forma que se deixa afetar pelas suas características, também cabe ao ser humano a transformação do território, mais precisamente a transformação do meio urbano. Como Borja e Muxi<sup>26</sup> referem, a cidade são as pessoas, a cidade é a representação de uma sociedade. Também David Crouch<sup>27</sup> dedica, um artigo completo às diferentes práticas culturais que ocorrem nos diferentes espaços públicos intrínsecas à vida social destes espaços. "(...) The street is not only an actual material place, but embodied with all sorts of meanings and metaphors; of escape, discovery, of home, too. The street offers an opportunity, a place to *be* (as well as to be seen). The street becomes a place of sharing; of conflict, confrontation between different members; of ownership, especially after dark or outside time when other age groups may be there".<sup>28</sup>

As ruas, praças, parques, enfim, todos os tipos de espaços públicos, sofrem tipos de apropriação diferentes, sendo que essas apropriações e manifestações culturais, relacionam-se com as localizações dos espaços, com a hora em que ocorrem, e com as faixas etárias que utilizam os diferentes espaços ao longo do dia. Uma praça onde às 9h da manhã se regista a correria das pessoas em direção aos seus locais de trabalho que fazem aquele percurso já de forma tão imediata, que nem reparam no que os rodeia, também é capaz de acolher uma manifestação cultural, passada uma hora e voltar áquilo que era às 9h da manhã. Mais uma vez quem faz os espaços são as pessoas, quer sejam espaços de estadia e lazer, de passagem que depressa se podem converter e que até param trânsito automóvel enquanto ocorre uma *flashmob*, enfim, há uma diversidade de acontecimentos a ocorrer diariamente nas nossas ruas, avenidas, praças. São essas manifestações culturais e sociais, que incrementam o contacto e o conhecimento entre cidadãos. Ainda assim, tal como Daniel Innerarity refere, as cidades são também um "lugar de estranhos."<sup>29</sup> Isto porque, se compararmos diferentes densidades populacionais, como uma área rural como uma área urbana, verificamos diferenças significativas em relação a determinados aspetos, na área rural um acontecimento estranho, seria o de

---

<sup>25</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Américo, María - *Psicología Ambiental*, 1998, p.268.

<sup>26</sup> Borja, Jordi, & Muxi, Zaida - *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, 2003, p.15, 25.

<sup>27</sup> Crouch, David - *The street in the making of popular geographical knowledge*, 1998, p.160.

<sup>28</sup> *Idem*, p.164.

<sup>29</sup> Innerarity, Daniel - *O Novo Espaço Público*, 2006, p.109.

encontrar uma pessoa, estranha àquele lugar, enquanto, que nos meios urbanos, o estranho é encontramos muitas pessoas conhecidas.<sup>30</sup> Como Innerarity afirma, “o protótipo do cidadão é o estranho, o estrangeiro; a cidade é um conjunto de desconhecidos, o espaço onde é uma rotina encontrar pessoas desconhecidas e em que a proximidade física coexiste com a dinâmica social.”<sup>32</sup> O crescimento urbano, permitiu o desenvolvimento deste tipo de relação social, entre estranhos, um padrão muito diferente daquele que existe em meio rural em que predomina um modelo de “regulação direta”.<sup>31</sup> O meio urbano permite assim a coexistência de diferentes espaços na cidade - “espaços de representação” e a “representação social.” Ou seja, é espaço de ação e representação de uma convicção política, social, cultural e é espaço de “liberdade de expressão individual ou grupal” sem significado físico.<sup>32</sup>

A cidade é “um espaço para a diferenciação dos estilos de vida – o que por sua vez, é condição da força inovadora da sua cultura”.<sup>33</sup> A urbanidade tem de ser pensada em categorias contraditórias e realiza-se no movimento das suas contradições: entre a ordem e o caos, entre o público e o privado, entre a indiferença e o comportamento cívico, entre alienação e identificação.”<sup>34</sup>

### **3.1.3. As transformações urbanas - uma nova urbanidade / a privatização do espaço público**

Segundo Luis Soczka<sup>35</sup>, “A cidade é um mosaico cultural. (...) Ela é, de algum modo, um zoo humano, uma exposição amostral das diferenciações subculturais de *Homo sapiens*. É também por isso espaço de geração de conflitos e de gestão de equilíbrios”. Daniel Innerarity<sup>36</sup> reforça a ideia de que “as cidades e os seus lugares públicos exprimem muito bem a imagem que as sociedades fazem de si próprias”.

Das diferentes subculturas que se formam por fenómenos de massificação urbana e pelos diferentes estímulos a que o ser humano se sujeita diariamente, surge um outro conceito, o da teoria da sobrecarga, segundo o qual “a cidade, com a sua complexa massa de estimulações sensoriais interrompidas e em permanente variação, é geradora de tensão psíquica a que o cidadão se tem de

---

<sup>30</sup> *Idem*, p.110.

<sup>31</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., p.111.

<sup>32</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula. - Espaço público urbano e cultura em Portugal, 1999, p.90.

<sup>33</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., p.117.

<sup>34</sup> *Idem*, p.122.

<sup>35</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.95.

<sup>36</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., p.108.

adaptar cognitivamente, defendendo-se pela habituação e insensibilização, o que provoca o distanciamento emocional”.<sup>37</sup>

Considerando que a cidade é um “mosaico cultural” como foi referido, nela surgem “vínculos sociais”.<sup>38</sup> Visto que a cidade é “simultaneamente espaço de diálogo enriquecedor, no sentido de transferência de valores e informações”<sup>40</sup>, o que conduz também ao estabelecimento de relações entre pessoas (relações de amizade e vizinhança), relações estas que não se podem comparar com as estabelecidas em meio rural, nem que seja apenas pela grande diferença demográfica que se regista. Segundo Luis Soczka, “a teia social implicada pelas relações de vizinhança tende a variar em função simultaneamente das especificidades urbanísticas e arquitetónicas e do estado social dos residentes. O traçado arquitetónico é de extrema relevância como agente facilitador ou inibidor de contactos sociais que do plano das interações sociais de curta duração podem evoluir para uma rede de relações sociais estáveis e conotadas pelos residentes em termos de atribuições internas”.<sup>40</sup>

Neste sentido, o que leva ao tema da **apropriação do espaço**, são os fatores que estão na origem de sentimentos de apropriação. Ainda segundo Soczka, “Uma comunidade e vizinhança assente numa rede de relações sociais estáveis implica a apropriação coletiva de um espaço referenciado”.<sup>39</sup> Um estudo efetuado por Fried e Gleicher sobre um bairro desalojado em West End<sup>40</sup>, foca exatamente o “sentimento de pertença dos residentes ao seu local, ao seu bairro, o que é percecionado claramente como um autêntica extensão da casa”<sup>42</sup>, e que conduz ao estudo do próximo tema - a apropriação do espaço público, e o que este significa para a população urbana.

As cidades são o resultado da história da humanidade e o resultado de uma conceção humana, que foi evoluindo tanto de forma negativa como positiva ao longo dos tempos, até aos dias de hoje, o que conduzem à ocorrência de transformações nas cidades, que levam à alteração de paradigmas sobre o que é o espaço público e a importância deste para a vida urbana, desde o início da conceção das cidades até aos nossos dias. Atualmente as cidades sofrem processos de, **difusão urbana**, **fragmentação** (surge no seguimento da combinação de um capitalismo desregulado associado uma lógica sectorial das administrações públicas, que resulta num território sem unidade, sem visão de conjunto e pontuado por elementos monovalentes e cortado por vias de comunicação), e **privatização**

---

<sup>37</sup> *Idem*, p.97.

<sup>38</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., pp.108-112.

<sup>39</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.95.

<sup>40</sup> *Idem*, p.113.

(segregação de usos e funções nas cidades, aumento exponencial e exagerado de centros comerciais, condomínios de luxo).<sup>41</sup>

**As transformações urbanas** surgem em sequência do crescimento das cidades, e das mudanças de valores culturais e sociais que ocorrem a par da evolução da dimensão morfológica da cidade, contribuindo para o surgimento de diferentes tipologias e áreas urbanas entre os limites administrativos das cidades. Temos assim, como foi referido anteriormente, uma cidade fragmentada, que inclui espaços privatizados, habitação difusa e pressão urbana sobre os limites das cidades, ficando os centros das cidades que anteriormente eram o centro desenvolvimento das mesmas, renegados para segundo plano, levando a que os núcleos históricos sejam abandonados e desprovidos de vida urbana.<sup>42</sup>

Gerry Mooney<sup>43</sup> e John R. Gold<sup>44</sup>, analisam a evolução e as transformações urbanas, em diversas épocas, concluindo-se a partir de diferentes exemplos que as ruas, são as principais vias de acesso e comunicação criadas pelo homem, pois assiste-se em ambos os casos, á mudança dos centros das cidades para as periferias ou para áreas ainda mais afastadas das principais cidades, surgindo alguns exemplos de modelos de organização espacial, influenciados por modelos como a “cidade-jardim” de Ebenezer Howard, como é o caso do planeamento de Pollok (situado a sudoeste de Glasgow), que sofre dois períodos de construção distintos, o primeiro durante a guerra e o segundo no pós-guerra (entre 1930 – 1950 ou 1960). No início da construção, as ruas e estradas para além da sua função principal de vias distribuidoras, era também a partir destas, que tinha início a organização espacial do território urbano. Mas o que aconteceu nesta cidade, foi que gradualmente foi-se assistindo a fenómenos de segregação social e a rua deixou de ser símbolo de organização e tranquilidade, e passou a ser símbolo de desordem social no pós-guerra, isto porque os padrões sociais, geográficos e demográficos, que inicialmente foram considerados para aquele período inicial de construção foram completamente alterados.<sup>45</sup>

John R. Gold<sup>63</sup> faz uma análise relativamente ao papel da rua/espço público durante o modernismo, época na qual, foi valorizado o edificado em detrimento do espaço público. Tal paradigma em relação ao espaço público, verificar-se-ia na anulação dos valores defendidos por muitos autores sobre o espaço público, como espaço de partilha cultural e multifacetado. Como Fortuna C. (*et al.*) referem,

---

<sup>41</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.30, 31.

<sup>42</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., p.125.

<sup>43</sup> Mooney, G. - *Changing places: perspectives on the development of a municipal suburban streetscape*, 1998, p.31.

<sup>44</sup> Gold, John R. - *The death of the boulevard*, 1998, p.44.

<sup>45</sup> Mooney, Gerry, ob. cit, 1998, p.31 - 43.

“(…) «matar a rua» seria reduzir ou eliminar uma dada constelação multifacetada de culturas e fazer surgir, em seu lugar, uma outra configuração da cidade, socialmente mais homogênea, politicamente mais regulada e culturalmente mais complexa.”<sup>46</sup>

Esta breve análise reforça mais uma vez, o papel importante que o espaço público tem tanto do ponto de vista social e cultural, mas também como elemento estruturante do tecido urbano e promotor de “urbanidade”. No entanto se tal paradigma permanecer nas cidades atuais, assiste-se áquilo que Paulo Machado<sup>47</sup> intitula de “desumanização das cidades”, referindo-se assim à “carência de recursos que viabilizam a ação de civilizar o *habitat* urbano”.

Marluci Menezes<sup>48</sup> refere que a suposta “morte do espaço público” deve-se a fatores de ordem económica e política, que criam e promovem a criação de espaços privatizados, que potenciam a segregação social. Ainda assim, tal como a autora refere, em consequência das alterações que afetam a nossa perceção do espaço público, regista-se também a adaptabilidade do espaço público aos novos conceitos de espaço público e pensamento contemporâneo –“A crise por que passa o espaço público urbano da atualidade também é referida através da ideia de que a sociedade está criando uma outra esfera pública”.

A opinião face às mudanças/transformações do espaço público são partilhadas por variadíssimos autores/estudiosos da dimensão social e cultural do espaço público. O que permite concluir que, o espaço público deve ser olhado segundo o seu contexto, uma vez que está inserido num “órgão mutável” - a cidade, cidade esta, que precisa de um sistema que articule todos os espaços que nela existem - o sistema de espaço público urbano que se adapta às necessidades da sociedade e cultura de cada época, cabendo aos projetistas e planeadores, compreender e estudar para que grupos sociais estão a projetar o espaço público. É preciso conhecer a população residente e não residente do local, para que se perceba quais são as suas necessidades, aspirações e desejos para que se perceba qual é a relação das pessoas com o espaço onde vivem e onde transitam.<sup>49</sup> Este processo de conhecimento e reconhecimento das áreas urbanas, é também defendido por Patrice Séchet<sup>50</sup>, que considera que não se pode fazer da área urbana, a renovar uma “tábua rasa”, sem considerar os fatores que levaram à degradação da área em causa, e que levaram à “confusão de espaços” dos

---

<sup>46</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula, ob. cit., p.86.

<sup>47</sup> Machado, Paulo - O desencontro urbano. Questões geracionais na humanização da cidade, 2005, p.116.

<sup>48</sup> Menezes, Marluci - Espaço público urbano e práticas sócio culturais de uso, sua apropriação e representação, 2005, p.138, 139.

<sup>49</sup> *Idem*, p.147.

<sup>50</sup> Séchet, Patrice - A coprodução da qualidade do espaço público, 2005, p.131 à 134.

quais não se consegue perceber o que é de utilização pública ou privada; sem considerar fatores de apropriação; sem respeitar o edificado que seja considerado de interesse; sem conhecer a população que vive e utiliza o lugar. Para tal utiliza o exemplo de França, em que estão a ser utilizadas duas lógicas distintas de intervenção – a “**residencialização** que tenta clarificar os espaços urbanos, renovando-lhes o seu significado sem pôr em causa o património edificado, desde que este seja de boa qualidade (...), e uma lógica de **renovação urbana** que tenta anular a totalidade da imagem e do significado dos bairros recorrendo a demolições e à reestruturação urbana”.<sup>51</sup> Segundo o autor, estas são duas lógicas que acarretam o risco, de que se não forem adotadas as medidas corretas de planeamento, em que se trabalhe o edificado e o espaço público “como um todo” e respeitando a identidade da população e do lugar, se criem espaços que não promovem a ligação das pessoas ao lugar – “comportam um risco significativo de produzirem uma nova confusão dos espaços, particularmente ao criarem espaços públicos formais ou “estatuários”, sem nenhum cariz de urbanidade.”<sup>53</sup>

Para terminar, é importante também referir, que os planos de recuperação, reestruturação urbana, entre outros, deverão contemplar o parâmetro referente às condições de vida da população e às diferentes faixas etárias que habitam nas áreas de intervenção e adequando-se ao seu contexto social. Mário Cordeiro (Pediatra) e Tiago Quiroz (Arquiteto)<sup>52</sup> fazem uma crítica ao crescimento urbano e à falta de planeamento do mesmo, abordando a temática da saúde e procurando entender de que forma o crescimento urbano não planeado influencia a saúde da população, principalmente a das crianças. Os autores consideram que “a saúde das crianças é perturbada, quando as cidades crescem de uma forma desajustada aos seus requisitos e necessidades biológicas, psicológicas e sociais”, que levam a que muitas crianças vivam em espaços insalubres; sejam vítimas de exclusão social, quando inseridas numa comunidade diferente daquela em que se inseriam; quando as políticas urbanas não consideram as crianças como cidadãos com necessidades específicas, ou quando os planos produzidos pelas autarquias, são delineados cumprindo unicamente uma proposta de mandato de quatro anos, logo não contemplam nas suas listas de atividades o tratamento de áreas urbanas problemáticas; “o desinvestimento e depreciação do parque escolar leva a consequências imediatas ao nível da qualidade, em termos escolares, educativos e lúdicos”; “A ausência de espaços habitacionais condignos, e de vigilância e acompanhamento adequado pelos adultos, leva as crianças a brincar na rua, com os perigos daí inerentes”.

---

<sup>51</sup> Séchet, Patrice, ob. cit., p.132.

<sup>52</sup>Cordeiro, Mário, & Queiroz, Tiago - A cidade, a criança e a saúde, contributos para uma mudança de paradigmas, 2005, p.97, 98.

Decorrente deste processo de transformação urbana, em que se assiste à valorização dos valores privados, em detrimento da conceção de espaços segundo os significados sociais dos espaços, surgem novos espaços nas cidades - os espaços privatizados. Este é um tema que engloba as diferentes dimensões do espaço público, e dada a importância que é dada à vertente sociológica neste tema, é importante estudá-lo no âmbito desta investigação segundo diferentes âmbitos disciplinares.

**A privatização do espaço público** resulta na segregação de usos e funções nas cidades, aumento exponencial e exagerado de centros comerciais, condomínios de luxo.<sup>52</sup> Borja e Muxi na sua obra, *El espacio público: ciudad y ciudadanía*, fazem uma afirmação muito clara daquilo que é reconversão dos espaços públicos em espaços privados e o resultado que se obtém desta reconversão, resultado esse que culmina naquele que é um dos grandes problemas dos meios urbanos atualmente – a exclusão social: “ «transformar el espácio público de la calle en un espácio comercial e privatizado de un centro de compras tiene claros costos sociales en términos de acceso democrático y responsabilidad pública (...) la domesticación del espácio a través de la purificación y privatización involucra crecientes exclusiones sociales y acrecenta las desigualdades...».”<sup>53</sup> Daniel Innerarity<sup>54</sup> apresenta uma definição de espaço público, que resume aquilo que é o espaço público na sua relação com o espaço privado – “O espaço público é o espaço cívico do bem comum, por contraposição ao espaço privado dos interesses particulares”.

Para além dos espaços marcadamente caracterizados como espaços privados do ponto de vista morfológico (centros comerciais, condomínios privados), Carlos Fortuna, Claudino Ferreira e Paula Abreu<sup>55</sup>, na sua análise ao espaço público urbano e cultura em Portugal, referem um outro tipo de espaço privatizado – os espaços semiprivatizados, decorrentes, de uma forma de planeamento urbanístico, que concilia a revitalização de algumas áreas das cidades, com a vertente económica do espaço, assumindo-se assim uma intenção de revitalização económica e comercial, que resultam no encerramento de ruas ao trânsito, com a intenção de renovar e fomentar espaços de comércio nas nossas ruas, ainda que, como os autores referem, “mesmo que sujeitas ao jogo da privatização as ruas e as praças públicas não deixam de alimentar uma cultura de saída e de presença no espaço aberto da cidade.”

---

<sup>53</sup> Borja, Jordi., e Muxi, Zaida, ob. cit., p.31, 32.

<sup>54</sup> Innerarity, Daniel, ob. cit., p.107.

<sup>55</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula, ob. cit., p.107.

### 3.1.4. A apropriação do espaço público e o que este significa para a população urbana e as relações sociais

Os espaços públicos, “apesar de serem lugares de passagem, de distração e de sociabilidades efêmeras e fugazes, são territórios onde se materializa uma parcela substancial dos encontros e das interações entre os sujeitos, assim como da sua relação simbólica com a cidade.”<sup>56</sup>

Luis Soczka refere no seu artigo um estudo efetuado por Oscar Newman, que ilustra bem, de que forma as relações sociais e de apropriação ocorrem segundo determinado tipo de contexto urbanístico e arquitetónico, e os resultados não poderiam ser mais díspares.<sup>57</sup> Newman comparou “duas urbanizações do Estado de Nova Iorque, abrangendo populações semelhantes dos pontos de vista cultural, económico, étnico e demográfico, mas diferindo radicalmente do ponto de vista urbano e arquitetónico: a urbanização de Brownsville, composta por edifícios de 3 a 6 pisos, e a urbanização Van Dyke, onde 87% dos edifícios eram torres com 14 pisos”<sup>58</sup>, o que lhe permitiu concluir que a urbanização de Brownsville “permite, facilita e encoraja a apropriação secundária dos espaços pela comunidade de vizinhança”.<sup>58</sup> Por outro lado, a urbanização Van Dyke “impede e inibe essa apropriação. A partir destas observações, Newman desenvolve o conceito de «espaço defensável», definindo quatro condições para a sua existência: “a) a capacidade de o ambiente físico criar zonas de influência territorial, como tal percebidas pelos residentes; b) a capacidade do projeto urbano influenciar a percepção de uma identidade coletiva dos residentes; c) a capacidade do projeto proporcionar a ação vigilante dos residentes; d) a justaposição de «zonas de segurança» na área abrangida pelo projeto (e conotação das áreas adjacentes como seguras ou inseguras)”.<sup>60</sup> Um outro estudo referido por Soczka<sup>60</sup> é o de Brown e Altman que reforça a importância da componente arquitetónica que influencia diretamente as relações sociais e de apropriação do espaço, Brown e Altman, enumeram um conjunto de características potenciadoras ou inibidoras de atos de criminalidade pública e ocorrida em espaço privado: “*barreiras simbólicas* (sinais decorrentes da identidade pessoal dos residentes, tais como sebes, painéis e avisos e a própria cor das casas); *barreiras materiais* (alarmes, fechaduras, cães de guarda); *traços* (sinais que informam intrusos acerca da presença ou ausência dos residentes ou vizinhos); características de detetabilidade (acessibilidade à residência, posições das árvores e automóveis na rua, intensidade de tráfego, movimento das pessoas); *clima social* (sinais de cooperação ou comunicação entre vizinhos)”.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula, ob. cit., p.112.

<sup>57</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.115.

<sup>58</sup> *Idem*, p.117.

<sup>59</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.117.

Um outro estudo que confirma a relação que se estabelece diretamente, entre a dimensão social e a arquitetônica, está bem patente no caso de estudo Pruitt-Igoe<sup>60</sup>. Pruitt-Igoe (Figura 2.1) trata-se de uma urbanização constituída por 43 edifícios modernos, que substituíram um bairro, que integrava diversos usos e no qual existiam fortes relações sociais (relações de vizinhança e amizade), no espaço público. Este é um bom exemplo que “demonstra de forma perfeita a falência da visão do projeto urbano totalmente desinserida das componentes psicológicas e sociológicas”.<sup>62</sup> Dada a desintegração da nova urbanização em relação às pessoas que ali habitavam, o novo complexo habitacional, foi destruído por implosão, visto que se registou um aumento da criminalidade e insegurança, insustentável.<sup>61</sup>



**Figura 2.1** – A urbanização Pruitt-Igoe  
(Fonte: <http://2.bp.blogspot.com/-A2n406PqWXI/T2hh46RdTI/AAAAAAAAACAk/hHn4vGpcPzY/s1600/Pruitt+Igoe+06.jpg>)

Estes estudos servem de indicadores, à concepção do espaço público, visto que são exemplo da importância de se estabelecer a relação entre o contexto social e o desenho do espaço a construir.

### **3.1.5.O espaço público: As tipologias, as exigências sociais e culturais, e a sua concepção.**

O espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida urbana dos seus cidadãos, e a qualidade de cidadania dos seus habitantes. O espaço público é o elemento unificador da malha urbana, é o suporte de todas as funções que existem na cidade, e por isso deveria ser a partir deste que surgiriam os planos urbanísticos das cidades, “o espaço público é uma peça fundamental para a criação e recuperação da cidade.”<sup>62</sup>

A experiência humana ao percorrer um espaço relaciona-se diretamente com os obstáculos que lhe são impostos, e com os percursos que esses espaços oferecem (ruas, travessas, praças, entre outros). A psicologia ambiental relaciona essa experiência com os mapas cognitivos (obstáculos, elementos, diretrizes, que influenciam o deambular por um espaço) segundo duas formas: “Wayfinding u

<sup>60</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.117.

<sup>61</sup> Soczka, Luis, ob. cit., p.117-118.

<sup>62</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.25.

orientación”<sup>63</sup> (Wayfinding ou orientação) e “Usted está aquí”<sup>80</sup> (Você está aqui). O último relaciona-se diretamente com a composição paisagística do espaço, segundo três características principais: a) “a diferenciação” ( grau de distinção entre espaços diferentes mas que parecem o mesmo); b) as vistas, e o que estas permitem alcançar (extensão das vistas possíveis de ter sobre o espaço, ou segundo um ponto, a partir da qual se pode ter um vista panorâmica do espaço); c) “a complexidade da disposição espacial” (característica associada ao traçado urbano, quanto mais simples for de compreender a informação que este transmite, mais fácil será a orientação nesse espaço). Ou seja, este tipo de mapa cognitivo, é um pouco mais subjetivo, porque depende da perspectiva do utilizador do espaço, ainda que este mapa, resulte da influência direta que o espaço tem sobre a pessoa. Já o último mapa, sobrepõe-se à interpretação da pessoa sobre o espaço e á organização deste, enquanto guia ou facilitador da passagem da pessoa. Este mapa cognitivo refere-se aos mapas, que muitas vezes encontramos pelas cidades, que nos dão a indicação do lugar onde estamos, apresentam-nos de forma simplificada, as possíveis direções que podemos tomar para chegar a um determinado ponto da cidade. Quando bem desenhados e bem localizados, são bons guias das cidades, pois dão indicação sobre a linhas e os meios de transporte público que podemos adotar, e são muitas vezes utilizados também para prestar informação sobre espaços semiprivados e privados como os centros comerciais, os hotéis, os museus, entre outros equipamentos.

A psicologia ambiental relaciona a conceção do espaço com a perceção que o ser humano tem do mesmo, que vai ao encontro um pouco dos temas abordados anteriormente como o de apropriação do espaço, e serve também de orientação ao melhor planeamento e desenho dos espaços públicos.

Ao planejar/projetar o espaço público, têm que ser considerados vários fatores, tais como: a segurança, relações sociais e culturas, ou faixas etárias que se reúnem num determinado local, de modo a que o espaço seja organizado da melhor forma possível, respondendo às exigências da população.

Em relação á **segurança, ou insegurança** de um espaço, é importante referir mais uma vez que o ser humano responde aos estímulos e sensações que o espaço lhe provoca, mesmo quando a intenção de um indivíduo é a de praticar um ato de criminalidade, também este considera a organização do espaço, e os fatores sociais que lhe estão inerentes, não para deambular ou o percorrer com a intenção de chegar a um destino, mas como estratégia da sua ambição de realizar determinada atividade.<sup>64</sup> Pelo que é do interesse de quem planeia ou projeta determinado espaço, adquirir conhecimentos deste tipo, o que poderá minimizar os fatores de insegurança de um espaço, e maximizar os de segurança.

---

<sup>63</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Américo, María - Psicología Ambiental, 1998, p.271.

<sup>64</sup> Aragonés, Juan Ignacio, e Américo, Maria, ob. cit., p.272.

Segundo Juan Aragonés, os infratores preferem, ruas estreitas e escuras (com pouca iluminação) cobertas por manchas arbóreas, fazendo com que seja difícil e até impercetível ao observador a partir da janela da sua casa, perceber o que se está a passar no local; ruas com várias interseções e espaços pouco utilizados; ainda, assim, os principais espaços nos quais ocorrem mais atos criminais, são os espaços onde existe muito comércio.<sup>65</sup>

Aragonês, propõe um conjunto de soluções ambientais, que têm em vista colmatar os problemas urbanos, segundo uma perspectiva psicológica que serve de orientação à dimensão arquitetónica.<sup>66</sup> a necessidade de controlar o contacto e interação social; a necessidade de segurança e de sentimentos de responsabilidade e manutenção do espaço; a necessidade de variadas atividades sociais; e por fim, a necessidade de satisfação estética. Estas características, são muito importantes na conceção do espaço público, pois são alguma das que conferem boa qualidade de vida urbana aos espaços da cidade.

Com a finalidade de dar resposta às exigências referidas anteriormente, todos os espaços propostos e seus equipamentos, têm que respeitar o utilizador e as condições do local. As **praças, parques infantis/áreas de jogo e parque urbanos**, contribuem para o fomento de vida urbana, visto que estes são espaços potenciadores de estímulos sociais e relações sociais, de partilha e conhecimento. Para que estes resultem em bons espaços, que sejam utilizados da melhor forma e que potenciem nas pessoas sentimentos de pertença e manutenção, o desenho de projeto deverá contemplar, as questões sociais associadas a quem reside nos espaços, deverá contemplar as características psicológicas inerentes a quem irá usufruir do espaço projetado e as suas necessidades físicas (relacionar o espaço, com as diversas faixas etárias que o poderão utilizar). Como Aragonés refere, muitas praças dos mais variados núcleos urbanos, não são utilizadas, porque não dispõem de mobiliário urbano adequado à permanência no local (como bancos, quiosques), nem são esteticamente apelativos, nem dinâmicos o suficiente de modo a suscitar nos potenciais utilizadores, o interesse de conhecer o local, e permanecer neste, nem que seja por breves momentos. Uma outra característica que influencia o espaço e a permanência no mesmo, está diretamente relacionada com a sua localização, a exposição a fatores atmosféricos (exposição a ventos, insolação e amplitude térmica), e se está localizado num local muito ou pouco transitado.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> *Idem*, pp.269-270.

<sup>66</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Américo, María, ob. cit., p. 275 (critérios propostos por Corraliza, citados por Aragonés na sua obra).

<sup>67</sup> *Idem*, pp.274-275.

Relativamente aos parques infantis e áreas de jogo, estes devem ser o mais interativos possível, devem proporcionar (de forma até impercetível a quem utiliza estes equipamentos) a prática desportiva, e devem também ser potenciadores de jogos que fomentem a colaboração entre crianças. Aragonés, Brown e Burger, comprovaram que o êxito de uma área de jogo depende do êxito de cada equipamento particular, da localização da área e da integração dos espaços de jogo com o desenho do espaço. Aragonés refere, também, o guia para áreas de jogo proposto por Shaw, que reúne uma série de critérios ambientais, enumerados em seguida: 1) um sentido de lugar, legível, ordenado e confortável para a criança; 2) uma aparência de unidade espacial e física; 3) variedade de espaços; 4) alguns elementos chave, como estruturas de jogos; 5) um sistema de percursos que ofereça variedade de possibilidades; 6) projeto tridimensional com a existência de equipamentos com distintas alturas, mas de compreensão imediata ao utilizador, da composição do espaço; 7) elementos soltos e manipuláveis, como bolas e matérias de construção.<sup>68</sup>

Um outro elemento potenciador de vida social no meio urbano, e que contribui para a revitalização de certos núcleos das cidades, como os núcleos históricos, são as **áreas/espaços de comércio**. Fortuna C. (*et al.*)<sup>69</sup>, referem também os espaços de comércio como fator potenciador de reconversão urbana, contribuindo para o incremento de vivência urbana em algumas áreas das cidades, que gradualmente têm vindo a perder essa característica, para além da vertente económica dos espaços que os autores denominam de “espaços de vocação marcadamente comercial”, consideram que estes contribuem para a integração de “componentes quer de natureza lúdica e convival e societal, quer de natureza lúdica e cultural.” Os “espaços de vocação marcadamente comercial” aparecem segundo proposta dos mesmos autores, integrados num grupo de “quatro conjuntos ou tipos diferenciados de espaços”, sendo estes: 1) “espaços de vocação marcadamente comercial”; 2) “centros históricos, praças públicas e outras zonas monumentais reabilitadas”; 3) “zonas de lazer e consumo cultural polarizadas por grandes equipamentos de oferta cultural ou lúdica” (museus, bibliotecas, parques temáticos) – são espaços que apesar de se estruturarem em grandes equipamentos, permitem a conceção de espaços exteriores de recreio e lazer de uso público que, para além de serem complementares ao equipamento, “funcionam” como alternativa à proposta de serviços, usos, atividades que decorrem no interior dos equipamentos; 4) “espaços criados (ou recriados) pela revitalização de eventos culturais ou lúdicos de duração limitada (festivals, espetáculos, exposições, instalações de arte pública, feiras, festas, desfiles de moda, grandes eventos).”

---

<sup>68</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Amérigo, María, ob. cit., pp.276-277.

<sup>69</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula, ob. cit., p.109, 110.

Aragonés refere um estudo de Kostof, sobre a criação de espaços de comércio ao ar livre nos núcleos históricos, que de certa forma, revivem as características do comércio do passado e respeitam a identidade histórica ali criada.<sup>70</sup>

Estes espaços de comércio ao ar livre em Portugal, estão associados aos mercados e às feiras, e não são prática exclusiva dos núcleos históricos, muito pelo contrário, tanto agora como no passado estes espaços de comércio fazem-se um pouco por toda a cidade, desde que esta tenha a capacidade de oferecer espaços amplos e seguros a esta prática. Estes são espaços de encontro e de partilha de conhecimentos e informação, que renovam a vida das áreas das cidades em que ocorrem. Mas para a revitalização de áreas degradadas e de certa forma desprovidas de vida nas cidades, também é importante a existência de pequenos espaços de comércio, que oferecem ao habitante daquele espaço um leque de produtos, que suscitem aos habitantes a vontade de sair à rua e percorrer poucos metros até àquele tipo de espaço.

Como elemento complementar ao fomento de vivência social nas áreas urbanas, que tem vindo a ser analisada, Aragonés, faz referência a um elemento essencial para a conceção do espaço e que já por diversas vezes foi referido, segundo diversos autores, elemento segurança, mais uma vez defende-se que o espaço projetado deverá ser, o mais possível, potenciador de sentimentos de segurança e conforto, desprovidos de barreiras visuais e espaços escuros, que obstrua a vista sobre o espaço e que potencie atividades que suscitem a insegurança às pessoas que vivem os espaços urbanos. Mas para que tal seja possível todo **o desenho urbano deverá ser pensado como um todo, e não como partes separadas em que o edificado faz parte de um projeto e o espaço público de outro, sem que seja criada uma unidade entre espaços.**<sup>71</sup>

Mário Cordeiro e Tiago Queiroz<sup>72</sup>, a partir das consequências da falta de ordenamento e planeamento adequado às realidades da população, sobre tudo das crianças, sugerem ainda um elenco de “requisitos básicos que devem existir nas comunidades”, para que as cidades se tornem mais saudáveis para a vivência das crianças e da restante população em geral, em que para além das boas condições de habitação, espaços de saúde, fazem também referência a parâmetros que têm influência direta sobre o espaço público:

- “promoção da saúde e dos fatores e estilos de vida promotores do bem estar”;
- “locais onde se apele e se consubstancie a existência de grupos de pertença vários”;

---

<sup>70</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Américo, María, ob. cit., p.277.

<sup>71</sup> Aragonés, Juan Ignacio e Américo, María, ob. cit., pp.277-279.

<sup>72</sup> Cordeiro, Mário, e Queiroz, Tiago, ob. cit., pp.100- 108.

- “atividades de lazer, criativas, variadas e estimulantes, física e intelectualmente”;
- “locais onde se debatam questões étnicas, filosóficas, políticas e se partilhem e discutam ideias”;
- a manutenção da “escala humana” – “diz respeito às dimensões, ritmos, velocidades, distâncias, tempos, altura de edifícios, existência de locais de descanso, possibilidade de “carregar as baterias” a meio do dia, horários, etc., bem como ao planeamento das atividades e disponibilidade dessas mesmas atividades.” Contrapõe a organização atual das cidades, em que para cada tipologia de uso ou função proposto é-lhe destinado um local específico de implantação;
- “melhorar a acessibilidade dos peões, nas cidades”;
- “retirar espaço e protagonismo aos veículos privados”;
- “adequar os serviços de transporte público aos horários mais adequados aos utilizadores, designadamente aos utilizadores jovens”;
- “planear e melhorar os espaços de lazer e recuperar a rua como lugar de encontros e socialização”.

Cordeiro e Queiróz<sup>73</sup> defendem ainda a mescla de grupos sociais e culturas característica das cidades. Consideram que esta é promotora de boa qualidade de vida urbana – “A edificação e “nidificação humana” só é possível (...) em locais onde se pense em todas as facetas inerentes às atividades e necessidades humana, como a escola, trabalho, lazer, criatividade, passeio, preguiça, saúde, educação, segurança, confraternização, afetos, relações interpessoais, grupos de pertença, mistura de culturas e pontos de vista, debate de ideias, resolução pacífica dos conflitos, etc.”.

Para que se garanta a utilização do espaço público, este deverá integrar as seguintes características<sup>74</sup>,  
75:

- 1) Diversidade de funções e de utilizadores do espaço;
- 2) Segurança (o espaço deverá ser bem iluminado, deverá conter vistas amplas desprovidas o máximo possível de barreiras que confinem o espaço e ser heterogéneo);
- 3) Deverá apresentar-se como um espaço esteticamente apelativo e contemplar também boas qualidades formais e espaciais facilitando as relações e sentimentos de pertença ao lugar;

<sup>73</sup> Cordeiro, Mário, e Queiroz, Tiago, ob. cit., pp.100-101.

<sup>74</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.93.

<sup>75</sup> Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula, ob. cit., p.90.

- 4) Deverá também ser promotor de encontros e interações sociais e culturais distintas, características dos grandes centros urbanos contemporâneos.

### **3.2. POLÍTICA E ECONOMIA**

Neste ponto, propomo-nos abordar, brevemente, a forma como as mudanças de paradigmas de economia e política, influenciaram o espaço público e os processos da sua concepção nomeadamente os planos de reestruturação urbana, e os projetos de requalificação urbana e paisagista entre outros.

#### **3.2.1. As Políticas Urbanas e a sua relação com a Economia**

As políticas urbanas refletem, de certa forma, as alterações da sociedade, que por sua vez alteram a conexão da paisagem e do território, visto que as políticas adotadas sobre o território, devem refletir sobre as condições económicas, sociais e ambientais do mesmo, característica esta que, reforça a estreita relação que existe entre a dimensão política e económica. Veja-se o caso das cidades, centros de desenvolvimento, sobre as quais são exercidos diferentes estímulos económicos, principalmente relativamente a grandes zonas industriais. A pressão económica sobre uma área industrial tem influência direta sobre a demografia de uma cidade, consoante a localização da mesma e o sucesso da indústria, desta forma, existem grandes movimentos demográficos associados a esta realidade. Da mesma forma que se assiste cada vez mais nas nossas cidades, ao encerramento de espaços comerciais de pequena dimensão em resultado da crise económica que o nosso país atravessa. Estes processos resultam na adoção de novas políticas de intervenção sobre o território, mais concretamente sobre as cidades, que se afirmam segundo, planos de revitalização, planos esses que passam muito pela revitalização da dimensão económica destes locais. Da mesma forma que a economia está subjacente ao crescimento e transformações de ordem espacial e social, também está relacionada com os valores ambientais, que de certa forma contabilizam a ordem espacial e social numa mesma esfera de atuação, como acontece na intervenção em espaço público, através da qual se pretende que, as cidades comecem a assumir características possuidoras de bom ambiente urbano e de qualidade de vida, pelo que, começam a ser adotadas novas políticas de intervenção em espaço público, dotando-o para além das características promotoras de atividades de recreio e lazer, também características

associadas à produção, assistindo-se assim, à reconversão de espaços inutilizados mas adequados à produção agrícola, em parques hortícolas nos centros das cidades.<sup>76</sup>

### 3.2.2. A influência das dinâmicas político-económicas na ocupação e forma do espaço público urbano

Para o desenvolvimento das novas propostas de revitalização dos núcleos mais degradados, ou abandonados e negligenciados das nossas cidades é importante, também, nesta dimensão, considerar as transformações urbanas que têm ocorrido e compreender o seu efeito sobre o espaço público, tendo em conta o facto de que este, concentra os mais diversos usos e equipamentos. Por exemplo “a predominância crescente do transporte”, vem alterar significativamente a forma de conceção das cidades e a sua organização, visto que o uso, ou não, do automóvel, muitas vezes serve de desculpa a alguns problemas das cidades, exemplo disso é o abandono progressivo do comércio local.<sup>77</sup> Mas deve também, considerar-se que os novos sistemas viários, servem como ligante entre os diferentes espaços da cidade, otimizando as deslocações de pessoas e bens, assim, “a mobilidade ocupa um papel central na construção das novas cartografias urbanas”.<sup>78</sup> Acima de tudo deve-se considerar que o espaço urbano é a consequência de vários fatores de transformação urbana ocorridos desde o início das cidades, em que o automóvel e as estruturas que a ele estão associadas (como as áreas destinadas ao estacionamento) vêm dotar as áreas urbanas com novas tipologias de espaços públicos, passíveis de serem reconvertidos em diferentes usos, estruturas essas que devem ser equacionadas, num espaço urbano.<sup>79</sup>

Portas, N. (*et al.*)<sup>80</sup> consideram que a “cidade consolidada é um palimpsesto de memórias sobrepostas (estratificadas) que condicionam ou limitam as possibilidades de transformação das suas áreas obsoletas ou de preenchimento de vazios, dado o atual consenso acerca da preservação dos valores patrimoniais e/ou ambientais que já se não limitam a perímetros classificados, estendendo-se também à natureza dos impactes das mudanças, funcionais (terciarização) ou sociais (“gentrificação”)”. Por outro lado, considero, que as condicionantes aqui referidas, segundo um novo padrão de políticas urbanas e de conceção do espaço, deverão ser consideradas como oportunidades e/ou potenciadoras, de novos planos de intervenção, que aliem estes fatores às características das áreas a intervir,

---

<sup>76</sup> Nuno Portas, *et al.* - Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades, 2003, pp.74-84, 195, 239-240.

<sup>77</sup> Portas, Nuno, *et al.*, 2002, Políticas Urbanas - Documento de apoio ao colóquio sobre políticas urbanas, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian, p.27.

<sup>78</sup> *Idem*, pp. 27-28.

<sup>79</sup> Brandão, Pedro - A identidade dos lugares e a sua representação coletiva, 2008, p.20.

<sup>80</sup> Portas, Nuno, *et al.*, *ob. cit.*, p.67.

segundo uma visão multidisciplinar do espaço. A formalização do espaço é que influencia, para além dos atos funcionais dos cidadãos, a ligação por parte dos cidadãos a este, porque são os cidadãos que estabelecem as relações de identidade com o espaço projetado.<sup>81</sup> Assim as políticas de regeneração urbana assentam nos seguintes parâmetros:<sup>82</sup>

- “a revitalização dos centros históricos, reforçada pela tendência da patrimonialização, da identidade e dos setores económicos em expansão nas áreas do turismo e da cultura”;
- “o urbanismo comercial, ou a intervenção no parque residencial vazio e/ou degradado, tendendo a inverter a crise do pequeno comércio, a fuga da população residente ou a degradação física e social dos bairros críticos”;
- “a revitalização de edifícios e conjuntos tornados obsoletos, particularmente nas frentes de água e outros locais de forte valor simbólico, ajustáveis aos “projetos de excelência”, de forte visibilidade e impacto social”;
- “a súbita atenção dada ao “espaço público”, depois das modificações induzidas pelo automóvel e pelas novas vivências urbanas, etc.”.

Este último ponto “tem efeitos positivos (para além da própria funcionalidade) sobre a autoestima e o cálculo das vantagens por parte dos “atores” em presença, a reanimação económica rua a rua e a imagem da Administração Local”.<sup>83</sup> O erro que muitas vezes é cometido na reorganização do espaço público, que se pretende que após esta análise não venha a ocorrer, prende-se com, o não complementar os sistemas de mobilidade e infraestruturas necessários à cidade. Tal como é referido por vários autores das mais variadas áreas do conhecimento, o espaço público atua como elemento estruturante e de suporte, ao edificado, equipamentos, sistemas viários, etc..<sup>84</sup>

Borja e Muxi<sup>85</sup> apresentam como exemplo da importância dos espaços de comércio nas cidades, a opinião do próprio diretor de planeamento urbano de Londres, que é muito elucidativa sobre esta questão, na qual este considera que, “os bens mais importantes que se trocam numa cidade, é a conversa, a informação cara a cara, os murmúrios... conseqüentemente são muito necessários o bar e o restaurante. O urbanismo tem de garantir, pelo menos em áreas densas, que em cada bloco habitacional, os pisos térreos deverão ser lugares de encontro, lojas, cafés, os equipamentos mais importantes da cidade”. Isto porque, são estes que vão conferir vitalidade às cidades, por isso, são

---

<sup>81</sup> Brandão, Pedro, *ob. cit.*, p. 22.

<sup>82</sup> Portas, Nuno, *et al.*, *ob. cit.*, p.38.

<sup>83</sup> *Idem*, p.65.

<sup>84</sup> Portas, Nuno, *et al.*, *ob. cit.*, p.65.

<sup>85</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, *ob. cit.*, p.29.

considerados também um elemento importante na (re)vitalização de várias partes das nossas cidades. Com o estudo que Balsas<sup>86</sup> faz sobre o comércio a retalho nos centros das cidades, é possível verificar a importância que os espaços de comércio representam nos núcleos urbanos. Com este estudo é também, possível perceber, o que condiciona a sua proliferação e leva ao seu abandono e a influência que esta perspectiva tem sobre o espaço público tradicional. Neste verifica-se o crescente encerramento de espaços de comércio tradicionais, devido a várias razões, porque, os espaços de comércio encontram-se em áreas onde já não se verifica vida urbana, devido à falta de espaços de estacionamento, entre outros. Os habitantes dos centros das cidades mudaram-se para a periferia procurando melhores condições de vida. Em última análise, tem-se que considerar que são “as pessoas que conferem vitalidade ao ambiente urbano, como espaço de fluxos económicos que presume condições: propriedade dos espaços (o que conservar, do espaço herdado); elementos legais (fatores processuais e de gestão da mudança); condições de mercado (viabilidade económica, função de uma procura, disponibilidade de meios de investimento e viabilidade do retorno)”.<sup>87</sup>

Em consequência deste abandono sucessivo as habitações foram-se degradando e com ela a imagem do espaço público, tornando-se estes espaços das cidades, pouco atrativos e muito inseguros. Contudo, se for adotado um processo de revitalização urbana, que coadune simultaneamente a recuperação dos espaços destinados à habitação, e ao comércio, e a requalificação do espaço público, é possível voltar a humanizar estes espaços. As características referidas por Balsas, que poderão ter levado ao abandono dos espaços de comércio a retalho nos centros das cidades como a falta de estacionamento e o tempo perdido numa ida ao supermercado ou à “loja do bairro”, deixa de ser posta em causa, se o novo plano de revitalização das cidades considerar os problemas ‘físicos’ das cidades, que possibilite ao habitante daquela área, perceber as mais-valias de nela viver, como por exemplo a distância casa aos espaços comerciais.

Num artigo de 1998, Nuno Portas<sup>88</sup> refere que “não basta alterar as condições de habitat ou as melhorias de transportes coletivo se persistirem condições estruturais como a do acesso ao emprego, cada vez menos compensados pelas economias de subsistência ou pelo Estado como empregador, como provedor de serviços coletivos ou como mediador dos interesses dos mais fracos”, condição esta que persiste ainda nos dias de hoje.

Hoje em dia, dada a atual condição económica e social do nosso país, assiste-se cada vez mais, à expansão de novos modelos de ocupação de vazios de uso público nas cidades, por hortas urbanas

---

<sup>86</sup> Balsas, José Carlos Lopes - Urbanismo Comercial em Portugal, 1999, pp.31-41, 49, 50, 54.

<sup>87</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.22.

<sup>88</sup> Portas, Nuno, ob. cit., p.257.

que revitalizam o sistema económico das cidades e contribuem para melhoria da qualidade de vida urbana.

Numa entrevista prestada ao *Portal do Ambiente*, o Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Teles, apresenta numa definição de hortas urbanas, e a importância que estas têm sobre os meios urbanos - “as hortas urbanas – que não implicam um deslocamento das pessoas da cidade para o campo - e cada vez mais, uma grande importância na manutenção da qualidade de vida das populações e no combate à crise e ao encarecimento da alimentação”.<sup>89</sup> Neste sentido, já existem de norte a sul do nosso país várias cidades apostadas na revalorização das hortas como oportunidade de fazer face às condições económicas atuais e como promotoras, em ambientes urbanos, de melhores condições e qualidade de vida urbana.<sup>90</sup> Em cidades densamente povoadas, onde a existência de parcelas de terrenos aptas a receber este tipo de atividades, é muito diminuta, são adotadas outras alternativas, como por exemplo no caso de Nova Iorque, os habitantes de vários blocos habitacionais, seguindo um modelo de vizinhança cooperativa, adaptaram as hortas urbanas aos terraços dos prédios onde habitam.<sup>91</sup>

As dimensões económicas e políticas aparecem aqui agrupadas, porque estas influenciam-se mutuamente, e uma está quase dependente da outra. Visto que são as políticas urbanas promovidas nas cidades, que influenciam a dinâmica económica das cidades. Mas não só a dinâmica económica é influenciada, os próximos dois exemplos, retratam, que estes novos espaços agrícolas nas cidades, também contribuem para a melhoria da imagem das mesmas, e contribuem para a coesão social e para a transmissão de novos conhecimentos e educação:

- i. O parque de Prato Fiorito em Roma – a regeneração urbana, levada a cabo pela Câmara Municipal de Roma, insere-se no programa “Paisagens Suburbanas e Identidade”, o qual promove a salvaguarda dos recursos naturais e culturais, revivendo a relação que a cidade sempre teve com o seu território. Este exemplo, centra-se na recuperação e/ou aproveitamento de uma área expectante, à qual são atribuídos usos agrícolas e recreativos, que tem também como principal objetivo o reforço da estrutura ecológica da região.<sup>92</sup>
- ii. Agricultura urbana: Município de Paris exemplo *Main Verte* – trata-se de um caso no qual a dimensão sociológica é muito valorizada aliada à dimensão económica. *Main Verte* corresponde a um programa que promove a integração social, e por se tratar de um programa

---

<sup>89</sup> ABOUT MEDIA. Portal do Ambiente/Notícias. Portal do Ambiente. [Online] 2006

<sup>90</sup> PERI-URBANA, REDE PORTUGUESA DE AGRICULTURA URBANA E. Portal da agricultura urbana e periurbana. <http://www.portau.org/>. [Online]

<sup>91</sup> GREENSAVERS. [greensavers/temas/nutricao/hortas-urbanas/](http://www.greensavers.org/temas/nutricao/hortas-urbanas/). [Online] 2012

<sup>92</sup> Guccione, Biagio, Meli, Andrea e Risicaris, Giorgio - Linking urban developments to green areas, 2008, p.78.

educativo e criativo, ao mesmo tempo que dá uma nova imagem aos espaços vazios da cidade e contribui para a melhoria da qualidade de vida em todas as suas dimensões.<sup>93</sup>

Para além, dos espaços de comércio associados à habitação, também o turismo serve de promotor à vitalização das cidades (ou de aglomerados urbanos), cobrindo assim “as várias dimensões dos problemas que afligem essas áreas: problemas sociais, problemas económicos, reabilitação do património histórico, cultural e arquitetónico, reabilitação do alojamento, etc.”.<sup>94</sup> Segundo o *Catálogo De Boas Práticas De Planeamento Urbano*<sup>95</sup>, existem no nosso país variadíssimos casos, nos quais, foram reunidas as dimensões económica e política, social e arquitetónica, revitalizando núcleos degradados das cidades, promovendo, espaços de comércio, habitação e turismo. São exemplo disso os seguintes casos:

- i. Cidade do Porto – “A intervenção tem incidido especialmente na requalificação do espaço público e na criação de estruturas de assistência às populações residente (...). Simultaneamente, atuou-se ao nível da reabilitação das habitações degradadas e de diversos monumentos para qualificar o tecido urbano e fixar a população residente.”;
- ii. Cidade de Évora – “O centro histórico reforçou o seu papel de centro urbano com a revitalização de certas atividades económicas como o turismo, o comércio e os serviços. Conseguiu-se também uma melhoria das condições de habitabilidade dos cidadãos e o crescimento do investimento público e privado na reabilitação dos edifícios mais degradados. (...) o sistema de transportes e estacionamento apresentou resultados positivos no campo ambiental, na eliminação dos congestionamentos e na proteção dos monumentos da cidade. Para esse resultado contribuiu também a criação de um parque de estacionamento na periferia da cidade e o estabelecimento de uma rede de mini-autocarros de acordo como um novo plano de circulação do tráfego.”;
- iii. Centro Histórico de Guimarães – “A recuperação do património tem sido efetuada com recurso a mão de obra local, materiais e técnicas tradicionais. (...) Por outro lado, as atuações incluem a introdução de diversas infraestruturas e a provisão de iluminação pública e de equipamento urbano.” Nota-se bem a intenção de um investimento, na economia local e na adequação do local às necessidades atuais da população que vivem e utilizam o espaço.

É, agora, possível concluir que ao reestruturar a cidade, esse processo deverá ser iniciado pelo desenho do espaço público, uma vez que é este que irá ditar a organização espacial, dos

---

<sup>93</sup> Guccione, Biagio, Meli, Andrea e Risicaris, Giorgio, ob. cit., pp.84-85.

<sup>94</sup> Albergaria, Henrique, et al. - *Catálogo de Boas Práticas de Planeamento Urbano*. Coimbra, 2005, p.117.

<sup>95</sup> *Idem*, pp.118-120.

equipamentos de uso público e privado, edificado e habitação, zonas de comércio associadas ao edificado, espaços de recreio e lazer, sistemas de acessos viários e pedonais, que facilitam a mobilidade e estabelecem continuidade com a malha urbana. É muito importante contabilizar e definir no projeto, as áreas destinadas à habitação e ao comércio, pois são estas, que servem de promotor ao processo de humanização das cidades. É importante considerar, que a cidade e o espaço público, são bens públicos, - “bens ao usufruto do qual todos temos direito”<sup>96</sup> -, e que para tal seja possível têm que ser adotadas e criadas políticas urbanas e socioeconómicas, que permitam a revitalização de espaços degradados, potenciando boas condições de vida urbana, vivência, habitabilidade e conseqüentemente a humanização destes espaços.

### 3.3. **ARQUITETURA E URBANISMO**

Com este terceiro grupo de âmbitos disciplinares, pretende-se estudar a dimensão urbanística do espaço público, aferindo quais são os principais problemas das cidades, decorrentes de períodos de fortes transformações urbanísticas, e quais serão os principais parâmetros urbanísticos, que a conceção do espaço público deverá contemplar.

#### 3.3.1. **Principais conceitos da arquitetura e urbanismo**

**Cidade** – segundo Françoise Choay, “cidade” continua a designar o espaço de comunicação, troca de bens, informações e emoções, e é concebida como “a união indissociável do que os romanos chamavam *urbs* (termo físico da cidade) e *civitas* (comunidade dos cidadãos que a habitam), ou também como a pertença recíproca entre uma população e uma entidade espacial”.<sup>97</sup> Segundo Kevin Lynch, a cidade “é uma organização mutável com fins variados, um conjunto com muitas funções criado por muitos, de um modo relativamente rápido”.<sup>98</sup>

Seguindo a descrição ou definição de cidade dada pelos autores de “Novos espaços urbanos” Jan Gehl e Lars Gemzoe, a cidade pode-se apresentar segundo quatro tipos diferentes:

- “A cidade tradicional – onde lugares de encontro, de comércio e circulação continuam a coexistir em equilíbrio.

---

<sup>96</sup> Brandão, Pedro - apocalípticos - Integrados. Notas de "pensamento paralelo" sobre o espaço público e economia, e sobre alguns novos tipos de espaços públicos, 2005, p.152, - informação segundo a teoria económica.

<sup>97</sup> Choay, Françoise - El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad, 2004, p.62.

<sup>98</sup> Lynch, Kevin - A Imagem da Cidade, 2009, p.95.

- A cidade invadida – onde usos individuais, geralmente tráfego de carros, usurpa território à custa de outros usos do espaço urbano.
- A cidade abandonada – onde espaço e vida públicos desapareceram.
- A cidade recuperada – onde grandes esforços são feitos para encontrar um novo equilíbrio entre usos da cidade como lugar de encontro, comércio e circulação.”<sup>99</sup>

**Urbanismo** – tem significado duplo (decorrente de dois modelos distintos) segundo Fraçoise Choay, “por um lado designa uma nova disciplina que se declara autónoma e que pretende ser ciência da conceção das cidades (...) designa também outro procedimento pragmático e sem pretensão científica, que não pretende mudar a sociedade, mas que procura mais modestamente regularizar e organizar com maior eficácia o crescimento e o movimento de fluxos demográficos, assim como a mudança de escala dos equipamentos e das construções provocadas pela revolução industrial”.<sup>100</sup>

**Urbanização** – “é um processo de transformação do uso solo e de organização do *habitat* humano que ocorre sempre que o uso agrícola e florestal é substituído por um outro, predominantemente urbano. Trata-se de um processo simultaneamente cultural e económico, expressão de dinâmicas fortes e não apenas de um processo edificatório”.<sup>101</sup>

**Arquitetura** – Segundo Bruno Zevi<sup>102</sup>, “a arquitetura não é apenas arte nem só imagem de vida histórica ou de vida vivida por nós e pelos outros; é também, e sobretudo, o ambiente, a cena onde vivemos a nossa vida”, reforçando a ideia de que a arquitetura é o ambiente onde vivemos, Alberto Pérez-Gómez<sup>103</sup> considera que, a arquitetura diz respeito à configuração e organização do espaço público.

**Bairros** – “Os bairros são áreas citadinas relativamente grandes em que o observador pode penetrar mentalmente, e que têm alguns aspetos comuns”.<sup>104</sup>

**Espaço público** – o conceito de espaço público é transversal a todas as disciplinas, de acordo com Alberto Pérez-Gómez de Hanna Arendt, espaço público é “el espacio de la apariencia”<sup>105</sup>; é um “espaço

<sup>99</sup> Gehl, Jan e Gemzoe, Lars - Novos Espaços Urbanos, 2002, p.14.

<sup>100</sup> Choay, Françoise, ob. cit., p.63.

<sup>101</sup> Fadigas, Leonel - Urbanismo e Natureza - Os Desafios, 2010, p.17.

<sup>102</sup> Zevi, Bruno - Saber ver a arquitetura, 1996, p.28

<sup>103</sup> Pérez-Gómez, Alberto - Espacios intermedios, 1996, p.274.

<sup>104</sup> Lynch, Kevin, ob. cit., p.70.

<sup>105</sup> Pérez-Gómez, Alberto, ob. cit., p.275.

de personificação total, espaço de diálogo e trocas”.<sup>85</sup> O espaço público é, “Toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso coletivo”.<sup>106</sup>

### 3.3.2. O processo de urbanização

Para contextualizar as transformações urbanas, e o impacto que estas tiveram sobre o espaço público, destacam-se as principais transformações ocorridas durante três períodos diferentes: século XIX, XX e na atualidade.

O urbanismo do século XIX formalizou a distinção entre público e privado, “com a finalidade de garantir os espaços públicos e a diversidade de funções e usos coletivos que ali se poderiam desenvolver”. Por outro lado, durante o século XX o espaço público “perde as suas duas funções fundamentais, das quais derivam todas as suas potencialidades:

a) Dar forma e sentido ao conjunto da cidade, garantir percursos e elementos de continuidade e destacar as diferenças entre edifícios e blocos urbanos.

b) Ordenar as relações entre edifícios, equipamentos, monumentos, vias, espaços de transição e espaços abertos em cada área da cidade”. Na atualidade, tenta-se recuperar a “cultura do espaço público (...) não devido unicamente ao *deficit* de espaços e equipamentos de uso coletivo, mas também devido à conceção «especializada» do espaço público”.<sup>107</sup>

Por outro lado, é característica também das cidades atuais, a “cidade genérica” de Rem Koolhaas<sup>108</sup> que consiste, numa cidade organizada segundo unicamente as necessidades registadas na altura de conceção, sem quaisquer evocações de memória e identidade do espaço, pois é intenção deste tipo de cidade, que os cidadãos criem a sua nova identidade, e relação com o lugar, esta é uma cidade “sem história”.

Segundo Françoise Choay<sup>109</sup>, “a situação urbana atual é o resultado da transformação da cidade europeia que teve lugar de forma manifesta entre a década de 1850 e a nossa época (...) no entanto, o que ocorreu ao longo de mais de um século não é uma evolução trivial, mas sim uma mutação”. Decorrente desta transformação a cidade assumiu as variadas formas e modelos organizativos (cidade difusa, cidade linear, cidade máquina, cidade jardim), e as noções de tempo e distâncias, foram também elas alteradas em consequência da expansão urbana, levando ao afastamento progressivo

---

<sup>106</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.24 - 27.

<sup>107</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.33.

<sup>108</sup> *Idem*, p.84.

<sup>109</sup> Choay, Françoise, ob. cit., p.61.

das populações dos centros das cidades. Alex Wall<sup>110</sup>, refere até que no seguimento desta transformação urbana, que o “trânsito de pessoas e veículos”, são uma medida de urbanidade tão importante como espaços estáticos e tradicionais. Na sequência da opinião destes autores, também Rem Koolhaas defende que “ainda estamos muito presos à ideia da rua e da praça como domínio público, mas o domínio público está mudando radicalmente. (...) o domínio público desapareceu; por outro lado, pode-se dizer também que se encontra atualmente tão difuso que não precisa mais de uma articulação física. Acho que a verdade está no meio-termo”.<sup>111</sup>

Associadas às transformações urbanas que se têm registado, estão os processos económicos, tal como já foi referido na dimensão anterior, por exemplo, as crises económicas como a que vários países da Europa atravessam atualmente, que alteram significativamente os modelos de ocupação espacial e demográfica do território. É na sequência de profundas crises económicas que diminuem o poder económico de muitos municípios, que o espaço público e sua importância nas cidades, é descurada e até mesmo relegado para segundo plano, assistindo-se desta forma à deterioração de muitos destes espaços, pelo que, os planos e ou projetos de intervenção, deverão contemplar os custos de manutenção e construção associados aos espaços públicos, para que estes possam ser modelo estruturante da organização urbana e manter o significado e importância que lhes está associado, como espaço de encontros sociais.<sup>112</sup>

Nuno Portas<sup>113</sup>, sugere que no decorrer das transformações urbanas, surgem também novos desafios urbanos, desafios esses, que se materializam essencialmente na conceção do espaço público. “O espaço público – ou coletivo – torna-se assim, em duas décadas, no centro de debate sobre políticas urbanas ao ser tomado como um valor urbano em si mesmo, como algo capaz de suportar ou desencadear outros processos económicos ou culturais”. As primeiras propostas de intervenção no espaço público, decorriam dos planos de regeneração “das áreas centrais, mais ou menos históricas”, que se centravam principalmente apenas na recuperação do edificado. “A passagem que então se dá do edifício aos conjuntos urbanos implicava o reconhecimento do papel “catalítico” ou de contaminação possível” do espaço público renovado como indutor de investimento e iniciativa local”.

O espaço público passa, assim, a desempenhar o papel de modelo organizativo das cidades. É a partir do espaço público que se pode “tornar reconhecível a imagem de unidade do todo, dentro de um sistema de partes complementares por mais diversificadas que estas sejam. Mais do que um “grande”

---

<sup>110</sup> Wall, Alex - Fluxo e intercambio, 1996, p.158, 159.

<sup>111</sup> Koolhaas, Rem - Rem Koolhaas - Conversas com estudantes, 2002, p.43.

<sup>112</sup> Gomes, José Manuel Ressano Garcia - Morfologia Urbana e Desenho da Cidade, 2000, p.417, 418.

<sup>113</sup> Portas, Nuno, ob. cit., p.116.

desenho é um “meta” desenho que pode responder a esta ambição – que não será, no entanto, credível nem viável se não acompanhar processos tendentes a níveis mais justos de coesão social”.<sup>114</sup>

**O espaço público atualmente tem o papel de elemento ordenador do espaço, tendo sempre como último objetivo responder às necessidades locais e das populações atuais, com perspetiva de futuro.**

Como já foi referido anteriormente, as cidades tornam-se atrativas às pessoas, pelas possibilidades de emprego que estas proporcionam, fomentando e criando espaços de vivência e humanização das mesmas. Sendo, também, este fator de transformação urbana, que permite que, “estejam sempre em evolução e constituam uma complexa e inacabada realidade social, económica e cultural”.<sup>115</sup>

Decorrentes das mudanças socioeconómicas, associadas à evolução urbana, as populações inserem-se preferencialmente nas periferias das cidades, culminando no aparecimento de zonas “obsoletas e degradadas” nos centros das cidades, núcleos históricos e em áreas industriais obsoletas. Estas áreas degradadas das cidades, têm hipótese se serem recuperados, através de processos de “regeneração urbana e ambiental” e de revitalização, tornando estes espaços anteriormente degradados mais aprazíveis e promotores de boas condições de vida. Para que tal se concretize da melhor forma, o espaço público deverá ser o espaço organizativo da malha urbana, e deverá ser pensado em conformidade com a área em que se insere.<sup>116</sup> As seguintes afirmações de Leonel Fadigas<sup>95</sup> explicitam a necessidade e o dever, de entender o espaço público como promotor da organização urbana: “As cidades multiculturais, (...), são aquelas onde o uso e a apropriação dos espaços livres e dos espaços públicos se assumem, para além da fruição, como expressão de territorialidade e de identificação urbana e social (...) A cultura ambiental emergente pressiona a necessidade e a indispensabilidade da organização de áreas livres e verdes destinadas ao recreio e à ocupação de tempos livres e à qualificação arquitetónica e paisagística das cidades”.

Outros espaços que surgem no interior das cidades associados aos fenómenos de expansão e transformação urbana, são os vazios urbanos, estes são espaços que dada a sua dimensão e localização, possuem grandes potencialidades na organização do sistema de espaços públicos, e da cidade no seu todo, criando novas centralidades que se articulam com a malha urbana envolvente.<sup>117</sup> Alberto Pérez-Gómez, também refere a importância destes espaços, e ressalva ainda, que em determinadas situações em que estes espaços possuem artefactos que hoje não têm utilidade mas que

---

<sup>114</sup> *Idem*, p.119.

<sup>115</sup> Fadigas, Leonel, ob. cit., p.8.

<sup>116</sup> *Idem*, p.12.

<sup>117</sup> Busquets, Joan - Nuevos fenómenos Urbanos y nuevo tipo de proyecto urbanístico, 1996, p.282.

são representativos de uma época de construção, proporcionam “momentos de reconhecimento” e relação com o local, possibilitando a criação de uma arquitetura adequada ao local, que respeita a componente cultural e social.<sup>118</sup> Também Borja e Muxi<sup>119</sup>, consideram que estes são espaços que permitem diversas possibilidades de criação de espaços públicos, poderemos ter espaços públicos permanentes e também podem ser criados espaços destinados “ao urbanismo «efêmero».”

Estes são espaços potencialmente apropriados tanto por grupos de diferentes etnias, como por espaços ideais para nomeadamente a instalação de *LandArt*. Francesco Careri, interpreta os espaços vazios como sendo espaços nômadas, e os espaços cheios, correspondem aos espaços sedentários.<sup>120</sup> Hoje em dia assiste-se assim à reconversão de espaços inutilizados, para além dos espaços desprovidos de qualquer edificação, como áreas ferroviárias, portos, canais, viadutos, áreas industriais obsoletas, entre outros, conferindo-lhes novas oportunidades de uso no território.<sup>121</sup>

Como se tem visto até aqui, o espaço público é composto e é alvo das mudanças de paradigmas de várias dimensões que nele têm influência (social/cultural, política/económica e arquitetónica/urbanística), fazendo do espaço público a “nova cultura da cidade”, tornando-o alvo de intervenção multidisciplinar.<sup>122</sup>

As transformações urbanas ocorridas, levam a uma positiva mudança de paradigmas em relação ao espaço público. A intervenção na cidade, deixa de ser circunscrita às necessidades básicas dos habitantes, da estruturação de um sistema viário, e o espaço público passa a ser reconhecido como modelo organizativo, tornando as cidades mais competitivas, e levando também ao aumento dos padrões de qualidade de vida. Os planos de intervenção passam a adotar uma postura multidisciplinar de avaliação do espaço. Contudo, alguns problemas ainda persistem, como a má qualidade dos elementos imediatamente adjacentes às áreas de intervenção, por exemplo, o edificado e espaços sobrantes, que como já foi possível verificar anteriormente, enfraquecem a qualidade do espaço público, visto que é diretamente afetado pela degradação dos elementos que o circundam e com os quais deveriam estabelecer conexões. A conceção de espaços públicos, ainda se processa de forma desfazada da realidade local, levando à proliferação de atos de criminalidade e insegurança no espaço, persistindo espaços confusos do ponto de vista da sua legibilidade, cuja qualidade é afetada

---

<sup>118</sup> Pérez-Gómez, ob. cit., p.277 - 279.

<sup>119</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.91.

<sup>120</sup> Careri, Francesco - *Land & Scape Series: Walkscapes - El andar como prática estética*, 2002, p.19, 24.

<sup>121</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.89.

<sup>122</sup> Brandão, Pedro e Remesar, Antoni - *Espaço Público e Interdisciplinaridade*, 2000, p.55.

negativamente pelo “ruído visual da publicidade e o impacto poluidor dos suportes de comunicação em quantidade crescente, que representam a privatização de um bem coletivo”.<sup>123</sup>

### 3.3.3. Tipologias de espaços públicos

Algumas tipologias de espaços públicos emergentes surgem das transformações urbanas, referidas anteriormente, como é o caso dos elementos relacionados com a estrutura viária (rotundas e a própria via, espaços de estacionamento).<sup>124</sup>

Tal como Pedro Brandão refere, “os espaços públicos urbanos devem ser vistos, não como unidades isoladas e autónomas, mas sim como estruturas contínuas que importa gerir coerente e globalmente numa lógica sistémica, relacionando todos os fatores e agentes que integram e definem o ambiente das cidades”.<sup>125</sup> Nesta perspetiva, os diferentes espaços públicos urbanos, devem ser pensados, organizados e desenhados, segundo o ambiente urbano em que se inserem em benefício da construção de espaços de boa qualidade urbana.<sup>126</sup>

Apresentam-se em seguida as diferentes tipologias de espaços e categorias diferentes que lhes estão associadas:<sup>127, 128, 129, 130</sup>

- **Avenidas e Ruas** – a rua é a “mais pequena unidade, ou porção do espaço urbano, com forma própria”, é de fácil apreensão visto que a partir de um qualquer ponto da sua secção “é possível abarcar a unidade espacial no seu conjunto”. O edificado também define e delimita estas unidades. Poderão apresentar diversos tipos de uso: desde o uso misto pedonal e viário, ao exclusivo apenas pedonal ou predominantemente viário, como é o caso das vias destinadas ao trânsito automóvel e destinados a transportes públicos.
- **Praças e Largos**
  - a) Praças e Largos, espaços centrais amplos que na maioria das vezes inclui mobiliário, espaços de fácil acesso e permeáveis. As praças “na cidade tradicional implicam, como na rua, a estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos

---

<sup>123</sup> *Idem*, p.56.

<sup>124</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., pp.156-158.

<sup>125</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., pp.24 - 27.

<sup>126</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.90.

<sup>127</sup> Alves, Fernando M. Btandão - Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica, 2003, pp.45 - 49.

<sup>128</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.42.

<sup>129</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.158.

<sup>130</sup> Gomes, José Manuel Ressano Garcia, ob. cit., p. 102

marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano como espaço coletivo de significação importante. Este é um dos seus atributos principais e que a distingue dos outros vazios da estrutura da cidade”. As Pracetas são espaços onde existe menor acessibilidade e permeabilidade, a saída deste espaço é a mesma que foi utilizada para a entrada) - “frequentemente associadas ao desenvolvimento históricos dos centros das cidades”;

b) Pequenos largos correspondem em geral, a espaços exteriores reduzidos “resultantes do necessário desafogo entre edifícios ou do encontro de ruelas ou caminhos. Adquirem frequentemente um carácter semipúblico pela grande articulação das unidades tipológicas”;

c) corporate plaza, espaço de carácter semipúblico, trata-se de praças desenvolvidas como parte integrante de edifícios de escritório e/ou comércio, destinada à utilização do público em geral, mas a sua manutenção fica a cargo dos setor privado, neste caso a cargo dos proprietários e gestores dos complexos edificados.

- **Terreiros e recintos multifuncionais** (áreas polivalentes) – espaços amplos, que acolhem diversas atividades (lúdicas e ou comerciais ou ainda servem de espaços de estacionamento) de utilidade pública – “são espaços públicos singulares, tanto do ponto de vista dimensional como funcional. Normalmente são espaços constituídos por grandes plataformas retangulares sensivelmente planas e com pavimento permeável”.
- **Memoriais** - Espaços de homenagem ou de celebração.
- **Espaços comerciais** – espaços exteriores de centros comerciais cujo desenvolvimento e manutenção ficam a cargo dos privados.
- **Espaços verdes**
  - a) Parques urbanos – “espaços livres, de superfície considerável, geralmente não abarcáveis com a vista, constituídos fundamentalmente por áreas ajardinadas, entre as quais se intercalam passeios, caramanchões, áreas de repouso e de recreio, miradouros, etc.”;
  - b) Jardins públicos – “espaços livres de dimensão e composição muito variada, geralmente abarcáveis com a vista e vedados, constituídos por áreas pedonais fragmentadas por áreas ajardinadas geralmente extensas”, estes espaços incluem também equipamentos de recreio e lazer;
  - c) *commons* (“grandes áreas verdes desenvolvidas em especial, nas primeiras cidades novas inglesas”);
  - d) Recintos/pátios; e) *community open spaces, community garden/park* (“espaços criados pelos moradores em terrenos disponíveis das unidades de vizinhança. (...) Oficialmente não

integram os sistemas de espaços abertos das cidades; por vezes, são substituídos por outros usos”);

e) Vias verdes / ciclovias (“áreas naturais interligadas aos espaços recreacionais por canais,(...) cujos itinerários de transporte protagonizam a mobilidade do peão e da bicicleta”);

f) Espaços canais – “espaços dedicados a infraestruturas que ligam pontos distantes e têm um efeito de barreira física, mais ou menos condicionante dos espaços contíguos”;

g) Espaços intersticiais (podem ser “escadarias, alargamento e cruzamento de ruas pedonais, espaços colaterais aos edifícios (...), parcelas vazias e parcelas expectantes”);

h) Áreas plantadas – “espaços residuais que promovem a integração de infraestruturas, equipamentos, edifícios ou vias no tecido urbano, constituindo fundamentalmente por zonas verdes ornamentais sem uso definido”.

- **Parques de estacionamento** – têm uma função específica (a de estacionamento), mas em função da sua dimensão e organização pode facilmente ser reconvertido em espaços destinados, por exemplo, à instalação de feiras e mercados, de uso público.
- **Rotundas** – a sua caracterização como espaço público, é um pouco ambígua, pois tem um cariz marcadamente funcional, associado ao trânsito rodoviário, contudo, dependendo da sua organização, localização e dimensão, pode também ser de uso público (podendo até ser utilizada unicamente como espaço de passagem e ligação entre espaços).
- **Frente de mar e de rio** – faixa marginal a frentes marítimas e fluviais, caracteriza-se por ser um espaço aberto, ao qual estão associados passeios pavimentados paralelamente ao plano de água, que servem diferentes usos, tornando-os passeios pedonais e cicláveis. A estes espaços estão associados mobiliário urbano de apoio às atividades já referidas, mas também, de apoio à estadia prolongada no local. Em alguns casos estes passeios “estão separados do plano de água por elementos como muros, “paredão” ou balaustrada e incluem também zonas arborizadas.

### 3.3.4. Diretrizes para a conceção do espaço público

O espaço público atual tem que ser pensado e construído para quem o vive e habita, e tem “que produzir um equilíbrio de funções entre o público e o privado. O público é que decide a densidade e o desenho urbano. E o privado que o desenvolve, cede terreno e constrói”.<sup>131</sup> Tal como Brandão P. e Remessar A. referem, “todos temos o direito à cidade e este direito inclui a mobilidade e também o

---

<sup>131</sup> Borja, Jordi, e Muxi, Zaida, ob. cit., p.85.

reconhecimento dos outros. Todos temos direito de nos sentirmos orgulhosos do lugar onde vivemos e que os outros reconheçam a dignidade da nossa área de residência”.<sup>132</sup> Os autores também consideram que o desafio urbano atual é o de “fazer a cidade, regenerando velhos centros e criando novos centros à escala metropolitana, garantindo a mobilidade, a acessibilidade e a visibilidade de cada uma das áreas da cidade e mantendo e construindo tecidos urbanos polivalentes, mistos pelos seus usos e populações, nos quais o espaço público é o elemento ordenador”<sup>133</sup>.

Segundo Alberto Pérez-Gómez, cabe ao arquiteto quando este desenvolve um plano/projeto, executar estratégias programáticas e “reconhecer que o problema não é puramente formal”, mas deve-se também a fatores sociais e culturais.<sup>134</sup> Alves M. F.<sup>135</sup> partilha da mesma opinião, no que diz respeito, ao papel ordenador que é dado ao espaço público, e à relevância que é dada à dimensão social/cultural, para a intervenção em meio urbano e como promotor de bem estar social. Também Borja e Muxi, consideram que “O facto de que o espaço público é o elemento determinante da forma da cidade, é razão suficiente para lhe atribuir o papel de ordenador do planeamento urbano e em primeiro lugar da malha urbana”.<sup>136</sup>

Por outro lado, Rem Koolhaas<sup>137</sup>, considera também que para a conceção do espaço público que a, “noção nostálgica de espaço público” não deve ser “inventada nem imposta sobre os modelos antigos e reconhecíveis da arquitetura para as massas, e tentar, em vez disso examiná-la sob uma luz mais recente.” Já Leonel Fadigas<sup>138</sup>, faz referência à ideia, há muito defendida pelo Arquiteto Paisagista Francisco Caldeira Cabral, **do estabelecimento de um *continuum naturale* em meio urbano**, propondo também, que no espaço urbano se corporizem, “os valores de reencontro dos homens com a natureza e consigo próprios”. “O planeamento e o desenho urbano podem ser o instrumento adequado à harmonização dos conflitos que a urbanização gera, no meio natural e na vivência humana, abrindo caminho para a inovação”, é também importante tanto em ordenamento, como em planeamento urbano, projeto de espaços públicos, reaprender com os erros do passado e com as experiências de sucesso já realizadas.<sup>139</sup>

Para que a qualidade de vida urbana seja introduzida nas nossas cidades, é importante perceber e ouvir o que os intervenientes do espaço público têm a dizer sobre este, e que conhecimentos poderão

---

<sup>132</sup> Brandão, Pedro, e Remesar, Antoni, ob. cit., p.81.

<sup>133</sup> Borja, Jordi, & Muxi, Zaida - Fazer cidade na cidade atual, 2000, p.79.

<sup>134</sup> Pérez-Gómez, ob. cit., p.275.

<sup>135</sup> Alves, Fernando M., ob. cit., p.57.

<sup>136</sup> Borja, Jordi, & Muxi, Zaida, ob. cit., p.90.

<sup>137</sup> Koolhaas, Reem, ob. cit., p.61.

<sup>138</sup> Fadigas, Leonel, ob. cit., pp.130-131.

<sup>139</sup> *Idem*, p.131.

transmitir. O planeamento urbano e os projetos de intervenção no espaço público deverão ser abertos à participação pública de todos os intervenientes do espaço urbano alvo de intervenção, contribuindo desta forma para a melhoria da qualidade de vida urbana.<sup>140</sup>

Para a conceção do espaço é importante conhecer o local em todas as suas dimensões. Francesco Careri considera o deambular pela cidade como fonte de conhecimento da própria cidade, pois é desta prática que surgem novas ideias em relação ao espaço e a sua perceção é mais direta.<sup>141</sup>

Quando uma cidade tem problemas organizativos, que levam ao desinteresse pelo espaço, criando espaços perigosos, obsoletos, desadequados às necessidades dos cidadãos, esses problemas reproduzem-se em “espaços públicos urbanos frequentemente sem vida, e por vezes abandonados e degradados, numa descaracterização dos edifícios, sítios e sequência de vistas e, finalmente, numa falta de interesse, ligação e mesmo de orgulho pelos sítios que habitamos. Para inverter esta tendência é preciso transformar o espaço público urbano num espaço habitado, apostando na qualidade do ambiente, em geral, e do espaço urbano, em particular, bem como na qualidade da imagem, no carácter e na força de apropriação pelos habitantes, dos espaços de arquitetura urbana e residencial, recuperando a força da “nossa” cidade, do “nosso” bairro, da “nossa” rua e da “nossa” casa.”<sup>142</sup> Ora, partindo deste princípio, é importante a criação de espaços multifuncionais e articulados, adequados à sociedade e cultura para a qual estão a ser trabalhados, tendo sempre em vista, uma visão futura, na qual é perspetivada a possível alteração relativamente aos hábitos e necessidades atuais dos cidadãos, que poderão ser alterados no futuro.<sup>143</sup>

Apresenta-se seguida um conjunto de **exigências urbanas, ou diretrizes**, que deverão ser consideradas para o desenvolvimento do espaço público em planeamento e/ou projetos de reestruturação urbana:<sup>144, 145, 146, 147, 148, 149</sup>

- Conhecer a realidade do lugar alvo de intervenção segundo as quatro dimensões do espaço público;

---

<sup>140</sup> Portas, Nuno, ob. cit., p.143.

<sup>141</sup> Careri, Francesco, ob. cit., p.12.

<sup>142</sup> Coelho, António Batista - Espaços públicos vivos e caracterizados, 2005, p214.

<sup>143</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.42.

<sup>144</sup> Coelho, António Batista, ob. cit., pp. 214 – 216, 229.

<sup>145</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.34.

<sup>146</sup> Coelho, António Batista, ob. cit., p214 – 216, 229.

<sup>147</sup> Brandão, Pedro, ob. cit., p.36 - 37.

<sup>148</sup> Sacadura, Fernando Cabral - A cidade, os cidadãos e o espaço público, 2005, p.177 - 182.

<sup>149</sup> Ferreira, António F. - Gestão Estratégica de Cidades e Regiões. Lisboa, 2005, p.30.

- “Urgência na requalificação e revitalização”
- O projeto deverá contemplar as exigências da população, tanto funcionais como de configuração espacial.
- Contemplar em planejamento urbano a relação edificado/espço público, pelo que devem ser definidas áreas destinadas à construção de habitações e equipamentos de utilidade pública, de forma coerente com o desenho de espaço público e valorizar a escala humana, tanto no edificado como no espaço público, pois é relação estabelecida entre ambos que irá promover os fatores de humanização do espaço;
- Definir espaços que proporcionem relações de vizinhança, apropriação e que estimule nos seus utilizadores sensações de segurança e manutenção dos espaços criados;
- Devem desenvolver uma “cuidadosa integração social, física e ambiental”;
- O espaço público deverá ser pensado de forma cuidadosa, deve-se adequar ao local em que se insere, e estabelecer “continuidade e sequências físicas/visuais, conferindo ao espaço uma maior sensação de segurança, e torna também o espaço mais legível, isto é, o utilizador facilmente percebe a organização do espaço em que se insere, quando adotado um modelo organizativo coerente. A legibilidade do espaço “desempenha também um papel social. Pode fornecer matéria-prima para os símbolos e memórias coletivas da comunicação entre grupos”;
- Contemplar equipamentos que respeitem as necessidades de mobilidade e acessibilidade, devem ser confortáveis e seguros, mas também resistentes a condições atmosféricas adversas e ao vandalismo;
- Garantir que o espaço público é concebido para o público e é do público e não “«propriedade» do técnico”;
- Assegurar a mobilidade e acessibilidade para todos, assegurada através de um bom sistema de percursos pedonais, clicáveis ou viárias, mas também, associada uma rede transportes e assegurar ligações entre os espaços públicos criados ou projetados e a restante malha urbana, de forma coerente;
- Promover a “qualidade da imagem urbana, funcionalidade e vitalização”, assegurando a “relação/articulação entre o domínio privado e o domínio público”;
- O espaço público deverá ser esteticamente apelativo e confortável;
- **“O sentido do todo”** – “As formas devem ser manipuladas de modo a existir um fio de continuidade nas múltiplas imagens de uma grande cidade”. “Os cinco elementos – via, limite, bairro, cruzamento e elemento marcante” -, têm ser considerados como elementos integrantes

de um modelo organizativo do espaço público, promotor de continuidade entre os diversos espaços da cidade.

- Fazer desenho urbano a partir do espaço público, as ruas, dada sua forma são elementos estruturantes do espaço, pois é a partir destas que são estabelecidas ligações à restante malha urbana, contemplando as necessidades de mobilidade e acessibilidade, e operam também como o “esqueleto” a partir do qual se desenvolve o resto do corpo.
- Respeitar a identidade do lugar, permitindo também permanência de “imaginabilidade”, isto é, os espaços deverão manter pontualmente alguns elementos em que dada a “qualidade de um objeto físico lhe dá uma grande probabilidade de evocar uma imagem forte num dado observador”;

É a identidade do lugar que permite ao utilizador dos espaços, a identificação e reconhecimento do lugar em que se insere. Mas considerando que ao fazer cidade e ao fazer espaço público, se está a trabalhar para um “vasto número de pessoas (...) - e cidades que também se possam adaptar a propósitos futuros -, podemos até concentrar-nos com clareza da imagem e permitir ao significado que se desenvolva sem ser por nós diretamente guiado”.

Brandão, P., & Remesar, A., também partilham da mesma opinião, em relação aos elementos que servem de estratégia à conceção/intervenção no espaço público, dos arquitetos/engenheiros referidos anteriormente. Neste caso estes autores sintetizam em três elementos, aqueles que para eles são os principais elementos a adotar para o espaço público:<sup>150</sup> 1) “Considerar as diferentes atividades que se exercem no espaço exterior (as necessárias, as fortuitas e as induzidas): a qualidade do espaço promove a diversificação das atividades realizadas no exterior, passar mais facilmente das atividades necessárias às fortuitas”; 2) “Considerar o espaço público como forma construída e que por isso tem de ser desenhada. Ora, sendo o desenho um método para a resolução de problemas, estes bem formulados farão bom desenho”; 3) “Aplicar um conceito mais vasto de espaço público integrando nele os valores que o consideram – o espaço de relação pública exterior, o espaço de cidadania”.

Em suma, e utilizando as palavras de Fernando Cabral Sacadura<sup>151</sup>, **“Melhorar a qualidade de vida das cidades passa por reabilitá-las enquanto espaços públicos e locais de encontro”**. O espaço público deve ser parte integrante na gestão urbanística, promovendo a regeneração, (re)vitalização, reestruturação nos processos de desenvolvimento urbano.

---

<sup>150</sup> Brandão, Pedro, e Remesar, Antoni, ob. cit., p.57.

<sup>151</sup> Sacadura, Fernando Cabral, ob. cit., p.175.

O bom desenho do espaço público é o “que **serve o seu objetivo, é sustentável, eficiente, coerente e flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores**”, contemplando as singularidades de cada espaço, e os seus contextos ambientais, culturais, sociais, económicos e políticos. Fornecendo espaços “**aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades**”.<sup>152</sup> Esta particularidade do que é um bom espaço público, serve de transição ao estudo da próxima dimensão, a qual por definição, defende um intervenção multi e interdisciplinar no território.

### 3.4. **ARQUITETURA PAISAGISTA E ECOLOGIA**

Este grupo surge, em forma de conclusão visto que a arquitetura paisagista, baseia-se na avaliação global, integrada e interdisciplinar do espaço considerando o conjunto das abordagens referidas, os seus princípios e estratégias de intervenção. Isto é, contempla todos os âmbitos de intervenção no espaço, para que se possam compreender as origens de algumas problemáticas, as tendências socioeconómicas e consequências da intervenção em espaço coletivo de modo a criar espaços públicos urbanos socialmente coesos, economicamente dinâmicos e ambientalmente equilibrados que contribuem para garantir a sustentabilidade urbana a nível global.

#### 3.4.1. **O Território e a Paisagem Urbana**

A **Paisagem** é “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e ou humanos”.<sup>153</sup> É portanto um organismo mutável<sup>154</sup>, no qual ocorrem variadíssimos processos de transformação nomeadamente em meios urbanos. Meios estes que se não forem devidamente planeados e regulados poderão culminar no aumento da polarização da sociedade e na criação de mais pobreza e alienação, pelo que “são necessários novos conceitos de planeamento urbano para integrar as responsabilidades sociais,”<sup>155</sup> e que (re)vitalizem os espaços urbanos degradados em consequência de uma expansão urbana desenfreada, que contemplava primordialmente os interesses privados<sup>156</sup>, sendo premente contrariar este processo em prol de uma cidade sustentável. Para tal torna-se importante conhecer os processos que estão na base das

---

<sup>152</sup> Brandão, Pedro, 2002, p.18.

<sup>153</sup> Decreto-Lei n.º4/2005. D.R. I Série - A. 31 (14-2-2005)

<sup>154</sup> Magalhães, Manuela Raposo - Estrutura Ecológica da Paisagem, 2007, p.8.

<sup>155</sup> Rogers, Richard e Gumuchdjan, Philip - Cidades para um pequeno planeta, 2001, p.8.

<sup>156</sup> *Idem*, pp.8 - 9.

alterações urbanas segundo as quatro dimensões do espaço público, e que influenciam diretamente a conceção e significado do espaço público.

Segundo Leonel Fadigas, “O estudo da evolução das paisagens passa, pelo conhecimento da sua história humana e social e dos seus ecossistemas naturais e humanizados que suportam e determinam a sua expressão visual”<sup>157</sup>. Por exemplo, tal como já foi referido nas dimensões anteriores, a economia é um grande “agente modelador da paisagem, comporta-se como fator de degradação ambiental e paisagística, como por outro lado, também, pode atuar como promotor, da requalificação ambiental e para a preservação dos recursos do território”, mas também tem fortes impactos na sociedade. Da mesma forma que à dimensão ambiental, está fortemente ligada a dimensão social, “quando se rompem estes laços, surgem fenómenos de reação ativa contra a homogeneidade cultural e das paisagens, a que se associam fenómenos de desestruturação individual e social e de redução da coesão social”, logo aqui está bem patente a complementaridade que existe entre as dimensões do espaço público, que serve de estratégia de intervenção em espaços públicos.

É devido ao carácter mutável do espaço, associado às diferentes dimensões do espaço público, que é importante compreender que “a intervenção no território implica sempre uma perspetiva de longo prazo, uma visão do futuro desejado e possível”<sup>158</sup> na qual, se deve compreender, que aquele espaço alvo de estudo e intervenção, se insere num contexto maior, onde se podem compatibilizar as mais variadas paisagens, “um todo em que o ser humano se insere, que é valor de identidade e valor patrimonial: a Paisagem (Paisagem Global),”<sup>159</sup> a paisagem “deve ser encarada e trabalhada numa perspetiva de unidade biofísica e cultural”.<sup>160</sup>

### **3.4.2.A visão abrangente e a abordagem integradora**

A Arquitetura Paisagista desempenha um papel fundamental ao intervir no espaço tendo subjacente os objetivos essenciais dos diferentes âmbitos disciplinares referidos anteriormente<sup>161</sup>, pois por definição e como refere Manuela Raposo Magalhães, “a Arquitetura Paisagista é uma matéria horizontal, cruzando todas as outras ao nível que lhe permita intercomunicar entre elas, com um método próprio, e o de transformar essa comunicação transdisciplinar num objeto, como uma certa forma”.<sup>162</sup> Também o professor Caldeira Cabral afirma que, a missão do arquiteto paisagista “exige sempre não menos

---

<sup>157</sup> Fadigas, Leonel - Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem, 2007, pp. 143-150.

<sup>158</sup> Gaspar, Jorge Manuel Barbosa - A Paisagem Global de Ribeiro Telles, 2003, p.109.

<sup>159</sup> *Idem*, p.112.

<sup>160</sup> Pessoa, Fernando - Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, Construtor de Ideias e Paisagens, 2003, p.32.

<sup>161</sup> Beatley, Timothy e Manning, Kristy - The Ecology of Place, 1997, p.33.

<sup>162</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob cit., p.57.

conhecimentos dos homens do que as plantas e do meio físico. Conhecimento, em primeiro lugar, dos homens para quem trabalhamos, e em segundo lugar, dos homens com quem trabalhamos. A nossa obra é sempre de colaboração.”<sup>163</sup> Segundo esta abordagem, é também, considerada como fundamental à conceção do espaço público urbano, a ecologia urbana, pois tem um papel importantíssimo na conceção do novo espaço público, sendo que, para além de procurar dar resposta às dimensões analisadas anteriormente, procura fundamentalmente contemplar a dimensão ambiental como promotora de boa qualidade de vida urbana.

Para que sejam cumpridos os parâmetros da sustentabilidade exigidos ao espaço público, este deverá, também ser promotor de novos hábitos de vida, como a valorização do transporte público e a primazia do uso pedonal, reduzindo a dependência do automóvel. O “Movimento do Novo Urbanismo” tem popularizado a necessidade da criação de espaços amigos do pedestre”, adotando como medida temporal *standard* de um percurso, a “caminhada de cinco minutos”, que induz no espaço a ideia de que, os serviços básicos e sociais e as lojas, deveriam localizar-se sensivelmente a meio quilómetro da zona de residência. Assim, é possível criar espaços benéficos à vivência urbana e criação de mais espaços pedonais.<sup>164</sup>

Para que uma cidade seja considerada sustentável em todas as suas dimensões, têm que ser adotadas políticas e planos de desenvolvimento urbano que compreendam que, todas as dimensões estão interligadas e influenciam-se mutuamente. O ambiente urbano, pobreza urbana e desenvolvimento económico urbano, estão envolvidos nos processos de deterioração urbana, pelo que, devem ser adotadas medidas que contrariem estes processos de deterioração urbana.<sup>165</sup> “A *sustainable city is the one in which its people and businesses continuously endeavour to improve their natural, built and cultural environments at neighborhood and regional levels, whilst working in ways which always support the goal of global sustainable development*”.<sup>166</sup>

Atualmente, “o desafio que enfrentamos é mudarmos de um sistema que explora o desenvolvimento tecnológico por puro lucro, para um outro que tem como objetivo tornar as cidades sustentáveis. E isso exige mudanças fundamentais no comportamento humano, na prática do poder público, no comércio, na arquitetura e no planeamento urbano”<sup>167</sup> À medida que as grandes cidades se expandem, também aumenta o consumo de recursos e competição por esses recursos e crescem as pegadas ecológicas

---

<sup>163</sup> Cabral, Francisco Caldeira - Fundamentos da Arquitetura Paisagista, 1993, p.47.

<sup>164</sup> Beatley, Timothy, e Manning, Kristy, ob. cit., p.66.

<sup>165</sup> Haughton, Graham e Hunter, Colin - Sustainable Cities, 1994, p. 26.

<sup>166</sup> *Idem*, p.27.

<sup>167</sup> *Idem, ibidem*, pp.9-15, 23, 30.

sobre o nosso planeta.<sup>164</sup> A cidade já não pode ser encarada como espaço de contemplação e organização dos valores privados económicos, mas tem sim que dar resposta, às necessidades da comunidade que a integra segunda as suas variadas dimensões, para que seja sustentável, e para que não culmine no declínio da vitalidade dos espaços urbanos, que levam em muitos dos casos ao “desaparecimento dos espaços públicos multifuncionais (...). À medida que a vitalidade dos espaços públicos diminui, perdemos o hábito de participar da vida urbana da rua”. Os espaços semipúblicos como os centros comerciais passam a ser mais atrativos, em vez do mercado de rua ou da loja do bairro, pois oferecem mais segurança e conforto. Nos nossos dias é de grande importância reconhecer que as cidades são o centro de cidadania e vitalidade humana, são o suporte de estruturas de índole privada e pública.<sup>164</sup>

Os espaços sustentáveis, os espaços que permitem o desenvolvimento a longo prazo tanto da Natureza, como da sociedade implicam a adoção de uma nova postura ética, que contribui também para evitar os problemas relativos à exclusão social<sup>168</sup>, permitindo um desenvolvimento urbano integrado de acordo com as dimensões do espaço público. Lynn Kinnear<sup>169</sup>, enfatiza no seu texto “As pessoas criam os Lugares”, a importância de conhecer as pessoas que vivem os espaços alvo de intervenção, para que se percebam os tipos de relações estabelecidas, e também como fonte de conhecimento sobre as potenciais causas que levaram à degradação dos espaços, - “Necessitamos de novos espaços urbanos e lugares que reflitam as nossas diferenças. Todos necessitamos de espaços bem resolvidos, que são efervescentes e que dão oportunidades aos demais. Creio que o nosso papel como arquitetos paisagistas é transmitir aos nossos clientes a ideia de que os lugares não se constroem apenas a partir do projeto, mas interagindo com as pessoas”. Helena Roseta numa comunicação intitulada Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade, também, considera a importância da dimensão ambiental nos planos e programas de habitação da cidade de Lisboa. Devem ser consideradas as variáveis, socioeconómica, Urbanística e Ambiental, de forma interligada, para as áreas de intervenção, e deverão ser consideradas também na análise cartográfica.<sup>170</sup>

Para que um espaço, neste caso o espaço público urbano, seja apropriado e promotor de vivência urbana, a ecologia urbana defende que seja contemplada entre as características já referidas, a de o

---

<sup>168</sup> Beatley, Timothy, e Manning, Kristy, ob. cit., pp.34–35.

<sup>169</sup> Foundation, L. A. - On Site - Arquitetura del paisaje en Europa, 2009, p.163.

<sup>170</sup> Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade. Roseta, Helena. 2010. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa. Urbanismo de reciclagem em tempo de crise – comunicação inserida no seminário promovido pelo Programa de Habitação Lisboa e Câmara Municipal de Lisboa.

“sentido do lugar” (já defendida por outras disciplinas estudadas na primeira dimensão do espaço público), ou seja, o espaço deverá ser promotor de padrões de ocupação, de habitabilidade, espaços inspiradores, memoráveis, “e que produzam um sentimento especial de apego e pertença”.<sup>171,172</sup> Pelo que, é essencial, “um fortalecimento da participação do cidadão e das lideranças”,<sup>173</sup> e como já foi referido anteriormente o reconhecimento de para quem se está a projetar, e reconhecer as suas necessidades e problemas.<sup>174</sup>

Dos dias de hoje, em meios urbanos as pessoas vivem por vezes de forma tão alienada em relação ao espaço onde vivem e por onde circulam, que quando questionadas, sobre o que são as cidades, falam sobre os edifícios e o trânsito automóvel, esquecendo as ruas e as praças, e quando questionadas sobre o que é a vida na cidade, referem, a poluição, o isolamento, a solidão, o medo da violência, em vez de referirem os conceitos, comunidade, animação, participação, beleza e prazer.<sup>175</sup> Mais uma vez é reforçada a importância do reconhecimento de para quem se está a projetar “A qualidade do espaço urbano depende enormemente do desenho, pelo que os aspetos morfológicos do espaço, ligados à sua estrutura (ruas e percursos) e principais pontos significativos, como as tipologias tradicionais (largos, praças, etc.) e os principais equipamentos públicos, têm que ser desenhados pelo interesse público”.<sup>176</sup> Mas também é importante considerar em desenho urbano sustentável, de que forma a cidade é afetada com novas propostas de reestruturação urbana, e acima de tudo considerar os impactes que os usos praticados nas cidades e as transformações associadas a estas exercem para lá dos seus limites, regional e globalmente, adotando uma visão que de certa forma perspetive o futuro e que respeite as gerações atuais e as futuras, possibilitando-lhes boa qualidade de vida urbana em todas as suas dimensões.<sup>177</sup>

#### **3.4.3.A importância da Natureza na cidade e a multifuncionalidade do espaço público urbano**

É importante compreender que no território existem várias paisagens (rural, urbana, industrial, etc.), e até mesmo dentro de uma cidade existem fragmentos representativos de algumas dessas paisagens, pelo que, a organização destas diferentes paisagens “numa perspetiva de garantir a estabilidade da sua evolução, implica que os espaços urbanizados, e o que resta dos espaços rurais e naturais, se

---

<sup>171</sup> Beatley, Timothy, e Manning, Kristy, ob. cit., p.33.

<sup>172</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.32.

<sup>173</sup> Rogers, Richard, e Gumuchdjan, Philip, ob. cit., p.17.

<sup>174</sup> Cabral, Francisco Caldeira, ob. cit., p.30.

<sup>175</sup> Rogers, Richard, e Gumuchdjan, Philip, ob. cit., pp.8-9.

<sup>176</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.11.

<sup>177</sup> Haughton, Graham e Hunter, ob. cit., pp. 310-311.

devem agregar, complementar e potenciar, para efetivamente fazer cidade. Buscando o equilíbrio ambiental que é condição do desenvolvimento urbano sustentável”.<sup>178</sup> Como o professor Caldeira Cabral refere, os espaços verdes são dos principais pontos de encontro das pessoas, “são dos mais importantes, porque neles as pessoas encontram um ambiente natural à escala do homem”<sup>179</sup>. Considerando que, “os Espaços Exteriores surgem como complemento das edificações, indispensáveis à vida comunitária – ao Homem social. É a conjugação das edificações com os espaços públicos que constitui o Tecido Urbano”.<sup>180</sup> O professor Caldeira Cabral defendia que “estes espaços, não devem aparecer de uma forma descontínua, ou perdidos numa malha urbana consolidada, “mas constituir um sistema coerente e contínuo em toda a cidade (...) um sistema verde coerente, embora não possa levar as pessoas para o campo, pode trazer o campo verde para dentro da cidade. É muito importante voltar a restabelecer esta interpretação da cidade e do campo que sempre existiu, e que temos de voltar a conseguir”, formando assim, como já foi referido na dimensão anterior, um *continuum naturale*.<sup>181</sup> Esta continuação do “verde” que liga o campo à cidade e que se prolonga por dentro desta é possível, através da definição de planos verdes das cidades, os quais contemplam estruturas ecológicas municipais, pelo que, é preciso reconhecer que “a paisagem não é uma realidade estática sendo, portanto, possível de sofrer transformações ao nível da organização espacial dos elementos que a compõem”.<sup>182</sup> A definição de uma estrutura, já contempla o carácter mutável da paisagem e do território, à qual é permitida a agregação de novos elementos e espaços.<sup>183</sup>

Desta forma, os espaços verdes em meio urbano são muito importantes devido a um vastíssimo número de características que estes conferem aos espaços urbanos, que contribuem para a melhoria de qualidade de vida urbana:<sup>184</sup>

- São suporte de atividades de recreio e lazer e também lhes está associada uma função “didático-cultural”, visto que a vegetação “permite a aproximação do Homem à Natureza, através da observação do ritmo das estações, do conhecimento dos ciclos biológicos, da identificação básica das espécies e dos fenómenos dos equilíbrios físicos e biológicos”;
- São promotores de biodiversidade (fauna e flora);
- Melhoram as condições climáticas dos espaços públicos, através da termorregulação, purificação do ar, controle de radiações solares e pela dispersão de neblinas e nevoeiros

---

<sup>178</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.158.

<sup>179</sup> Cabral, Francisco Caldeira, ob. cit., p.63.

<sup>180</sup> Santos, Maria Amélia e Brito, José Alberto - Plano de Estrutura Verde da Cidade de Faro, 1997, p.17.

<sup>181</sup> Cabral, Francisco Caldeira, ob. cit., p.63.

<sup>182</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.8.

<sup>183</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.337.

<sup>184</sup> Telles, Gonçalo Ribeiro e Pessoa, Fernando - Portugal, Paisagens e Espaços Naturais, 1996, p.360-366.

Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.381-384.

Santos, Maria Amélia e Brito, José Alberto, ob. cit., pp.18, 21-26.

- Contribuem para a diminuição da poluição;
- “Valorizam a escala e proporção dos volumes edificados e a agradabilidade do meio”, a manutenção da escala humana, melhorando a imagem da cidade;
- São promotores de bem-estar social, físico e psicológico;
- Permitem a incorporação de diversos usos e funções, conferindo uma maior dinâmica ao espaço e tornando-os mais interessantes ao público;
- Atuam também como “barreiras” de proteção a zonas ecologicamente sensíveis, mas também a equipamentos públicos (escolas, equipamentos de uso coletivo, zonas habitacionais) que possam ser alvo de perturbações biológicas e mecânicas;
- São elementos de grande valor estético (pela diversidade morfológica e cromática), que “estabelecem, também, continuidade entre vários espaços criando ambientes de concordância ou contraste com os volumes construídos, pela suavidade e mutabilidade do material vivo e o carácter inerte e rígido dos pavimentos e outras superfícies construídas”;

É devido à importância significativa que está associada à vegetação em espaços públicos urbanos, que se torna importante conceber para os municípios planos de estrutura verde que contemplem os valores ecológicos associados à estrutura ecológica, considerando que, a estrutura ecológica é “representativa da paisagem natural ou primitiva, sobre a qual se inscreveu a humanização, mas que em meio urbano também se insere a estrutura edificada, “representativa das intervenções que resultam dos processos de humanização da paisagem”, são estas duas estruturas que integram a Estrutura Global da Paisagem.<sup>185</sup> Por sua vez, a estrutura verde diz respeito a todo o espaço revestido por vegetação, a qual integra como subsistema a estrutura ecológica. Quando aplicados estes conceitos em contexto urbano, assiste-se à decomposição da estrutura verde em, estrutura principal que integra a estrutura ecológica, e em estrutura verde secundária, que corresponde “ao espaço integrado nas áreas tipológicas edificadas, ou seja nos tecidos edificados”.<sup>186</sup>

Desta forma a estrutura ecológica urbana é muito vantajosa, pois permite incutir na cidade um conjunto de características que promovem o bem-estar urbano ambiental e social tais como: <sup>187,188</sup>

- Permite “criar um «*continuum naturale*» integrado no espaço urbano (...), de modo a dotar a cidade, por forma homogénea, de um sistema construído por diferentes biótopos e por

<sup>185</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.6.

<sup>186</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.411.

<sup>187</sup> Idem, pp. 408, 404-405.

<sup>188</sup> PÚBLICO, CML / DMAU / DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E ESPAÇO. Lisboa Verde . lisboaverde.cm-lisboa.pt/index. [Online]

corredores que os interliguem, representados, quer por ocorrências naturais, quer por espaços existentes ou criados para o efeito, que sirvam de suporte à vida silvestre”;

- Possibilita a preservação da “identidade e “espírito do lugar” do meio sobre o qual a cidade é construída”;
- Permite preservar a estrutura ecológica municipal, promovendo a intensificação de vida biológica;
- Define espaços estáveis do ponto de vista da sua gestão e regeneráveis tanto quanto possível, para além de lhes estar associadas atividade de recreio e lazer, como também “garante o funcionamento de sistemas que permitem a sustentabilidade ecológica e física da cidade – circulação e qualidade da água e do ar, ciclo da matéria orgânica”;
- “Tem um custo energético de implantação e manutenção muito menor do que dos espaços verdes convencionais”;
- “Evita um planeamento que apenas define, por zonas, o uso destinado à construção de edifícios e subalterniza em espaços limitados os destinados à presença de vegetação e também modifica o conceito de espaço verde – decorativo e artificial – procurando a continuidade do sistema ecológico”.

Tendo em conta que, em projetos e planos de intervenção, deverá ser trabalhada a Estrutura Global da Paisagem, exigindo a adoção de uma visão holística e integradora do espaço, deverá ser dado o mesmo grau de importância à estrutura ecológica urbana e edificada visto que, como já se verificou anteriormente, o espaço público é diretamente influenciado pelo meio em que se insere, pelo que é da máxima importância atender as todas as “partes” que o constituem, elaborando assim, uma proposta de intervenção integradora dos seus valores e potencialidades, mas também problemas e disfunções<sup>189</sup>, considerando para tal que “o sucesso de uma cidade depende de seus habitantes e do poder público, da prioridade que ambos dão à criação e manutenção de um ambiente urbano e humano.”<sup>190</sup>

Considerando que as dimensões do espaço público urbano, operam em conjunto no espaço público como um conjunto organizado, cujas partes estão interligadas, logo, se influenciam mutuamente, é importante a adoção de novos modelos de conceção urbana e paisagista, que reestruturem tecidos urbanos sem vida e degradados e nos quais se privilegie a adoção de uma visão do espaço na qual se possa reinterpretar a forma do espaço e também dos seus usos, possibilitando a manutenção de memória e identidade do espaço, mas também que sublinhe a revitalização do espaço onde são

---

<sup>189</sup> Magalhães, Manuela Raposo, ob. cit., p.6.

<sup>190</sup> Rogers, Richard, e Gumuchdjan, Philip, ob. cit., p.16.

valorizados os valores ambientais, arquitetônicos e urbanísticos, econômico-políticos e sociais do espaço público. Desta forma deve ser adotada uma visão global do território que compreenda que o território, a paisagem, a cidade, sofrem processos contínuos de alteração morfológica e de ocupação, pelo que se deve desenhar e reestruturar o espaço público de acordo com as novas exigências que são impostas na nossa sociedade, pela inclusão de conhecimentos de ecologia urbana e pela recuperação do valores ambientais e reconversão de espaços sem utilidade, em novos espaços de recreio, lazer e até mesmo de produção como é o caso das hortas urbanas, que para além destas características, também, lhes está associada uma vertente social visto que, incentiva a pequena produção hortícola por parte dos habitantes locais da cidade permitindo a aproximação da natureza aos habitantes da cidade e é potenciador de presença de vida silvestre, “é necessário, portanto, que uma rede de conservação da natureza cubra toda a área urbana e se prolongue até ao espaço rural, onde, pelo menos, dez por cento da sua superfície deverá ser destinada àquele fim”.<sup>191</sup>

No caso das hortas urbanas, é evidente o regresso das pessoas ao campo dentro da própria cidade. Esta intenção não se prende unicamente com as questões ambientais de melhoria de qualidade de vida urbana, mas também, com a condição económica que a cidade enfrenta, que leva à necessidade da procura de melhores produtos alimentares a preços reduzidos que, e como já foi referido, potencia a criação de novas políticas e oportunidades de reestruturação, renovação e requalificação urbanas, que devolvem às cidades as práticas agrícolas, que antigamente eram comuns nos vazios deixados pela construção, mas associados a um plano que promove a cultura, a educação, e as atividades recreativas e de lazer. Assiste-se assim também, à multifuncionalidade de espaços e riqueza de usos num só local. As novas áreas agrícolas, que são um dos melhores usos a ser implementados em espaços vazios, vão conferir uma melhoria de imagem da cidade. O espaço público é em si sustentável, logo contempla no seu desenho, as quatro dimensões do espaço público.<sup>192, 193</sup>

Em suma, o espaço público urbano deverá considerar os seguintes parâmetros, para que possa satisfazer as dimensões do espaço público, que servem também de base e suporte à sustentabilidade urbana:<sup>194, 195, 196, 197, 198</sup>

---

<sup>191</sup> Telles, Gonçalo Ribeiro e Pessoa, Fernando, ob. cit., p.362.

<sup>192</sup> Hough, Michael - *Naturaleza y Ciudad*, 1998, p.205-207.

<sup>193</sup> Houghton, Graham e Hunter, Colin - *Sustainable Cities*, 1994, p.120.

<sup>194</sup> Beatley, Timothy, e Manning, Kristy, ob. cit., pp.66-65.

<sup>195</sup> Beer, Anne R. e Higgins, Catherine - *Environmental Planning for Site Development*, 2000, p.177.

<sup>196</sup> Rogers, Richard, e Gumuchdjian, Philip, ob. cit., p.20, 15.

<sup>197</sup> Houghton, Graham e Hunter, Colin, ob. cit., p.121, 296.

<sup>198</sup> Hough, Michael, ob. cit., pp.23-24.

1. Participação pública no processo de desenvolvimento da proposta de intervenção no espaço público, tornando-o mais eficiente, pois são contemplados os conhecimentos transmitidos pelos principais intervenientes no espaço, “os cidadãos querem interferir na conformação de suas cidades. De forma enfática, elas provam que a participação popular aliada a um efetivo compromisso de poder público pode transformar a estrutura social e física de nossas cidades”.
2. Integração dos espaços novos na estrutura ecológica urbana, estabelecendo um *continuum natural*.
3. O território deverá ser entendido como um todo, composto por partes heterogêneas que deverão ser organizadas em conjunto, mantendo um equilíbrio no espaço urbano, tornando-o potenciador de boa qualidade de vida urbana.
4. Deverão produzir ambientes nos quais se proporcionem boas condições de habitabilidade e qualidade de vida, desta forma tornam-se atrativos ao estabelecimento de espaços geradores de emprego;
5. Deverão fortalecer as relações de vizinhança com o recurso a espaços verdes que promovem melhores relações de vizinhança;
6. O *genius loci*, ou espírito do lugar, deverá ser respeitado no processo de planeamento. Projetar com conhecimento da história do lugar, da sua identidade.
7. Deverá ser introduzida uma Multiplicidade de usos no espaço - “A vitalidade informal do espaço público é a mistura de espaços de trabalho, lojas e casas que torna os espaços vivos”.
8. Os diferentes espaços da cidade deverão estar conectados segundo um sistema coerente de mobilidade e acessibilidade – todos espaços públicos criados devem estar interligados, exercendo funções de complementaridade, pelo que é necessária a adoção de uma visão global do território.
9. Deverá ser dada primazia ao uso pedonal e fomentado o uso de transportes públicos;
10. Deverão ser impostas condicionantes ao uso automóvel, tornando algumas ruas de uso pedonal e restringir o uso automóvel;
11. Criação de espaços destinados ao estacionamento que serviam de solução aos dois parâmetros anteriores;
12. Deverão também ser impostos limites à construção do edificado relativamente à dimensão das térceas, privilegiando uma volumetria apropriada à escala humana.
13. Diversidade - As cidades deverão conter espaços com diferentes características e contrariar a homogeneidade de espaços públicos, que conferem monotonia e pouca ou nenhuma diversidade de vegetação e usos, só assim é possível construir cidade, a partir dos seus espaços públicos que apresentem características que os caracterizam individualmente e que

promovem a coesão social. Cada espaço público é um espaço e este quando reestruturado deve estar de acordo com o local em que se insere.

14. Deverão ser compatibilizadas as exigências energéticas e de transporte associadas ao espaço. Espaços onde haja uma maior diversidade de usos e funções, afetam a exigência energética e de transporte.

#### 3.4.4. Análise de cinco projetos de espaço público que contemplam particularidades decorrentes das quatro dimensões do espaço público

##### 1. Parque Hortícola do Vale de Chelas

**Localização:** Lisboa, Vale de Chelas

**Equipa:** Câmara Municipal de Lisboa e Arquiteto Paisagista Gonçalo Ribeiro Telles

**Área:** 15 hectares (destinados a vários usos, dos quais 6,5 ha são destinados ao uso hortícola)

**Data:** primeira fase concluída em 2011 (a obra encontra-se ainda em fase de construção)

Este é um projeto integrador e que adota um visão global do espaço. Isto porque adota como estratégia de intervenção as quatro dimensões do espaço público. Visto que contempla múltiplos usos (produção, lazer, recreação) e adequa-se à realidade do local, segundo a realidade social, económica, urbanística e ambiental, uma vez que este é um projeto destinado principalmente a “zonas economicamente desfavorecidas, promove a interação social e a consciência comunitária entre os residentes e ao mesmo tempo proporcionar a introdução de frescos na alimentação destas populações, bem como a possibilidade de um incremento do baixo rendimento familiar pela venda localizada de alguns produtos. A nível económico, para a autarquia permite reduzir substancialmente os custos de manutenção, e assegura a permeabilidade dos solos em áreas importantes para a estrutura ecológica municipal”. Para além destas características, pretende-se com a criação deste projeto ordenar as atuais hortas urbanas, que “surgem de forma desordenada a montante da Bacia Hidrográfica do Vale Central de Chelas e inserida na Estrutura Ecológica Municipal”, mas conservando a memória da produção hortícola associada a este local, através da manutenção da “rede de caminhos sedimentada atualmente pelos hortelãos”, á qual é associada uma nova rede que permite “o acesso e usufruto do novo parque a todos os habitantes”.<sup>199</sup>

---

<sup>199</sup> LISBOA, CÂMARA MUNICIPAL DE. a nossa Lisboa - Newsletter Alfacinha. espaços verdes. [Online] 2007.

Desta forma é possível conciliar a agricultura, muito associada ao meio rural com o espaço urbano, contribuindo para a melhoria de qualidade de vida do mesmo, e contribui também para o enriquecimento da estrutura verde da cidade.

## 2. Park Duisburg Nord

**Localização:** Ruhr District, Alemanha

**Equipa:** LATZ + PARTNER (Landscape Architects), Latz-Riehl (Construction Management), G. Lipkowsky (Partial architectures)

**Área:** 230 hectares

**Data:** 1990 – 2002

À semelhança do projeto anterior, este projeto contempla as quatro dimensões do espaço público, com o qual se pretende a revitalização de uma área industrial abandonada, segundo um plano que contempla os padrões urbanísticos,

económicos de acordo com as transformações urbanas ocorridas numa área que se insere numa antiga região industrial. A paisagem atual resulta das transformações ocorridas principalmente no setor económico, que segundo esta proposta de intervenção, são reinterpretadas e introduzidas numa nova paisagem. A memória e identidade do

espaço são respeitadas, apenas se assiste à reinterpretação de alguns espaços e são-lhes atribuídos novos usos e funções. A componente ambiental é muito valorizada e reforçada, numa área que em tempos era a principal fonte de poluição e contaminação atmosférica, solos e de canais. Atualmente os canais são unicamente alimentados pelas águas pluviais, e são potenciadores de uma maior riqueza e dinamismo no espaço, sendo atravessados por pontes que estabelecem ligação entre as diferentes



**Figura 2.2** – Plano geral Park Duisburg Nord

(Fonte: [http://www.latzundpartner.de/files/pdfs/nodu\\_1\\_gesamt-e-web.pdf](http://www.latzundpartner.de/files/pdfs/nodu_1_gesamt-e-web.pdf))



**Figura 2.3** – Espaços públicos

(Fonte: <http://www.latzundpartner.de/projects/detail/18> e <http://www.latzundpartner.de/projects/detail/17>)

áreas do parque. Valorizando a dimensão sociocultural foram também propostos espaços destinados à arte, alojados em *bunkers* originando uma “galeria de arte a céu aberto”.<sup>200</sup>

A principal característica do espaço público, o espaço de encontros, e de experiências culturais, está muito presente neste projeto. Existem áreas destinadas ao recreio, com parques infantis, skate parques, entre outros, e também praças destinadas a vários usos, mas principalmente são espaço destinado à cultura.

### 3. O-Dorf Square

**Localização:** Innsbruck, Áustria

**Equipa:** Froetscher Lichtenwagner, Idealice

**Área:** 18.484 m<sup>2</sup>

**Data:** 2006

Trata-se de um projeto que propõe a revitalização, de uma antiga aldeia olímpica construída para os Jogos Olímpicos de 1964 e 1976. Este era um espaço com vários problemas estruturais e sociais, a falta de infraestruturas, pouca vida cultural, era um espaço monofuncional e causador de segregação social das minorias étnicas.

Com a proposta de revitalização desta área, o espaço público passa ser o espaço central da área urbana, constituindo o novo centro do quarteirão, não com intenção de se implantar uma estrutura urbana tradicional, mas para criar uma plataforma de animação da vida quotidiana, e espaço de instalação de novas atividades. É também intenção da proposta a implantação de diversos usos e funções associados também ao edificado, promovendo desta forma a revitalização desta área urbana tornando-a num espaço multifuncional, idealizado para quem habita o local e no qual estão expressas características das quatro dimensões do espaço público urbano.<sup>201</sup>



**Figura 2.3 – O-Dorf Square**

(Fonte:

<http://www.froetscherlichtenwagner.at/index.php?mainmenu=1&do=Project&id=15>)

<sup>200</sup> PARTNER, LATZ + latzundpartner.de/projects. LATZ + PARTNER. [Online] 2007.

<sup>201</sup> Per, Aurora Fernández e Arpa, Javier - The Public Chance - Nuevos paisajes urbanos New urban landscapes, 2008, pp.58-60.

#### 4. Pradalong Park

**Localização:** Madrid, Espanha

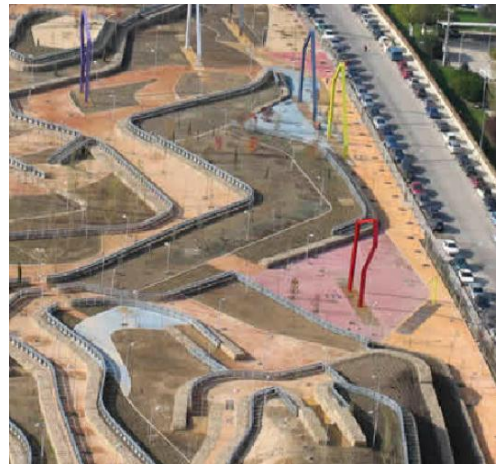
**Equipa:** José Luis Esteban Penelas

**Área:** 30.050 m<sup>2</sup>

**Data:** 2005

Este projeto adota e contempla no seu desenho as transformações urbanas ocorridas nesta área. Com este projeto, é proposta a reconversão de uma área muito degradada e contaminada por resíduos urbanos (por ex. entulhos) num parque que pretende que funcione como uma extensão dos equipamentos de utilização coletiva que o circundam (tais como um hospital), e que articule as ligações entre as avenidas e os diferentes equipamentos.

Trata-se da implantação de um parque urbano, que pretende acima de tudo, provocar diferentes sensações nos utilizadores do espaço, através do jogo cromático entre pavimentos e vegetação; pelo movimento que é inculcido no espaço, pela alteração de cotas entre patamares e pelo jogo de equipamentos e estruturas propostas para o local que também, através da vegetação “jogam” com escala humana, sendo que nuns locais essa escala está mais próxima da escala humana do que noutros. Trata-se de um parque que despoleta diferentes sensações ao utilizador apesar de integrar funções práticas (criação de acessos e percursos na zona em que se insere) e que acima de tudo revitaliza uma zona degradada da cidade.<sup>202</sup>



**Figura 2.4** – Pradalong Park  
(Fonte: <http://www.penelas.es/Full.htm>)

<sup>202</sup> Per, Aurora Fernández e Arpa, Javier, ob. cit., pp.112-115.

## 5. Madrid Río

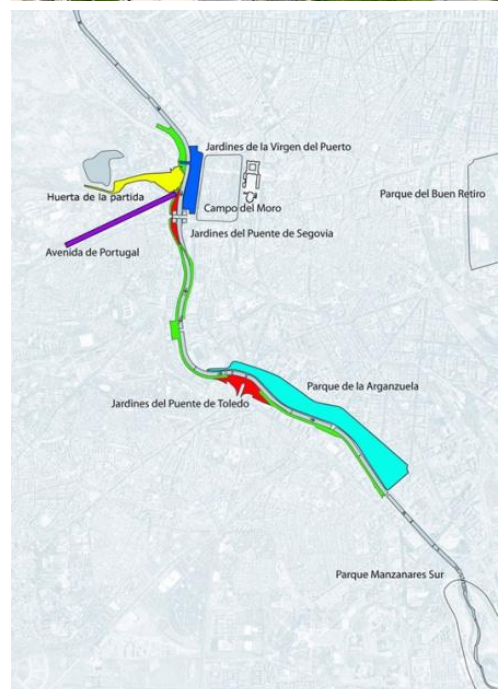
**Localização:** Madrid, Espanha

**Equipa:** Mrio Arquitectos Associados em colaboração com o atelier West8

**Área:** 8.212.764 m<sup>2</sup>

**Data:** 2005

Este projeto é um outro exemplo da importância que é dada ao espaço público, como espaço potencializador de práticas culturais, recreação e lazer, e principalmente como elemento de organização das cidades e de revitalização e reestruturação das mesmas, e como elemento que estabelece a conexão entre os diferentes espaços da cidade, integra-se num sistema maior de espaços diferenciados através das características do lugar que conferem identidade aos espaços projetados, e que no seu conjunto reestruturam o sistema de percursos (viários e pedonais) urbanos, desta área da cidade. É, também, um exemplo ao nível de organização espacial de usos e subespaços ao longo do espaço, considerando as características particulares de cada espaço. Do conjunto de espaços públicos criados, a Avenida de Portugal é um exemplo de como a organização dos espaços e os tipos de materiais usados nos pavimentos, resultam na criação de uma nova imagem da cidade mais dinâmica e atrativa.<sup>203</sup>



**Figura 2.5 – Avenida e plano organizativo dos espaços públicos**  
(Fonte: <http://www.landezine.com/index.php/2011/04/madrid-rio-by-west8-urban-design-landscape-architecture/>)

<sup>203</sup> Per, Aurora Fernández e Arpa, Javier, ob. cit., p.394.

A adequação das quatro dimensões do espaço público aos planos de revitalização e reestruturação e aos projetos de requalificação possibilita a reconversão destes espaços, com graves problemas urbanos, ambientais e sociais, em espaços sustentáveis, os quais respondem às exigências de cada disciplina de intervenção no espaço baseando-se no princípio da interdisciplinaridade, na visão abrangente e integradora da arquitetura paisagista e na participação pública ao longo do processo.

Os espaços devem potenciar: i) a ligação dos cidadãos ao espaço; ii) segurança e conforto; iii) promover vida urbana; iv) compatibilizar os pequenos espaços de comércio associados à revitalização de áreas urbanas degradadas e abandonadas; v) os diferentes espaços, deverão ser bem articulados e estar interligados, facilitando a mobilidade pelos mesmos, e tornando os percursos acessíveis a todos os cidadãos pelas áreas urbanas; vi) fomentar sentimentos de pertença, para que sejam mantidos e utilizados da melhor forma; vii) as áreas de intervenção deverão corresponder a espaços multifuncionais dedicados à produção, à proteção e à estadia e lazer; viii) deverão promover o *continuum natural* pelo que, deverão estar inseridos nas estruturas ecológicas municipais.

Em suma, quando se intervém em meio urbano, deverá considerar-se que, as pessoas, a ecologia, a economia e a arquitetura do espaço, deverão funcionar como um todo constituído por diferentes partes interligadas entre si, e que para o processo de conceção e intervenção cumpra os seus objetivos e o programa previamente estabelecido, todas essas partes devem ser contempladas e consideradas de igual forma e com a mesma importância, e entender que uma parte depende diretamente do sucesso da outra.

### **III. INVESTIGAÇÃO APLICADA**

A investigação aplicada desenvolvida na Câmara Municipal de Setúbal (CMS) na Divisão de Planeamento Urbanístico (DIPU) e que corresponde ao presente capítulo, pretende dar resposta às questões enunciadas e às ideias preconizadas integrando-as na proposta de intervenção que se apresenta em seguida, enfatizando a perspetiva global e integradora assumida pela Arquitetura Paisagista no estudo e intervenção na paisagem, nomeadamente no sistema de espaços públicos urbanos.

## A. ESTUDO URBANÍSTICO DOS BAIRROS DIAS, MONARQUINA E MOINHO DO FRADE

A elaboração do presente estudo e intervenção urbanística tem como objetivo primordial a reestruturação de alguns bairros da cidade, nomeadamente dos bairros Trindade e Monarquina. Inicialmente o estudo abrangia uma área mais alargada, integrando, os bairros Dias, Conceição, Monarquina, Moinho do Frade, Trindade e Praça de Portugal, para os quais foi realizada uma análise relativamente aos processos urbanísticos existentes para o local e foram aferidas as condicionantes previstas para o local, segundo a planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal, sendo que para a proposta de reestruturação urbana, e a análise ao espaço exterior e edificado, cingiu-se aos bairros Trindade e Monarquina (Figura 3A.1), dada a dimensão da área em estudo e o tempo disponível para a realização de um estudo urbanístico adequado. Uma vez efetuadas as análises necessárias à elaboração do Estudo Urbanístico e a realização deste, procedeu-se à elaboração de uma proposta de reestruturação e organização dos espaços públicos do bairro Trindade, ao nível do Estudo Prévio.



**Figura 3A.1** – Ortofotomapa com marcação a azul da área de estudo definida inicialmente e a amarelo a área de estudo alvo de intervenção (1 – Bairro Trindade, 2 – Bairro Monarquina)

## 1. ENQUADRAMENTO LEGAL E URBANO

Segundo o Regulamento do PDM<sup>204</sup>, a área objeto de estudo e intervenção encontra-se na AR4 – área a renovar, que se destina “predominantemente aos usos habitacional e terciário, com as seguintes regras:

a) Os usos sujeitos aos seguintes valores de superfície de pavimentos máximos e mínimos:

Habitação e hotelaria:  $\geq 70\%$ ;

Terciário e indústria compatível:  $\leq 30\%$ ;

b) Índice de utilização bruto:  $\text{lub} \leq 1,5$ ;

c) Cércea máxima: 15 m”.

Segundo a planta de condicionantes do PDM, a área em estudo não apresenta quaisquer condicionantes, existindo, contudo, uma área de proteção ao Hospital São Bernardo, fixada pela Portaria n.º 152/96, de 14 de maio<sup>205</sup>, que impõe as seguintes condicionantes, “só poderão ser licenciadas construções ou reconstruções de edifícios ou outras instalações que, pela sua volumetria, situação ou natureza, não sejam suscetíveis de vir a causar prejuízo aos edifícios do conjunto do Hospital e à paisagem urbana envolvente”, e “na zona de proteção também não será admitida qualquer utilização de edifícios que possa perturbar o normal funcionamento do Hospital, nomeadamente através da produção de ruídos, cheiros, poeiras, fumos ou vibrações.” (ver peças desenhadas n.º01, 02 e 03 da fase de análise)

## 2. JUSTIFICAÇÃO DE ELABORAÇÃO DO ESTUDO

Uma vez que a área em estudo é muito marcada pela existência de vários problemas tanto físicos e ambientais, ao nível da mobilidade e salubridade, como sociais, em consequência de uma expansão urbana não planeada e desarticulada, é apresentada uma proposta de reestruturação desta porção de território, tendo em vista a articulação destes espaços com os espaços adjacentes e a criação de novos espaços, verdes e de recreio e lazer na cidade, aliados ao incremento de novas habitações e alguns espaços de comércio.

Assim o presente estudo encontra justificação de elaboração nos seguintes fundamentos:

---

<sup>204</sup> Regulamento do Plano Diretor Municipal de Setúbal. D.R. I Série-B, 184 (10-8-1994).

<sup>205</sup> Portaria n.º152/96 "D.R. I Série B", 112 (96-5-14).

- Criação de espaços públicos interligados entre si e com a restante malha urbana;
- Melhoria da qualidade de vida dos habitantes, promovendo a salubridade e segurança no espaço;
- Definição dos limites público e privado, recorrendo a um novo estudo urbanístico, que marca estes espaços;
- Melhoria da imagem dos bairros e articulação destes com o restante tecido urbano, segundo um novo sistema de percursos;
- Reforço e consolidação da Estrutura Ecológica Urbana.

### **3. CONTRIBUTOS PARA O ESTUDO DA MALHA URBANA**

#### **3.1. BREVE ENQUADRAMENTO HISTÓRICO-SOCIAL DA ÁREA DE INTERVENÇÃO**

O crescimento e expansão da cidade de Setúbal coincidiram com os períodos da expansão industrial. “Até meados do século XIX, a cidade de Setúbal apresentava uma estrutura urbana muito influenciada pela linha de costa e pela relação com o mar, apresentando-se as ruas com maior significado orientadas no sentido leste-oeste e as ruas transversais curtas de menor importância. O advento da indústria conserveira provocou um crescimento da cidade, sobretudo, para nascente, ultrapassando a barreira física do caminho de ferro. São típicos desta época os bairros das Fontainhas, Quebedo, Santos Nicolau e Pinheirinhos”,- que circundam a área em estudo -, “Na parte leste surgem os bairros Melo e Casal das Figueiras”.<sup>206</sup>

Entre as décadas de 30 e 50 do século XX, o crescimento do espaço urbano, continuou a verificar-se (ainda após o declínio da indústria conserveira), devido aos programas de obras públicas produzidos pelo Estado Novo, que tinham como intenção extinguir a crise de desemprego registada nesta altura, surgem assim os bairros Afonso Costa e Nossa Senhora da Conceição (que constituem a área de estudo definida inicialmente) localizados a nascente, a poente o bairro dos Pescadores, e deu-se início às obras de construção do porto, que teve um impacto muito significativo ao nível do desenvolvimento económico da cidade.<sup>207</sup>

“A ocupação do espaço, até ao fim dos anos 50 do século passado, caracterizava-se por uma «grande dispersão de bairros residenciais separados por áreas ocupadas por quintas ou terrenos sem

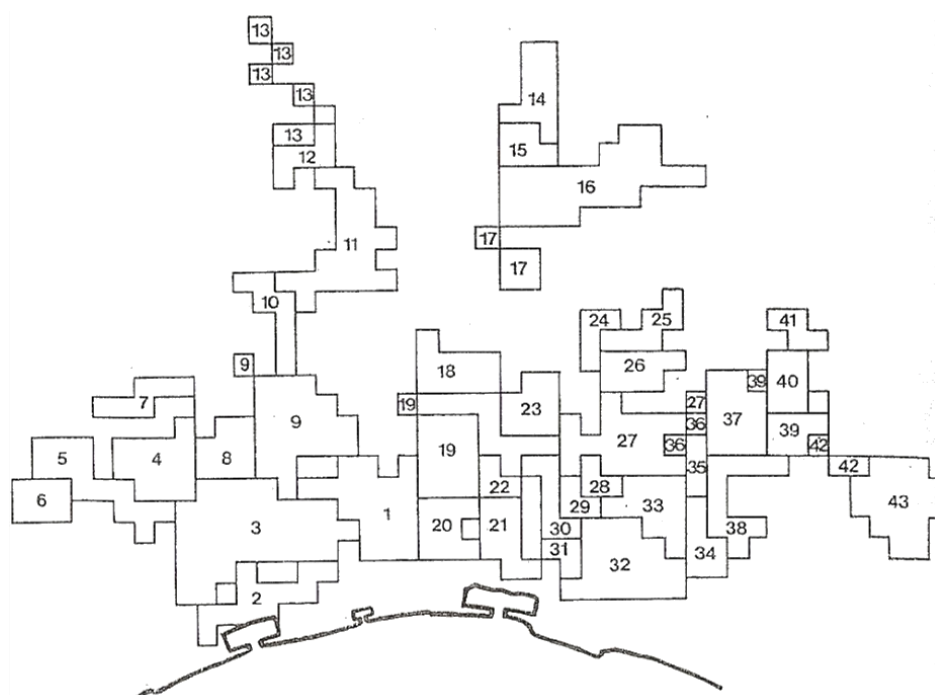
---

<sup>206</sup> Faria, C. V. - Novo Fenómeno Urbano (Aglomeración Urbana de Setúbal), 1981, p.103.

<sup>207</sup> Faria, C. V., ob. cit., p.104.

utilização», pertencentes à burguesia local. A localização dos bairros fazia-se em solos de reduzido valor agrícola situados na periferia e neles se abrigava a força de trabalho sem recursos económicos e em precárias condições de salubridade e de habitabilidade. A expansão industrial fora da «cidade» e a expulsão da mão de obra para a periferia caracteriza este novo desenvolvimento urbano, provocando uma desenfreada especulação nas transações fundiárias e imobiliárias, além de uma relativa estratificação social do espaço com: a construção de bairros operários a poente e, sobretudo, a nascente; com o crescimento da cidade no sentido norte e com o desenvolvimento, na coroa rural, de aglomerados suburbanos”.<sup>208</sup>

A área em estudo é marcada pelos bairros operários e de renda económica, que estão mais presentes nos bairros Trindade e Monarquina (Figura 3A.2).<sup>209, 210</sup>



Carta n.º 5 — Unidades residenciais

**Figura 3A.2** - Unidades residências da cidade de Setúbal (unidades respeitantes à área de estudo: 27 Bairro Dias, 28 Monarquina, 29 Trindade, 33 Nossa Sra. Da Conceição, 37 Afonso Costa).  
(Fonte: Faria, C. V. (1981). *Novo Fenómeno Urbano*, p.158)

<sup>208</sup> Ob cit., Faria, C. V., 1981, p.104.

<sup>209</sup> *Idem*, p.159.

<sup>210</sup> Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa. Finisterra. [Online] 2005.

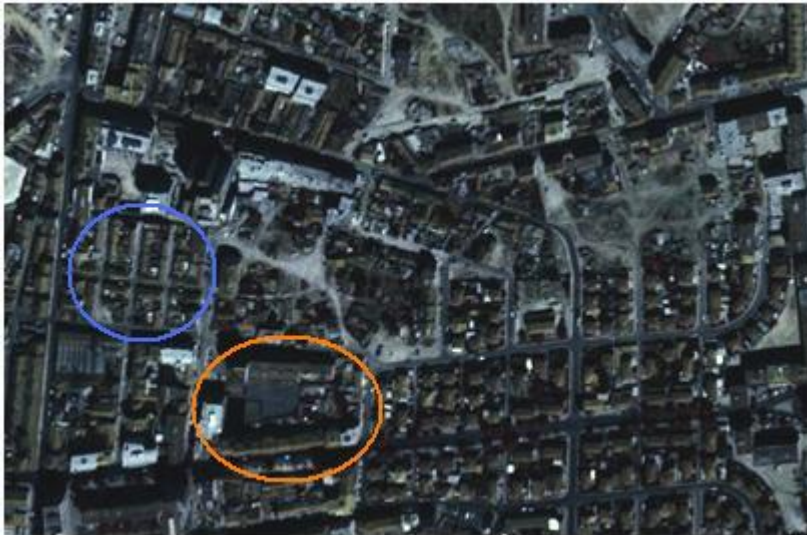
Através das figuras seguintes, que datam de períodos muito distintos, - ano de 1957 (Figura 3A.3), e 1995 (Figura 3A.4) e de 2010 (Figura 3A.5) -, é possível verificar que a estrutura fundiária principal, da área de intervenção, mantém-se até aos nossos dias, alguns dos casos mais marcantes, são os do núcleo do bairro Trindade composto por oito quarteirões retangulares (delimitado por uma circunferência azul) situados a oeste, cuja organização e tipologia de edificado permanece quase inalterada, e o espaço vazio situado a sul (delimitado por uma circunferência laranja), que mantém a mesma estrutura fundiária e forma de quarteirão, que definiram as áreas de implantação do edificado, atualmente este quarteirão é composto 1 supermercado e por edifícios cujos pisos variam entre 1 e 8 pisos, que acolhem diferentes usos (habitação, comércio, serviços).

Relativamente aos espaços centrais da área de intervenção (atualmente vazios), verifica-se que até há pouco menos de uma década, eram ocupados principalmente por estruturas abarracadas (característica de período de expansão associado à indústria conserveira e ao porto comercial).



**Figura 3A.3** - A cidade de Setúbal em 1957 (área de intervenção delimitada a laranja)

(Fonte: *Centro de estudos geográficos da universidade de Lisboa*. (2005). Obtido em outubro de 2012, de [www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros 1968-06/06-11.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros%201968-06/06-11.pdf))



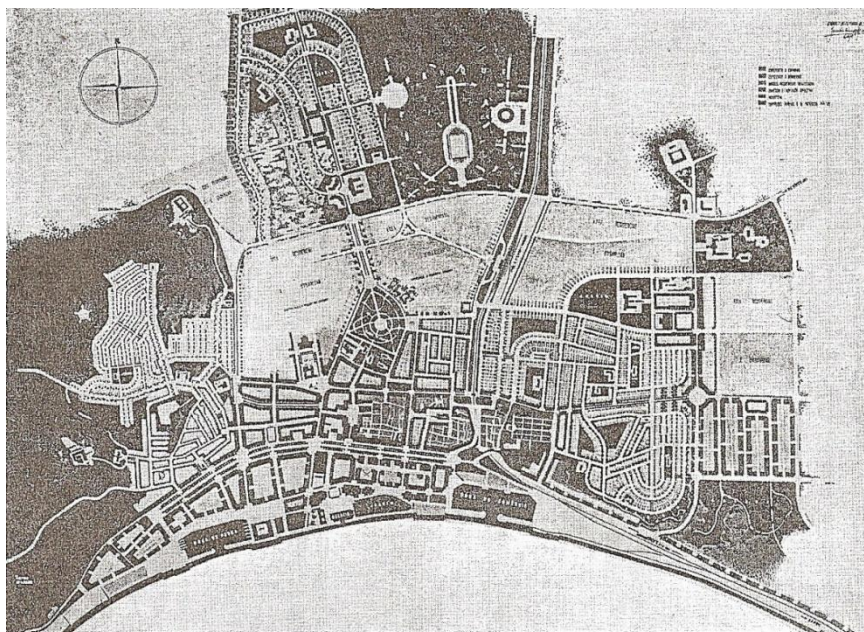
**Figura 3A.4** - Ortofotomapa de 1995 sobre a área de intervenção  
(Fonte: <http://scrif.igeo.pt/asp/ortos/Tortos.asp?Zoom=0&Size=3&Selecao=3&XX=1349>)



**Figura 3A.5** - Vista aérea sobre a área de intervenção – ano 2010  
(Fonte: Google Earth)

O planeamento urbano em Setúbal antes e pós 25 de Abril sofreu grandes alterações decorrentes das ideias conceptuais de cada época que se deviam principalmente a fatores económicos. Os planos elaborados até ao 25 de Abril, continham grandes lacunas técnicas, decorrentes de uma elaboração estanque, que valorizava os valores privados, associados a um período de expansão industrial associado à indústria conserveira. Estes planos não adotavam um planeamento multidisciplinar, nem contemplavam, uma política de solos a efetuar pelo Município, não eram ajustados aos recursos disponíveis, não previam um plano de urbanização de controlo e gestão de alojamentos, equipamentos coletivos e infraestruturas (Figura 3A.6). A partir período pós 25 de Abril, os parâmetros que anteriormente não eram considerados, começavam a ser progressivamente contemplados, e integrados nos planos segundo as realidades do território.<sup>211</sup>

<sup>211</sup> Faria, C. V., ob. cit., p.139-145.



**Figura 3A.6** - Plano Geral de Urbanização de 1949.  
(Fonte: Faria, C. V. (1981). *Novo Fenómeno Urbano*, p.140)

Fonte: Plano Geral de Urbanização de Setúbal, 1944.

Carta n.º 3 — Planta-síntese do PGUS (1944)

### 3.2. **A VIVÊNCIA DO ESPAÇO**

Para que se possa aferir com maior pormenor a realidade tanto social como urbanística da área de intervenção, para a qual é definido um plano urbanístico, é importante conhecer bem o local e os seus problemas, como também a população e entender de que forma a população vive os espaços públicos, e que significado tem para a população o lugar onde vivem.

#### 3.2.1. **Quem e como vive o espaço público**

Durante a realização do levantamento e análise do edificado e do espaço público, verificou-se que a maioria dos transeuntes insere-se numa faixa etária superior aos 50 anos de idade e na sua maioria tratam-se de pessoas reformadas, as quais davam apenas passeios de curta duração unicamente com um objetivo prático definido, e não com o intuito de dar um passeio em lazer, pois consideram que esta zona da cidade não é adequada a esse uso, mas também porque em pleno dia, têm medo de percorrer esta zona. Outras iam apenas com o objetivo de “professar a sua fé”, se assim se poderá dizer, como é o caso de testemunhas de Jeová, que também consideram a área de intervenção muito insegura. A restante população que transitava nas ruas pertencia à comunidade cigana, e neste caso foi notório o vínculo que esta comunidade tem com o espaço exterior, pois usavam-no para recreação, para dar os

seus passeios, ou apenas para estar, sem terem que estar confinados ao espaço das suas habitações, consideram o espaço público como uma extensão das suas casas.

Das poucas esplanadas existentes na área em estudo verificou-se que estas estavam permanentemente ocupadas, as restantes pessoas que passavam na rua, eram apenas pessoas que trabalhavam em alguns locais, espaços de comércio entre outros, que existem na área de intervenção. Verificou-se também que a uma certa hora do dia existia maior fluxo automóvel, devido á chegada de alguns habitantes locais às suas habitações, o que leva também a caracterizar aquela área como um dormitório. A área de intervenção não é usada pela população residente como lugar de estadia e lazer e nem oferece condições de conforto e segurança para tal.

Verifica-se também, a existência de um certo desconforto por parte dos habitantes do bairro Trindade que habitam aquele local há mais tempo, pela apropriação de habitações devolutas por parte de elementos da comunidade cigana. A proprietária de um restaurante que se localiza neste bairro, quando confrontada com a questão, sobre se acharia adequada a criação de um espaço de esplanada, decorrente da demolição de algumas habitações daquele quarteirão e que valorizaria o seu espaço comercial, considera que nesta altura é algo que não é possível aplicar àquele local, visto que está muito degradado e os elementos da comunidade cigana causam-lhe “algum prejuízo” tanto pelo desconforto causado nos clientes com a presença de alguns desses elementos, e também pela conduta inadequada dos mesmos. Ainda assim, sugeriu e concorda que o bairro deve ser alvo de reconstrução e reestruturação, visto que muitas das habitações estão degradadas e que pelo processo construtivo envolvido no mesmo, no qual há a partilha de paredes entre habitações em que a degradação de uma habitação acaba por contaminar a do lado. Reforça ainda a ideia, dizendo que, acha que deveria haver uma norma que impedisse a construção na periferia da cidade e promovesse a reabilitação e reconstrução de locais como a área de intervenção, a qual toda a população em geral considera que é uma área subaproveitada. A proprietária do restaurante referia ainda que, apenas se mantém com o estabelecimento aberto naquele bairro, porque este encontra-se mesmo no início da rua (Rua José Augusto Rocha perpendicular à Rua Moinho do Frade), caso contrário muito dificilmente conseguiria manter o restaurante aberto. Informou ainda que, naquele bairro existiam vários pontos de comércio, de cafés, mercearias, entre outros, mas em sequência do abandono, degradação e apropriação de habitações devolutas naquele bairro, esses pontos de comércio foram encerrando, restando apenas o restaurante e um café no quarteirão que situa a sul e em frente ao que integra o restaurante, e a oficina adjacente ao restaurante.

### 3.2.2. A vivência do espaço para a concepção de propostas de intervenção

Para que fosse possível ter uma apreciação por parte de quem vive o espaço, também eu o percorri como se habitasse no local, com a intenção de aferir os principais problemas de mobilidade, e idealizar possíveis soluções para os mesmos, considerando sempre o tipo de intervenção possível de realizar dadas as preexistências, e aferir no espaço as ligações que deveriam existir de forma a permitir, e a facilitar a circulação no espaço.

Este processo permitiu também a realização de uma análise sensorial do espaço (elemento constante na ficha de caracterização do espaço público em anexo), e permitiu também conhecer aquele espaço e quem o habita. À medida que percorria e “vivia” o espaço alvo de intervenção foi também possível, uma vez estando no local, perspetivar o futuro daquela área, que se pretende que seja um outro núcleo de vivência urbana e que potencie interesse nos cidadãos, pela qualidade de vida urbana, que lhe estaria associada, adequada à realidade local segundo as quatro dimensões do espaço público urbano.

### 3.2.3. “Participação Pública”

A “participação pública” surgiu, por várias vezes de forma espontânea, no decorrer dos levantamentos do edificado e espaço público realizados, no âmbito da fase de análise do local.

Considero a participação dos cidadãos, como essencial para o desenvolvimento de novas propostas de intervenção nos núcleos urbanos, pois são estes que conhecem verdadeiramente o local e que apontam imediatamente aquilo que os mais preocupa no espaço e aquilo que gostariam de ver resolvido e criado no espaço.

As pessoas quando confrontadas com soluções de projeto diferentes e opiniões exteriores são também elas muito opinativas, relativamente àquilo que é delas e que lhes pertence, como se por momentos relembassem a importância que aquele lugar tem para elas individualmente, é de ressaltar, que o sentimento de pertença expande-se para além dos limites das suas habitações e estende-se até à rua. Um dos participantes (um senhor reformado com cerca de 65-70anos) veio ao nosso encontro durante o levantamento com a intenção de pedir que a sua rua fosse identificada, visto que esta não tem nenhuma placa indicativa do seu nome – Rua Particular Vitorino Moreira Marques – apenas queria que aquela rua fosse conhecida pela sua verdadeiro nome e que “não fosse confundida com outras”,

segundo palavras do próprio. Aqui pretendia-se de uma forma muito simples e direta, marcar a identidade daquele lugar.

Visto que não foi possível a realização de uma sessão de participação pública durante o tempo útil do estágio, (processo que considero como fundamental no desenvolvimento de qualquer projeto de intervenção seja em núcleos urbanos ou rurais), optei por basear a proposta de intervenção nas declarações prestadas pelos transeuntes na área em estudo, os quais por muitas vezes referiam a falta de parque infantis e espaços de sombra que lhes permitisse permanecer no espaço público, mas também querem ver resolvidas as questões de segurança do espaço, visto que, esta é uma zona muito insegura, na qual existem variadíssimos assaltos aos transeuntes em pleno dia, entre outras formas de vandalismo.

#### **4. BREVE LEITURA DA ESTRUTURA URBANA**

O Estudo Urbanístico proposto abrange uma área de 6,61ha, inserido numa malha urbana consolidada da cidade de Setúbal. Esta é uma área que apresenta uma topografia muito irregular o que provoca em algumas situações debilidades relativamente aos acessos, algumas ruas apresentam mesmo pendentes muito acentuadas. A topografia irregular tem maior expressão nos principais vazios urbanos, em consequência da implantação de edificado desarticulado com o espaço exterior (esta situação ocorre essencialmente nas traseiras dos prédios).

Para a correta análise da área em estudo, relativamente ao edificado e ao espaço público, foi elaborado um elenco de características sobre as quais a análise deveria incidir, de modo a aferir quais seriam os pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e principais ameaças da área em estudo, às quais a proposta de reestruturação dos bairros Trindade e Monarquina deveria dar resposta. Desta forma foram elaboradas caracterizações e análises ao espaço edificado e ao espaço exterior, culminando numa análise SWOT a estes dois espaços.

#### 4.1. ESPAÇO EDIFICADO

A presente análise foi baseada unicamente no aspeto exterior da habitação e também no levantamento topográfico elaborado até à data, visto que a CMS não possui nenhum cadastro atualizado desta zona da cidade (peças desenhadas n.º6 e 7 da fase de análise). Esta é uma área muito heterogénea relativamente ao tipo de edificações existentes. Em média o estado de conservação da área em estudo é mediano, sendo que, tal como se pode verificar através da planta de estado de conservação do edificado, existem 2 grandes núcleos com edificações muito degradadas e em ruínas, que contribuem para a imagem negativa desta área da cidade.

Um desses núcleos situa-se na parte mais antiga do bairro Trindade, localizado a oeste da área em estudo, composto por 8 quarteirões com as características de um bairro operário, cujas habitações são muito antigas (as mais antigas com cerca de 100 anos de construção) e muito degradadas (Figura 3A.7). Para além do avançado estado de degradação do edificado, verifica-se também que algumas habitações apresentam dimensões muito reduzidas (ou seja, com áreas inferiores às mínimas definidas no regulamento geral das edificações urbanas que considera como mínima, uma área bruta de 35 m<sup>2</sup> para um T<sub>0</sub>), que impactam negativamente a vivência nesta zona da área de intervenção, sendo que as únicas habitações que se encontram em razoável e bom estado de conservação, e que apresentam boas dimensões de construção, são as que marginam com a Rua Camilo Castelo Branco.

Relativamente ao número de pisos do edificado destes oito quarteirões, estes variam unicamente entre 1 e 2 pisos, sendo que na sua maioria as habitações têm apenas 1 piso e 1 fogo por habitação.

Outro núcleo que se encontra em avançado estado de degradação, é o núcleo situado a Este, delimitado pelas ruas, Alfredo Lima, Travessa de Beneficência e pela rua General Gomes Freire, à semelhança do caso anterior, as habitações deste núcleo encontram-se em avançado estado de degradação e algumas delas em ruínas (Figura 3A.8). Estas edificações têm 1 único piso, e são compostas por 1 fogo.

Em ambos os casos regista-se também a apropriação do edificado devoluto, servindo de habitação para famílias maioritariamente de etnia cigana.

Na restante área da cidade, o edificado apresenta mediano e bom estado de conservação, e edificado com mais de um piso (variando entre os 2 e 5 pisos), com múltiplos usos, e são compostos por vários fogos. Assiste-se assim a uma evolução da estrutura do edificado e do tipo de construção, que se vai distanciando da escala humana no sentido este/oeste.



**Figura 3A.7** – Núcleo composto por 8 quarteirões no Bairro Trindade  
(Fonte: Google Earth)



**Figura 3A.8** – Quarteirão muito degradado (delimitado pelas ruas Alfredo Lima, General G. Freire e Travessa da Beneficência)  
(Fonte: Google Earth)

Relativamente aos usos do edificado, em média a área em estudo é composta maioritariamente pelo uso habitacional (peça desenhada n.º7 da fase de análise). Sendo que, é no edificado mais recente e com múltiplos pisos em que se verifica a existência de mais espaços de comércio/serviços, localizados maioritariamente, nos pisos térreos destes edifícios. Ainda assim, aproximadamente 50% destes espaços encontram-se devolutos.

Para além do edificado de uso misto, existem alguns edifícios de pequenas dimensões (com estrutura semelhante a uma habitação comum) destinados apenas à prática comercial ou de prestação de serviços. Existe também na área em estudo, um edifício de grandes dimensões destinado à atividade comercial (o supermercado Pingo Doce), situado na Rua Moinho do Frade.

#### 4.2. ESPAÇO EXTERIOR

Segundo a análise efetuada, existem as seguintes tipologias de espaço público (peças desenhadas n.º8 e 9 da fase de análise):

- **Vazios urbanos/Espaços sobranceiros** – na área em estudo existem dois espaços sobranceiros, que não estabelecem uma ligação ordenada com o restante espaço. Estes espaços surgem em consequência da construção de edifícios, para os quais não foi definido um plano urbanístico que previsse a adequação do edificado ao espaço exterior e o tratamento da envolvente ao edificado deste após a sua construção, pelo que, foram sendo gradualmente utilizados como espaços de vivência e habitação por parte da população de etnia cigana, como espaço de despejo de entulho, como área de estacionamento desorganizada, e onde possível, servem também, de acesso entre ruas que os rodeiam (Figura 3A.9). O espaço sobranceiro

localizado a Este da área em estudo, não foi apropriado de nenhuma forma muito marcante, apenas é usado ocasionalmente como passagem de peões e espaço de estacionamento.



**Figura 3A.9** – Espaços sobranes (à esquerda – espaço delimitado pelas ruas Alfredo Lima e Campos Rodrigues, à direita – espaço situada a Este na área de intervenção)  
(Fonte: Google Earth)

- **Avenidas** – em toda a área de estudo, existe apenas uma avenida, a avenida Jaime Cortesão é uma avenida estruturante que delimita a sul a área em estudo, encontra-se em bom estado de conservação, e é muito marcada pelos alinhamentos arbóreos, que conferem ao espaço, um ambiente mais fresco e convidativo à passagem do peão. Esta é uma avenida estruturante desta zona da cidade, à qual através da intervenção proposta de reestruturação de espaços público, se pretende estabelecer uma boa ligação viária e pedonal.
- **Ruas** – Como se pode verificar através da planta do estado de conservação do espaço público, as ruas da área em estudo encontram-se em mau e médio estado de conservação, devido à degradação dos pavimentos e em alguns casos devido à falta e/ou mau estado de conservação da iluminação. Para além disto verifica-se também, a falta de alinhamentos arbóreos em alguns arruamentos, tornando área em estudo, no geral um pouco árida e desconfortável, até mesmo à passagem casual pela área. Por fim, verifica-se também, que a grande maioria dos passeios são ocupados pelo estacionamento indevido, dificultando assim a passagem do peão.
- **Travessas** – Existe apenas uma travessa em toda área de estudo, a Travessa da Beneficência, que apesar de permitir a coexistência dos dois sentidos viários, apresenta dimensão insuficiente para a coexistência dos dois sentidos viários, e os seus passeios têm dimensões reduzidas, dificultando a passagem do peão neste local.
- **Parques e zonas destinadas ao estacionamento** – Existe apenas 1 parque de estacionamento, marcado como tal, o parque de estacionamento supermercado Pingo Doce. As restantes áreas destinadas ao estacionamento ao longo das ruas são insuficientes às

necessidades de estacionamento registadas na área de intervenção, uma vez que se verifica a apropriação indevida de passeios para o estacionamento.

#### **4.2.1. Barreiras arquitetónicas e pontos de conflito**

Algumas das barreiras arquitetónicas e pontos de conflito (peça desenhada n.º11 da fase de análise), identificados durante a análise da área de intervenção, são resultantes da falta de estruturação urbana na área, visto que não existiu um plano de estruturação de espaços públicos associado à construção de novo edificado na área de intervenção, tornando algumas ruas de muito difícil acesso como é o caso da rua Alfredo Lima, originando a criação de estruturas como a escadaria de acesso à Praceta Luís Vila Verde, que não se encontra segundo os parâmetros previstos no regulamento do DL 163/2006 de 8 de agosto da mobilidade, dificultando a passagem num local, que já de si é de difícil acesso.

Outros locais identificados como pontos de conflito, devem-se ao sobredimensionamento dos passeios levando a que o peão tenha que efetuar a sua marcha em plena via viária.



#### **4.3. ANÁLISE SWOT**

A presente análise SWOT (quadros 3A.1 e 3A.2) é organizada segundo as zonas alvo de levantamento e análise definidas nas fichas de caracterização efetuadas, pelo que se divide esta análise, a primeira refere-se ao edificado, e a segunda ao espaço público, que por sua vez se subdivide segundo as quatro zonas analisadas de acordo com as fichas de caracterização elaboradas (fichas de caracterização do espaço público, localização e zonas 1, 2, 3 e 4 em anexo).

### Quadro 3A.1 – Análise SWOT ao edificado

EDIFICADO					
	PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	
ZONA 1	<p>- Edificado muito degradado e de dimensões muito reduzidas, que compromete a salubridade associada ao espaço.</p> <p>- Apesar de os 8 quarteirões que integram esta zona serem compostos por moradias térreas ou que no máximo possuem 2 pisos, a envolvente é muito marcada por um maciço edificado com 18 pisos – as torres São Bernardo;</p> <p>- Espaços destinados ao comércio devolutos.</p>	<p>- Relações de vizinhança já estabelecidas.</p> <p>- Esta zona tem uma identidade muito marcante associada ao edificado (bairros operários e de renda económica) apesar do seu estado de conservação;</p> <p>- A diversidade de pisos entre o edificado existente e sua organização atual, permite estabelecer uma continuidade lógica e coerente entre o “novo” edificado e o existente;</p>	<p>- Insegurança sentida pelos habitantes;</p> <p>- Insalubridade do espaço provocada pelo avançado estado de degradação em que se encontram a maioria das habitações;</p> <p>- Apropriação indevida do edificado devoluto.</p>	<p>- Possibilidade de reinterpretar de forma adequada o desenho atual do quarteirão e a sua organização, que pelo conjunto habitacional próximo da escala humana, fomenta as relações de vizinhança;</p> <p>- O edificado em condições de ser mantido deverá ser recuperado, desta forma é marcada a identidade desta zona, serve de exemplo a Rua Camilo Castelo Branco;</p> <p>- Fomentar a segurança no espaço através da organização do edificado e definição de cêrceas adequadas ao local e de acordo com o espaço público,</p> <p>- Revitalizar o comércio na área associado à habitação.</p>	 <p>Rua de Diogo Fernandes Pereira      Rua J. Batista de Castro</p>  <p>Rua Moinho do Frade      Rua Camilo Castelo Branco</p>


<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ZONA 2</p>	<p>- Tipologias muito distintas de edificado.</p>	<p>- Distinção entre espaços públicos na área de estudo, associados ao edificado;</p> <p>- Avenida Jaime Cortesão tem uma identidade muito marcada associada à tipologia do edificado.</p>	<p>- Na Rua Campos Rodrigues, as cêrceas superiores a 12, 13m de ambos os lados da via, confinam um pouco a rua;</p> <p>- O aspeto degradado de algumas das fachadas (Rua Campos Rodrigues) tem impacto negativo sobre esta zona.</p>	<p>- Hierarquização dos espaços associados ao edificado.</p>	 <p>Rua Moinho do Frade      Av. Jaime Cortesão      Rua Campo Rodrigues</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ZONA 3</p>	<p>- Tipologias muito distintas de edificado;</p> <p>- A grande maioria dos espaços de comércio nos pisos térreos dos edifícios encontram-se devolutos</p>	<p>- Existe a possibilidade de através dos alinhamentos marginais já definidos, estabelecer uma continuidade entre o “novo” edificado e o existente, adequada à realidade do local;</p>	<p>- Zona muito insegura, tal deve-se também à degradação do edificado;</p> <p>- Desarticulação entre o edificado e o espaço em que se insere;</p> <p>- Apropriação para habitação indevida de edificado em mau estado de conservação e devoluto.</p>	<p>- Hierarquização dos espaços associados ao edificado;</p> <p>- Definir condicionantes à construção, por exemplo, uma cêrcea máxima correspondente no máximo a 4 pisos.</p>	 <p>Rua Gen. Gomes Freire      Rua Alfredo Lima</p>



<b>ZONA 4</b>	<p>- Edificado em ruínas e em muito mau estado de conservação.</p>	<p>- Proximidade com uma escola básica;</p> <p>- O edificado mais recente já adota como cêrceas máximas as correspondentes a 3 pisos.</p>	<p>- Desarticulação entre o edificado e o espaço em que se insere.</p>	<p>- Visto que é uma zona ainda em expansão é possível adequá-la a uma melhor organização urbana.</p>			
---------------	--	---	--	---	---	---	--



Rua Capitão José Pacheco


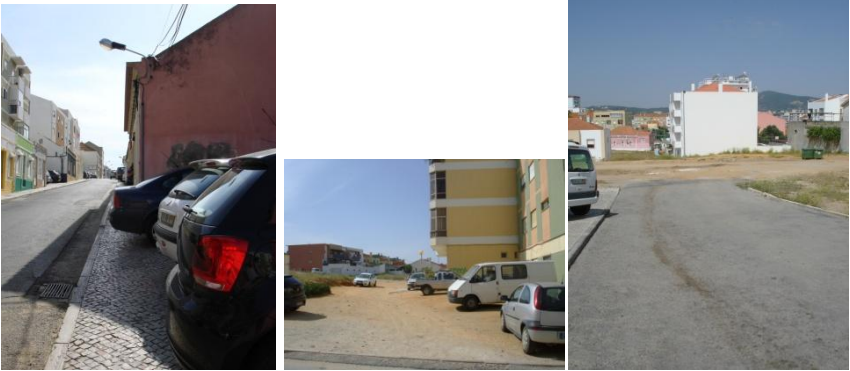
Rua João Vaz

### Quadro 3A.2 – Análise SWOT ao espaço público

ESPAÇO PÚBLICO					
	PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES	AMEAÇAS	OPORTUNIDADES	
ZONA 1	<p>- <b>Acessibilidade deficiente;</b></p> <p>- A Rua Particular V. M. Rodrigues tem <b>barreiras arquitetônicas</b> nos seus acessos. Foram colocados dissuasores de estacionamento nos acessos impedindo a passagem automóvel, <b>impossibilita a passagem de emergência no local e dificulta também a passagem ao péo</b>, porque os acessos à rua são agora utilizados como área de estacionamento.</p>	<p>- <b>Possibilidade de criação de um sistema de percursos e acessos dinâmicos, reveladores dos espaços propostos, decorrente da necessidade de respeitar as pré-existência,</b></p> <p>- <b>Relações de vizinhança já estabelecidas</b> (nesta zona todas as pessoas se conhecem).</p>	<p>- As pré-existências podem comprometer e condicionam a reestruturação de alguns acessos;</p> <p>- Ruas sem passagem contínua e iluminação deficiente conferem ainda mais <b>insegurança</b> a esta zona.</p>	<p>- <b>Estabelecer uma continuidade entre as espaços, tornando-os acessíveis a todos;</b></p> <p>- <b>Criação de acessos nas ruas que atualmente não têm saída</b> devido aos muros que marginam com a Rua Particular V. M. R., desta forma é <b>possível integrar estas ruas numa rede estruturada de percursos;</b></p> <p>- As pré-existências do espaço contribuem também para a elaboração de um desenho urbano de acordo com a realidade local e para o desenvolvimento de um desenho exigente que tem a pretensão de contribuir para a correta reestruturação desta zona.</p> <p>- <b>(Re)vitalização urbana e do comércio local.</b></p>	 <p>Rua Particular V. M. Rodrigues    Praceta Luís Villa Verde    Rua José Augusto Rocha</p>

ZONA 2	<p>- Algumas secções da via apresentam ressaltos no pavimento;</p> <p>- Ao longo da Rua Moinho do Frade que se prolonga também pela zona 2, o pavimento encontra-se em muito mau estado de conservação e em algumas secções são utilizados vários tipos de pavimentos.</p>	<p>- A Avenida Jaime Cortesão encontra-se me bom estado de conservação, é a única que é ladeada por alinhamentos arbóreos e as passagens para peões estão de acordo com a regulamentação prevista;</p> <p>- A Rua Moinho do Frade estabelece relação direta entre a Avenida e o bairro Trindade.</p>	<p>- Estacionamento desorganizado;</p> <p>- Indefinição dos usos do espaço público;</p> <p>- Esta zona encontra-se desarticulada em relação às restantes e também não apresenta uma rede de acessos coerente.</p>	<p>- É possível estabelecer continuidade entre os “novos” bairros e a Av. Jaime Cortesão que estabelece continuidade com o tecido urbano envolvente e que se encontra em bom estado de conservação e é a única rua/avenida arborizada da área em estudo.</p>	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Rua Moinho do Frade</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Avenida Jaime Cortesão</p> </div> </div>
--------	--	--	---	--	---

<b>ZONA 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ruas e travessas, em mau estado de conservação e os passeios não apresentam uma largura que proporcione a correta e confortável passagem do peão;</li> <li>- Decorrentes da construção desorganizada que não obedecia a um plano urbano coerente, algumas ruas são de muito difícil acesso, pois não estabelecem uma relação lógica entre espaços e também devido às inclinações exageradas das mesmas que condicionam a passagem de pessoas com dificuldades motoras no local, serve de exemplo a Rua Alfredo Lima.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Diversidade de ligações possíveis de estabelecer entre os diferentes espaços.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Existência de ruas confinadas, potencialmente causadoras de sensação de insegurança,</li> <li>- Iluminação deficiente para o espaço.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturação das ruas, aumentando a largura dos passeios gerando a possibilidade de criação de alinhamentos arbóreos, integradas num plano urbanístico que propõe também a reestruturação dos sentidos viários, otimizando a acessibilidade;</li> <li>- (Re)vitalização urbana e do comércio local.</li> </ul>	 <p>Rua Alfredo Lima      Travessa da Beneficência</p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estacionamento desordenado causador de conflito peão/automóvel.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Disponibilidade de área suficiente para a criação de novos espaços de estacionamento adequados às necessidades locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valorização do uso automóvel sobre o uso pedonal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização do espaço contemplando as necessidades de espaços de estacionamento registadas.</li> </ul>	 <p>Rua General Gomes Freire</p>

	<p>- Espaços sobrantes/vazios urbanos, muito degradados que comprometem a salubridade do espaço.</p>	<p>- Áreas amplas a integrar futuramente na estrutura verde da cidade.</p>	<p>- Apropriação como espaço de vivência pela comunidade de etnia cigana;</p> <p>- Utilização do espaço como área de estacionamento desordenado;</p> <p>- Insalubridade do espaço e local de despejo de entulhos,</p> <p>- Neste vazio urbano, existem algumas construções que muito possivelmente são ilegais.</p>	<p>- Reestruturação dos espaços sobrantes, segundo um plano de reestruturação urbana no qual é dada a primazia ao espaço público e a melhoria deste.</p>	
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ZONA 4</p>	<p>- Descontinuidades entre espaços;</p> <p>- Utilização dos vazios para estacionamento.</p>	<p>- <b>Localização</b> - esta zona é delimitada a este pela Avenida infante D. Henrique, uma das principais avenidas da cidade.</p>	<p>- <b>Desarticulação das novas áreas de construção com o restante tecido urbano.</b></p>	<p>- <b>Definição de um plano de reestruturação urbana, que define como elemento estruturante os espaços públicos, permitindo a articulação entre as diferentes zonas em estudo e esta em especial, com o restante tecido urbano;</b></p> <p>- <b>(Re)vitalização urbana.</b></p>	 <p>Rua do Bairro Afonso Costa</p> <p>Rua F. Biscaya da Silva</p>

## 5. AS QUATRO DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA ÁREA DE INTERVENÇÃO

A análise realizada ao espaço público permitiu aferir qual é a condição atual do lugar alvo de intervenção, segundo as quatro dimensões do espaço público.

### 1) Dimensão Social

A área de intervenção integra, diferentes etnias, estratos sociais, e idades. No local, foi possível perceber, que esta área é composta maioritariamente por uma população idosa, carenciada e também por uma faixa populacional desempregada.

Esta área caracteriza-se também, pelos choques sociais e culturais que existem em relação à população de etnia cigana que tem vindo progressivamente a apropriar o edificado devoluto que existe na área, levando a processos de segregação social.

Os habitantes nesta área, não se sentem seguros nem confortáveis no espaço, pelo que evitam circular pela área de intervenção, a não ser que seja estritamente necessário.

Com a proposta de reestruturação definida para os bairros Trindade e Monarquina, pretende-se revelar estas zonas da cidade à restante população, suscitando o interesse em habitar estes bairros, visto que são dotados de um conjunto de equipamentos e espaços públicos potenciadores de boa qualidade de vida urbana. Pelo que se pretende não só o realojamento da população residente afetada pela demolição de algum edificado, mas também o alojamento a uma população de diferentes classes sociais, jovens, etc., desta forma são evitados os processos de segregação social, a que muitas vezes estão associados os bairros sociais e de proteção social, como também, desta forma é possibilitada a revitalização do comércio local e a vitalização destas zonas e dos seus espaços públicos em geral, tornando estes bairros em novos espaços de interesse na cidade.

Considerando que existem várias famílias que apropriam indevidamente o edificado devoluto para habitação, apenas, após a realização do levantamento social do local (elaborado por técnicos da CMS), seria possível aferir o número de agregados a realojar, de acordo com as áreas destinadas a estas famílias (habitação de proteção social) na cidade, mas também na área de intervenção.

## **2) Dimensão Política e Económica**

Esta é uma área muito afetada pela crise económica, mais de 60% dos espaços destinados ao uso comercial, encontram-se devolutos e em trespasse. Contudo adotando uma política urbana de reestruturação urbana, pretende-se que seja feita a revitalização desta área permitindo também a implementação de novos espaços de comércio no local.

## **3) Arquitetura e Urbanismo**

A área é marcada pela heterogeneidade arquitetónica e diversidade de tipologias de edificado que existem. Por um lado temos moradias de dimensão reduzida, por outro existem grandes blocos habitacionais com vários pisos, para além destes. Existem também alguns edifícios que se aproximam mais da escala humana e que através destas construções é possível estabelecer uma continuidade mais coerente entre os espaços, relativamente às volumetrias do edificado.

Relativamente aos usos do edificado, se inicialmente a área em estudo se poderia caracterizar pela multifuncionalidade expressa na mistura de usos e funções ainda visível nos pisos térreos de algumas habitações, atualmente, as atividades existentes são maioritariamente habitacionais, constituindo esta a matriz da área em estudo. Sendo que a proposta dos espaços edificados inclui os espaços de comércio existentes (devolutos e em funcionamento) e considera a sua localização, pelo que, são propostos de forma estratégica (evitando o excesso de espaços potencialmente desnecessários a uma área que já é tão marcada pela existência destes espaços nos pisos térreos dos edifícios e que se encontram devolutos) alguns espaços de comércio associados também ao uso habitacional, desta forma obtém-se espaços e edifícios multifuncionais.

A área de intervenção é composta por vários quarteirões em avançado estado de degradação, algum do edificado encontra-se em ruínas comprometendo a salubridade do espaço em geral. Ao nível do espaço público, este é completamente desestruturado, não se assiste a um “fio condutor” entre espaços, foi dada primazia à implantação do edificado, sem que para isso fosse criado um plano de construção urbana, em que se previsse que o espaço público seria o elemento estruturante do desenvolvimento urbano e desta forma, não se assistiram a problemas de mobilidade, acessibilidade e insegurança, como existe atualmente. Pelo que se pretende a definição de um plano urbanístico e projeto de reestruturação adequados à realidade local, e que tenham como base a criação de uma rede de espaços públicos coerente, a qual define as áreas de implantação do edificado, adequados à realidade da área de intervenção, e possibilitando o incremento de vivência urbana e a manutenção dos “novos” espaços da cidade o futuro.

#### **4) Arquitetura Paisagista e Ecologia**

A área de intervenção, como já foi referido anteriormente é uma área desestruturada, para a qual não foram previstos planos urbanísticos adequados à realidade do local e que integrassem espaços públicos de recreio e lazer, nem acessos adequados a todos segundo o DL 163/2006 de 8 de agosto da acessibilidade e mobilidade. O valor associado ao espaço público, como espaço de encontro, estadia, lazer, recreação e como meio de locomoção por excelência, foi-lhe renegado. As ruas, algumas delas em muito mau estado de conservação, apresentam uma dimensão muito reduzida, o que leva à existência de passeios com largura inferior à exigida segundo o DL 136/2006 de 8 de agosto. Existem também, muitos espaços residuais/vazios urbanos, em sequência da construção de edifícios de forma desarticulada com a realidade urbanística e paisagística do local.

Esta área de intervenção é desprovida de elementos de vegetação com alguma expressão, não existem alinhamentos arbóreos nas ruas, nem manchas ou outras formas de organização da vegetação associada ao espaço público e potenciadoras de sombra e conforto bioclimático, o que confere ao espaço muito desconforto e torna-o também muito árido principalmente no verão e empobrece também a estrutura ecológica urbana municipal.

## **6. BASE PROGRAMÁTICA**

Considerando os motivos que justificam a necessidade de realização do estudo e projeto referidos anteriormente e tendo em atenção as diretivas dos Instrumentos de Gestão Territorial, a base programática proposta pela Câmara Municipal de Setúbal é a seguinte:

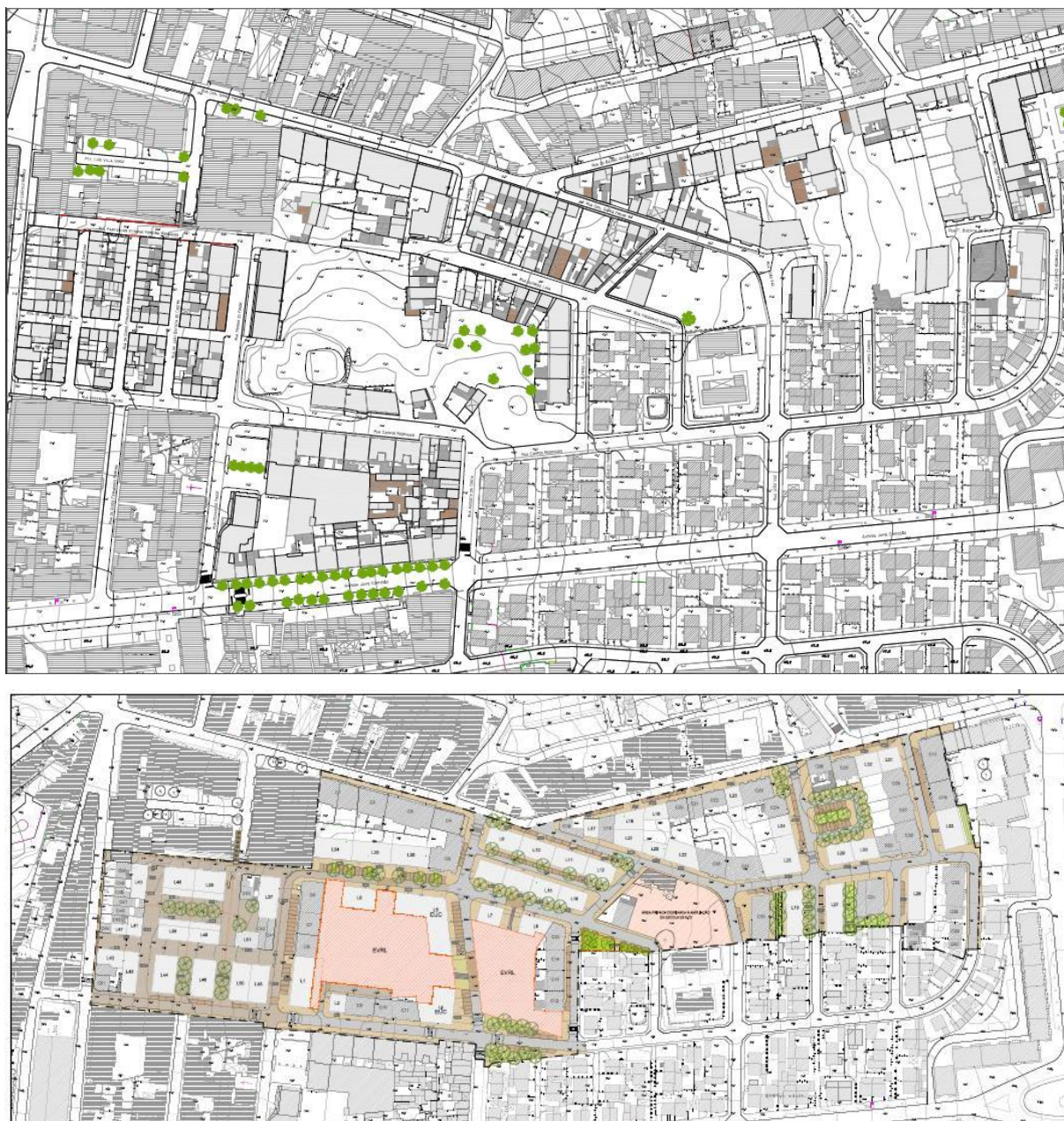
- Melhoria das acessibilidades de acordo com o DL 163/2006 de 8 de agosto;
- Criação de novas áreas de estacionamento com o intuito de dar resposta à carência de estacionamento registado na área;
- Criação de novos espaços verdes, promovendo a salubridade da área e a integração destes novos espaços, na estrutura verde e ecológica da cidade;
- A implementação de espaços de estadia e lazer em todas as áreas verdes propostas;
- Criação de parques infantis e de manutenção física;
- Repavimentação e pavimentação em áreas registadas como degradadas;

- Criação de um sistema de percursos viários, pedonais e de uso misto adaptadas às condições e necessidades do local;
- Promoção da continuidade e legibilidade entre todos os espaços, recorrendo a sistemas de vistas, tipos de materiais utilizados, implementação de sinalética e iluminação;
- Minimização e/ou extinção de todas as barreiras arquitetónicas e pontos de conflito registados na área, tendo também como objetivo a promoção da segurança na área em estudo.
- Promoção da melhoria e qualidade de vida no local, com intuito de incrementar uma maior vivência do espaço por parte dos habitantes e utilizadores do mesmo, recorrendo à diferenciação de usos associados ao edificado.
- Dotar esta área de equipamentos de utilização coletiva e espaços verdes de estadia, dando assim, resposta às exigências previstas no regulamento do PDM, em termos de áreas de cedência.

## **7. PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO DOS BAIROS TRINDADE E MONARQUINA**

### **7.1. ESTUDO URBANÍSTICO**

O Estudo Urbanístico realizado resulta numa proposta de reestruturação dos Bairros Trindade e Monarquina, que tem como pretensão a reestruturação do sistema de espaços e da estrutura edificada, adotando como estratégia de intervenção uma visão global e integradora do espaço (Figura 3A.10 – comparação da situação atual com a proposta de reestruturação urbana).



**Figura 3A.10** – Planta da Situação Existente e Planta de Implantação – Estudo Urbanístico, respetivamente

### 7.1.1. Edifício Proposto

Considerando a análise efetuada ao edificado, foram identificados os edifícios alvo de demolição, para tal foram tidos como critérios os seguintes parâmetros: estado de conservação, usos, dimensões do edificado e localização. Após a definição do edificado a demolir, foram definidos os novos alinhamentos marginais, os quais as novas construções devem cumprir. Tais alinhamentos permitem a implantação de áreas destinadas ao uso pedonal, com larguras superiores a 1,5m, permitindo a fácil e confortável circulação pelo espaço e que permitam também a implantação de alinhamentos arbóreos em alguns arruamentos.

Decorrente da análise efetuada, foi definido um núcleo no qual o edificado proposto assume uma escala mais aproximada da escala humana, este núcleo localiza-se entre a Rua Camilo Castelo Branco e a Rua Moinho do Frade, aqui propõe-se que o edificado tenha no máximo 2 pisos, e são também propostos 2 espaços destinados ao pequeno comércio, com o intuito de reforçar a vivência do espaço e a coexistência de diferentes usos (habitacional e comercial), um pouco à semelhança do que existe atualmente. Para reforçar a intenção de incremento e reforço da vivência do espaço e criação de relações de vizinhança, os usos comerciais são propostos para a principal artéria deste espaço, destinada unicamente ao uso pedonal.

De modo geral, para a definição do novo edificado, foram tidos em consideração os seguintes regulamentos: 1) Regulamento do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDM), 2) Decreto Regulamentar n.º9/2009<sup>212</sup> e o 3) Regulamento Geral das Edificações Urbanas<sup>213</sup>.

Pelo que são propostos dois edifícios destinados a Equipamentos de Utilização Coletiva (EUC), que poderão comportar usos e funções culturais e sociais, e áreas destinadas a Espaços Verdes de Recreio e Lazer, sendo que relativamente aos EUC propostos não foi possível cumprir os valores previstos de cedências segundo o artigo n.º128 do Regulamento do PDM, em que a área concretizada é de 5099,17 m<sup>2</sup>, e a área prevista segundo o regulamento seria de 13.031,12m<sup>2</sup>, no entanto considerando esta situação e caso se verifique a necessidade da estipulação de um novo edifício destinado a EUC, considera-se que o lote L27 (da Planta de Implantação do Estudo Urbanístico) poderá ser utilizado com esse fim (ver Anexo 7 – Tabela de Parâmetros Urbanísticos).

Das edificações propostas foi também possível aferir segundo os dados recolhidos dos Censos 2011, que seria possível o realojamento das famílias cujas casas seriam demolidas no bairro Trindade, mais precisamente nos 8 quarteirões que se encontram entre a rua Camilo Castelo Branco e Moinho do Frade (figura 7), visto que este é o que apresenta maior número de agregados, apesar do estado muito degradado deste bairro.

Uma vez elaborado o Estudo foi possível cumprir os valores estipulados, para áreas de cedência de EVRL e cumprir os valores de  $l_{ub}$  – Índice de utilização bruto ( $\leq 1,5$ ) e  $c_{rceas}$  (15m no máximo),

---

<sup>212</sup> Decreto Regulamentar n.º9/2009. D.R. I Série. 104 (29-5-2009)

<sup>213</sup> Sul, Ordem dos Arquitetos - Concelho Diretivo Regional do. REGEU - versão atualizada - Decreto Lei n.º 38382 de 7 de agosto de 1951.

sendo que para o edificado proposto, de acordo com as zonas em que se encontram são propostos edifícios de 1 piso a 4 pisos no máximo (ver Tabela de Parâmetros Urbanísticos em anexo).

### **7.1.2. Circulação Viária e Estacionamento**

Com a nova proposta de reestruturação urbana, também a circulação viária é ordenada de modo a facilitar e permitir o fácil acesso e circulação pela área de intervenção, considerando a estrutura viária adjacente, e os locais destinados ao estacionamento que existem atualmente, onde se verifiquem o conflito entre o peão e o automóvel são eliminados, visto que, são propostos novos espaços de estacionamento mais adequados às exigências de estacionamento registadas, e adequados ao novo desenho de espaços públicos sem que constituam qualquer espécie de conflito. Pelo que, na rua General Gomes Freire e rua do Bairro Afonso Costa são propostos novos lugares de estacionamento, os quais são desenhados com a intenção de permitir o fácil e adequado acesso às habitações.

Para a definição dos lugares de estacionamento foi tido em consideração o DL 163/2006 de 8 de agosto da Mobilidade<sup>214</sup>, que prevê um número mínimo de lugares para condutores/passageiros portadores de deficiências pela totalidade dos lugares propostos. Foi também tida em conta a média de viaturas estacionadas na área em estudo durante a análise dos diferentes locais.

Para o estacionamento destinado aos EUC (Equipamentos de Utilização Coletiva), foram estipulados 2 lugares de estacionamento por cada 100m<sup>2</sup> de área total de construção, prevendo-se 20% desse valor para o estacionamento no exterior.

Para o estacionamento no interior dos lotes, os lugares necessários e exigidos para o interior dos mesmos, foram calculados, segundo o disposto no n.º2 do art.º 117º do regulamento do PDM, ou seja 1,0 lugares de estacionamento/fogo. É ainda garantida a existência de estacionamento em espaço público à superfície, correspondente a 0,5 lugares/fogo.

Assim, no total, no interior dos lotes são criados 274 lugares de estacionamento e 180 lugares no exterior e cerca de 10 lugares destinados a condutores/ocupantes com mobilidade condicionada.

---

<sup>214</sup> Deficiência, Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com - Guia-Acessibilidade e Mobilidade para Todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de agosto. Porto : Inova, 2007.

Relativamente ao sistema viário proposto, registam-se alterações no bairro Trindade, ao nível de usos das ruas e números de sentidos viários propostos, como se pode verificar na planta de pavimentos e sistema viário. Com o sistema viário proposto, pretende-se reforçar o uso pedonal sobre o viário, pelo que, em algumas ruas é condicionado o uso automóvel.

### **7.1.3. Eliminação/Minimização de Barreiras Arquitetónicas e Pontos de Conflito e Acessibilidades**

A área em estudo apresenta várias barreiras arquitetónicas e pontos de conflito decorrentes da topografia muito irregular desta área, que se pretende que sejam minimizadas e eliminadas, através da modelação de terreno possível que contempla também, as pré-existências da área de intervenção. Associado a este melhoramento, são também propostos novos acessos viários, acessos pedonais e acessos viários/pedonais, que asseguram a continuidade no espaço e ligação deste à restante malha urbana. Todos os acessos pedonais melhorados e propostos contemplam o Decreto – Lei da acessibilidade e mobilidade, o que não se regista atualmente na área em estudo.

Com a definição de um novo conjunto de percursos é também possível estabelecer uma hierarquização dos espaços que integram esta área da cidade e melhoram também a segurança sentida na área de intervenção.

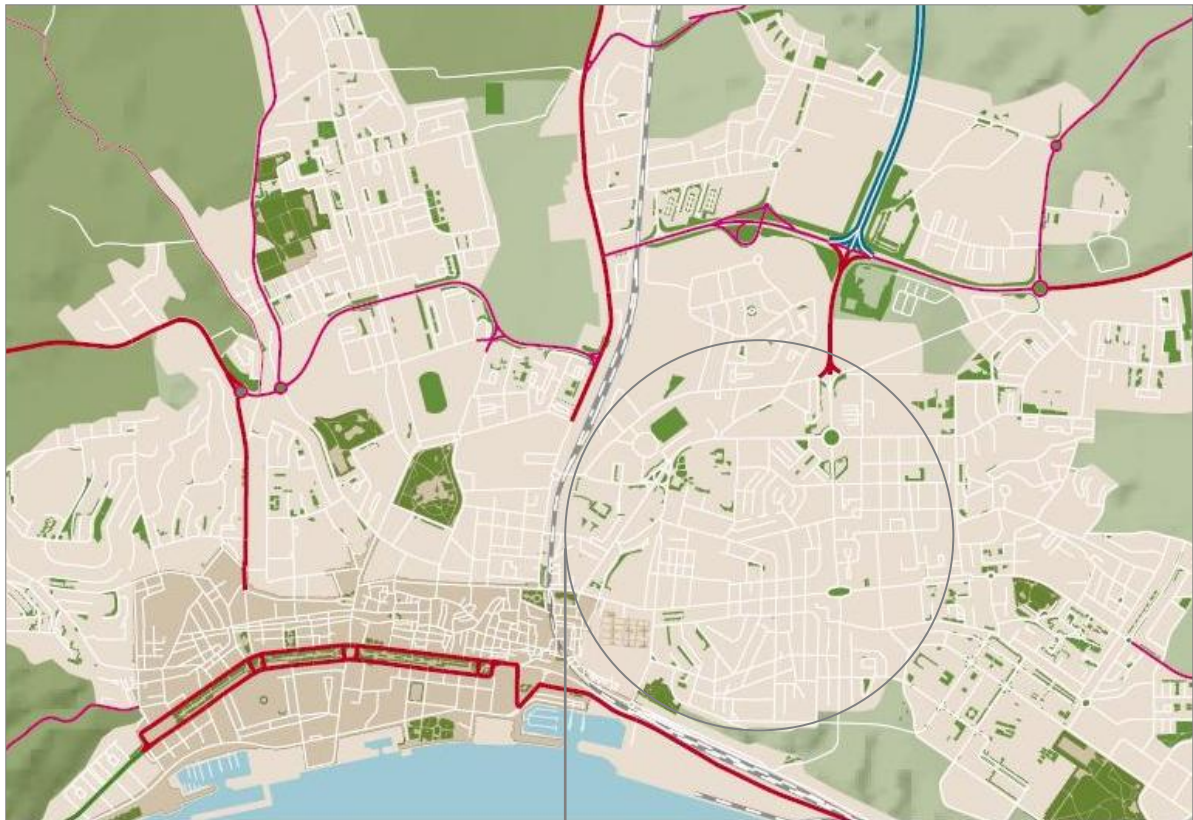
Desta forma, e cumprindo as normas previstas no Decreto-Lei da mobilidade e acessibilidade, os acessos cumprem os seguintes critérios:

- Em escadas, são propostos lances com um máximo de 7 degraus e com patamares nunca inferiores a 0,70m, (dependendo do desnível a vencer por escada), para degraus com espelho de 0,10m corresponde um cobertor de 0,40 ou 0,45m; para espelhos de 0,125m faz-se corresponder um cobertor de 0,35m; e em casos em que para as escadarias é proposto um espelho de 0,15m por degrau faz-se corresponder um cobertor de 0,30m (valor mínimo estabelecido pelo DL 163/2006 de 8 de agosto).
- As rampas propostas, apresentam uma largura de 1,50m e tal como no caso dos acessos feitos por escadas, também aqui são cumpridas as relações entre a extensão da rampa e o desnível a vencer.

- Relativamente às áreas de estacionamento, foi respeitada a relação entre lugares destinados a pessoas com mobilidade reduzida pela totalidade de lugares, e estes situam-se também nas principais entradas para os espaços de EVRL (espaços verdes de recreio e lazer) e bolsas de estacionamento.
- Relativamente às caldeiras propostas, estas cumprem também as normas previstas no DL 163/2006 de 8 de agosto, pelo que se propõem a utilização de caldeiras metálicas e ao nível do passeio, revestidas com grelhas de proteção.
- Por fim relativamente aos passeios, propõe-se que estes sejam nivelados com a via em locais de passagem/atravessamento de peões. Em alguns casos propõe-se a elevação da via nas secções de passagem, provocando o abrandamento das viaturas, e alertando para o facto de se tratar de ruas potencialmente muito frequentadas, em consequência dos usos propostos para os locais adjacentes às vias, que se destinam principalmente ao acesso a estacionamentos, pelo que tal situação só ocorre em ruas de sentido único.

#### **7.1.4. Estrutura Ecológica Urbana**

A proposta de espaço público tem também como objetivo a integração dos novos espaços, na estrutura verde e ecológica da cidade, visto que são propostos sempre que possível alinhamentos arbóreos nas principais vias de acesso e existe um aumento significativo de espaços verdes de uso público, destinados ao lazer e recreação (EVRL – Espaços Verdes de Recreio e Lazer) decorrente da proposta de reestruturação urbana desenvolvida a partir do estudo urbanístico efetuado, na figura 3A.11 estão marcados em vários tons de verde os espaços que integram a estrutura ecológica urbana municipal (espaços classificados em REN, RAN, parques urbanos, jardins, corredores verdes, etc.).



**Situação futura** – o contributo do estudo urbanístico para a estrutura ecológica urbana do Município de Setúbal



**Figura 3A.11** – Mapa da cidade de Setúbal com os principais espaços verdes da cidade que integram a estrutura ecológica da cidade

(Fonte: [http://sigsetubal.peninsuladigital.com.pt/igo/\\_commands/printadvanced/print\\_preview\\_landscape.asp](http://sigsetubal.peninsuladigital.com.pt/igo/_commands/printadvanced/print_preview_landscape.asp))

## **B. PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO PARA O BAIRRO TRINDADE**

Após a análise efetuada à área em estudo que integra os bairros Trindade e Monarquina, verificou-se que o bairro Trindade é o que apresenta maiores debilidades nas mais variadas dimensões (social, económica, arquitetónica e ecológica/ambiental). Destacam-se a existência de barreiras arquitetónicas que impedem ou dificultam a passagem em determinados locais, a existência de espaços sobrantes e ruas muito degradadas e sujas, comprometendo a salubridade do espaço, a apropriação sistemática tanto dos espaços vazios como do edificado devoluto, a existência de edificado de reduzidas dimensões, devoluto e em ruínas e a inexistência de espaços verdes de estadia e lazer, e a ausência de vegetação.

### **1. PROGRAMA**

O programa proposto vai ao encontro daquele que foi definido no âmbito do estudo urbanístico, o qual prevê a melhoria da salubridade do espaço, melhoria das condições socio económicas e melhoria das acessibilidades, culminando na melhoria da imagem desta área da cidade, tornando-a num espaço de interesse aos vários níveis (socioeconómico, cultural, ecológico, etc.). São assim enumerados os principais objetivos propostos para a área de intervenção:

- 1) Reestruturação do espaços público, segundo um novo sistema de percursos, articulando a área de intervenção com a restante malha urbana.
- 2) Hierarquização de percursos e definição dos usos associados a este.
- 3) Implantação de equipamentos de recreio e lazer que abranjam as mais variadas faixas etárias, em locais adequados.
- 4) Criação de áreas de ensombramento em mancha e segundo alinhamentos arbóreos.
- 5) Criação de áreas de estadia.
- 6) Criação de zonas de fruição conjugadas com áreas de estadia, localizadas em pontos estratégicos associadas ao uso do edificado proposto.
- 7) Melhoria das acessibilidades adequadas às pré-existências.
- 8) Implantação de sistemas de vista amplos entre os espaços, recorrendo ao afastamento entre o edificado proposto e a um plano de plantação que não confine os espaços.
- 9) Introdução de materiais utilizados na região, respeitando a identidade dos espaços.
- 10) Criação de espaços legíveis e intuitivos.

## **2. ESTRATÉGIA E CONCEITO DE INTERVENÇÃO**

A estratégia de intervenção proposta, relaciona-se com a promoção da integração desta “parcela” do território com a restante malha urbana, mediante uma inter-relação espacial e visual baseada num sistema de percursos e de vistas que irão definir a organização e desenho dos espaços públicos propostos, tendo em conta a proposta de reestruturação dos bairros Trindade e Monarquina iniciada com o desenvolvimento do Estudo Urbanístico para estes bairros.

A estratégia definida determinou a ideia de conectividade espacial e visual aplicada ao desenho do sistema de espaços públicos, dos referidos Bairros, enquanto conceito de intervenção que baseia aquele desenho na organização do espaço coletivo a partir da, “delimitação” da estrutura de mobilidade e da estrutura de árvores, contribuindo para a constituição de um “todo” urbano socialmente, coeso e ambientalmente equilibrado (peça desenhada n.º02 da fase de estudo prévio).

### **2.1. PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO ESPACIAL**

A proposta de reestruturação do espaço pretende interligar de forma harmoniosa, e recorrendo ao incremento de um sistema de percursos pedonais e viários devidamente hierarquizados, os três principais núcleos identificados na área de intervenção, aqui assinalados como núcleos A, B e C (Figura 3B.1).

O sistema de mobilidade proposto serviu de mote à organização do espaço o qual dá primazia ao uso pedonal, sobre o viário. Desta nova organização espacial, decorrente da necessidade de estabelecer ligações entre os novos espaços propostos com a restante malha urbana, surge também um novo sistema viário (plano de pavimentos e sistema viário), que permitirá e facilitará os acessos a esta zona da cidade e aos novos espaços públicos propostos.



**Figura 3A.1** – Plano geral – os três núcleos propostos

**Núcleo A** – Este é um núcleo, ao qual está conotada uma identidade muito forte, apesar do seu estado de degradação, pois é um dos bairros mais antigos da cidade e o seu crescimento inicial está associado ao desenvolvimento industrial da região de Setúbal, o que fez deste, um dos bairros operários da cidade. Neste espaço o sistema de construção do edificado é muito distinto do que se regista nos espaços adjacentes. Este espaço é marcado pela existência de moradias unifamiliares, algumas delas com dimensões muito reduzidas. Dado o avançado estado de degradação do edificado nos oito quarteirões existentes, a possibilidade da existência de boas condições de vida e de habitabilidade no local é condicionada. Pelo que é proposta a demolição dos quarteirões centrais e de algumas habitações que se encontram nos quarteirões limítrofes deste núcleo. Aqui é proposto o incremento de espaços de comércio associados aos lotes habitacionais, com a intenção de promover a vivência no espaço. Para a melhoria da qualidade de vida no “novo” bairro, é proposta, também, a organização do espaço público, dando primazia ao peão em detrimento do automóvel, com a inclusão de alinhamentos arbóreos e de mobiliário urbano que fomente a estadia e a permanência no espaço exterior. Este é um espaço com características muito próprias, que não se verificam na restante área, fazendo-se notar uma maior aproximação à escala humana e o estabelecimento de relações de vizinhança entre a população. Os novos quarteirões propostos preveem um desenho urbano que reinterpreta e adota as características pré-existentes do espaço, cumprindo as normas urbanísticas regulamentares e dando assim, resposta às necessidades da população.

A opção relativamente à demolição referida prende-se com o mau estado de conservação dos edifícios, apesar da notória memória a eles inerentes na conformação da identidade urbana desta zona, cuja revalorização se pretende com a presente proposta de reestruturação.

**Núcleo B** – Este núcleo destina-se essencialmente à instalação de equipamentos de utilização coletiva e de espaços verdes de recreio e lazer, contemplando mais uma vez a sua articulação com as preexistências. Atualmente este espaço encontra-se segregado espacial e funcionalmente da restante malha urbana, pelo que recorrendo ao incremento de vias estruturantes no espaço, é estabelecida a ligação com o tecido urbano envolvente e os problemas de acessibilidade aqui registados, são, também, eles corrigidos. Neste núcleo são também propostas demolições de anexos, construções abarracadas e habitações que surgem de forma desorganizada e aleatória pelo espaço e que se encontram em avançado estado de degradação e cujas áreas brutas são inferiores às mínimas exigidas, para que se propicie uma boa habitabilidade no espaço. Neste local são propostos dois edifícios, que cumprem o alinhamento marginal definido pelo edificado existente, e que devido à sua organização não encerram o espaço central, abrindo-o à cidade e às pessoas a partir dos arruamentos propostos, dos percursos pedonais e da estrutura de árvores, materializando, deste modo, conexões espaciais, sociais e ecológicas entre o bairro e a sua envolvente urbana.

**Núcleo C** – Este núcleo à semelhança do anterior, destina-se também ele à instalação de espaços verdes de recreio e lazer, devido à amplitude do espaço e por este estabelecer uma relação visual mais direta com o arruamento. Para além de este ser um espaço de passagem por excelência dada a sua localização, é também ele um espaço com características próprias que incentivam a permanência no local. Estas características devem-se à organização do edificado, ao tipo e organização da vegetação aqui proposta e aos usos propostos. Decorrente da nova organização espacial proposta, também a rua Campos Rodrigues é reestruturada, melhorando os acessos viários e pedonais (figura 12).

## 2.2. ALTIMETRIA

Para a modelação do terreno foram tidas em conta as pré-existências e a intenção da criação de espaços acessíveis a todos, pelo que são propostas áreas relativamente aplanadas e com desníveis fáceis de transpor, que permitam as circulações e percursos previstos. A modelação proposta teve como principal intenção a resolução dos problemas de mobilidade e acessibilidade identificados na área de intervenção.

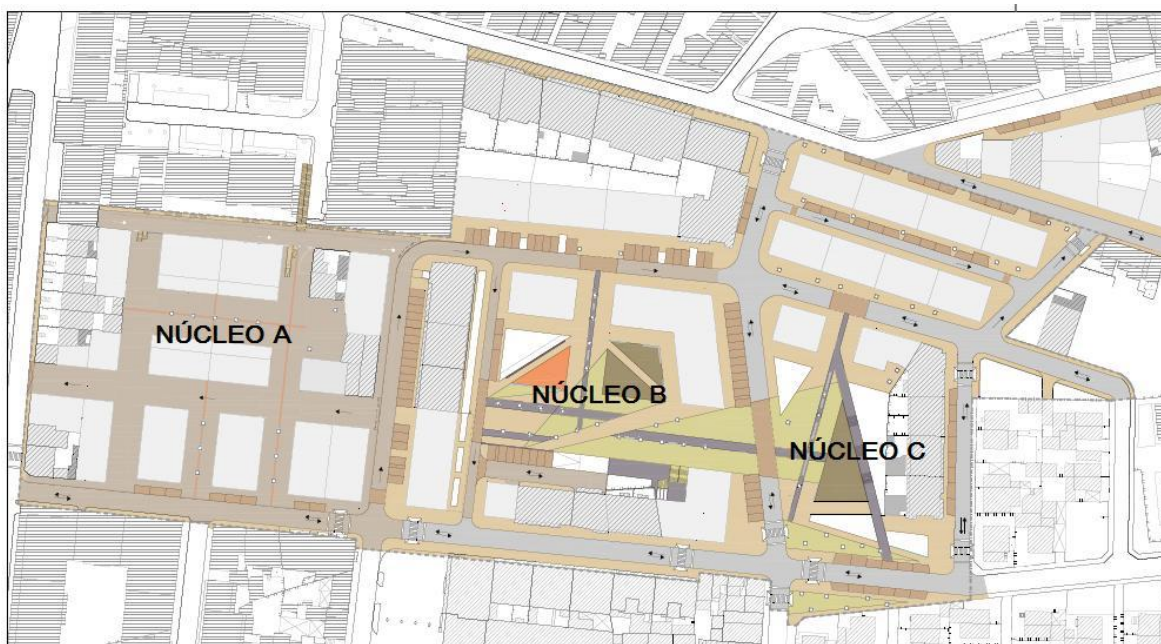
No **núcleo A**, são propostos novos acessos aos quarteirões recorrendo à implantação de escadas e rampas, de acordo com a legislação em vigor. Pelo que, devido à topografia e às pré-existências na rua a norte onde é feita a ligação por escada à Praceta Luís Villa Verde, é proposta a recolocação de uma outra escadaria de acesso à praceta Luís Villa Verde cumprindo a legislação em vigor. Visto que na

praceta existem alguns acessos a garagens esta escadaria apenas poderá assumir a forma original. Para facilitar o acesso da Rua Camilo Castelo Branco à Rua do Moinho do Frade, através da Rua Particular Vitorino Rodrigues, visto que esta apresenta uma inclinação muito pronunciada, é proposta a colocação paralelamente ao muro de um passeio que facilita a mobilidade desta rua pois para vencer o desnível em algumas secções do passeio são propostos degraus, facilitando e melhorando a passagem ao transeunte no local. É proposta também, que esta rua seja de uso pedonal, pelo que devido às características desta rua (dimensões e ligação que estabelece entre a rua Camilo Castelo Branco e os “novos” bairros propostos) propõe-se também que seja utilizada como acesso de emergência.

No **núcleo B**, a área central foi modelada e sensivelmente aplanada. Mais uma vez, considerando as preexistências e o edificado proposto, foi possível a criação de um espaço de estadia com dimensões mais pequenas localizado a sul, que se pretende que seja apropriado pelos utilizadores do edifício de uso coletivo aqui proposto. O acesso a este espaço será feito por escada, pois não é possível incluir rampa, dada a dimensão reduzida deste espaço de estadia e devido ao desnível de 2 metros que se tem de transpor. Por fim no **núcleo C**, à semelhança do núcleo anterior, a área central e limítrofe ao núcleo anterior, foi ligeiramente aplanada. É também, proposto um acesso por escada, que estabelece a ligação entre as ruas Campos Rodrigues e Alfredo Lima, é assim criado um percurso rápido e que devido á topografia, confere uma nova dinâmica ao espaço, pois durante o percurso deste acesso o utilizador do espaço, vai descobrindo gradualmente o espaço, percecionando-o paulatinamente, concebendo a experiência do “caminhar” como descoberta da “nova” paisagem urbana.

### 2.3. PAVIMENTOS

Para os pavimentos (Figura 3B.2), são propostos materiais da região, como o basalto escuro e vermelho, materiais estes que já se encontram no local de intervenção, mais precisamente no núcleo A, mas que decorrente da proposta de reestruturação urbana, e dado o estado muito degradado em que se encontram, são propostas novas áreas pavimentadas usando este material, que se pretende também que marque a identidade deste espaço. O basalto vermelho surge como elemento decorativo e marcante de um novo alinhamento onde se localizam os principais espaços de estadia, e reforça também o fator identidade, valorizando-a.



**Figura 3B.2** – Plano de pavimentos e sistema viário

Recorrendo à calçada de calcário, material que existe em maior quantidade na área em estudo, é estabelecida a ligação aos espaços adjacentes à área de intervenção.

Nos núcleos B e C, com a intenção de introduzir uma nova dinâmica do espaço e guiar os sistemas de vistas, são introduzidos novos materiais com diferentes cores, que quebram a monotonia do espaço, e são também entendidos como guias, para além de estabelecer conexões entre o conjunto de espaços criados, este efeito é conseguido através da utilização de lajes de betão claras e escuras. Para este efeito, é de ressaltar que tais pavimentos são propostos para espaços de uso exclusivamente pedonal.

Para marcar as áreas de estacionamento disseminadas por toda a área e marcar os atravessamentos sobre as vias entre os espaços de EVRL, é proposta a utilização de calçada de granito. À semelhança das lajes de betão que criam novas dinâmicas no espaço, também se pretende que o granito introduza, diferenças e quebre a monotonia do espaço, ainda que de forma não tão pronunciada e um pouco mais discreta.

Para as áreas de manutenção física, e para os parques infantis para os quais são propostos equipamentos com alturas de queda superiores a 2-3 metros, são propostas caixas de areia. Para o parque infantil destinado a uma faixa etária dos até aos 7/8 anos é proposto pavimento de segurança (de cor laranja). Com a introdução de dois materiais distintos nos parques infantis, pretende-se quebrar a monotonia entre texturas de materiais, e também, apresentar às crianças diferentes materiais, que

pela sua morfologia incutem diferentes experiências e brincadeiras, tornando estes espaços ainda mais dinâmicos.

Todos os pavimentos propostos são utilizados e localizados com a intenção de marcar as transições entre espaços e usos associados a estes.

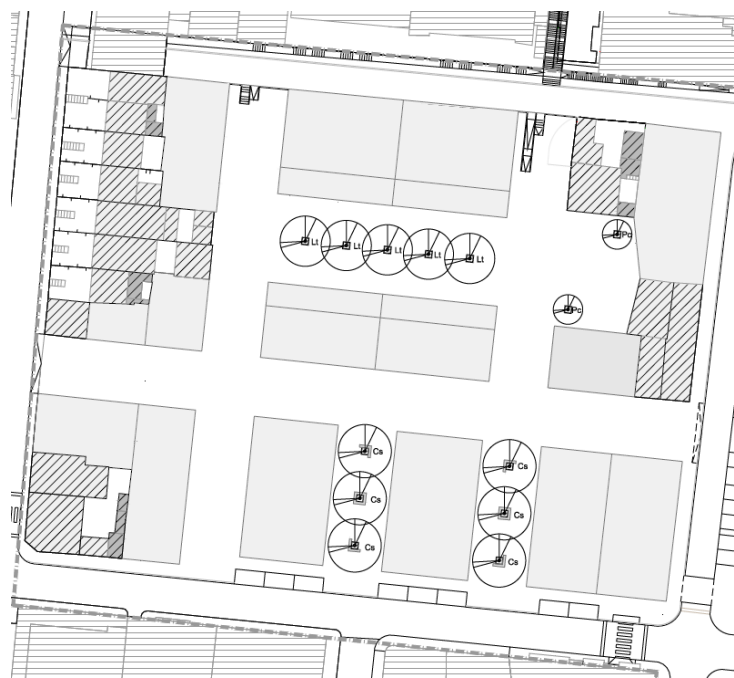
#### 2.4. **SISTEMA DE VEGETAÇÃO**

O sistema de vegetação proposto agrupa-se quer em alinhamentos e manchas, quer em exemplares que pontualmente marcam o espaço. Os alinhamentos propostos arbóreos, têm como intenção a marcação de vias e percursos (em linha reta) com o objetivo de sublinhar o seu desenho e de conferir áreas de sombra nestes acessos/percursos, para além de desempenharem o papel de “guias” visuais, direcionando as vistas no espaço para pontos específicos, com a intenção de orientar o utilizador de forma quase intuitiva pelo espaço. As manchas por outro lado estão mais associadas à estadia prolongada e aos espaços de recreio, onde se localizam os equipamentos de lazer propostos.

Com a presente proposta de organização da vegetação, pretende-se contribuir para a legibilidade do espaço e da sua utilização em condições de conforto e segurança e também, através das diferentes espécies arbóreas, arbustivas, e áreas plantadas, no que diz respeito a aspetos formais e estéticos como o movimento, a côr, a textura, os volumes e a permanência ou queda de folha, é conferida uma maior dinâmica aos espaços propostos.

##### **Núcleo A**

As espécies propostas para este núcleo (Figura 3B.3), marcam a continuidade entre os diferentes espaços na área de intervenção, visto que algumas das espécies arbóreas propostas se repetem em todos os núcleos, em alternativa a outras espécies que são utilizadas apenas em alguns espaços com a intenção de os marcar e distinguir, conferindo maiores dinâmicas e diversidade entre os diferentes espaços. Assim para o



**Figura 3B.3 – Extrato do Plano de plantação – núcleo A**

núcleo A, nos 3 alinhamentos que propostos é proposta a plantação de *Liriodendron tulipifera* (5 exemplares) no percurso longitudinal, e nos alinhamentos transversais de *Cercis siliquastrum* (3 exemplares por alinhamento), por fim junto ao espaço de esplanada é proposta a plantação de dois exemplares isolados de *Prunus cerasifera* - com a pretensão de marcar a diferença de espaços entre quarteirões no interior do núcleo A, e entre este e o seu contexto urbano.

## Núcleo B

Para este núcleo (Figura 3B.4) é proposta uma certa variedade de espécies arbóreas e algumas arbustivas que pontuam o espaço procurando a sua caracterização e riqueza plástica, para além dos benefícios ambientais associados à utilização de material vegetal. Assim para os principais alinhamentos é proposta a plantação de *Acer negundo* (9 exemplares), espécie que também é proposta para os alinhamentos no exterior dos principais núcleos definidos, alinhadas com as vias

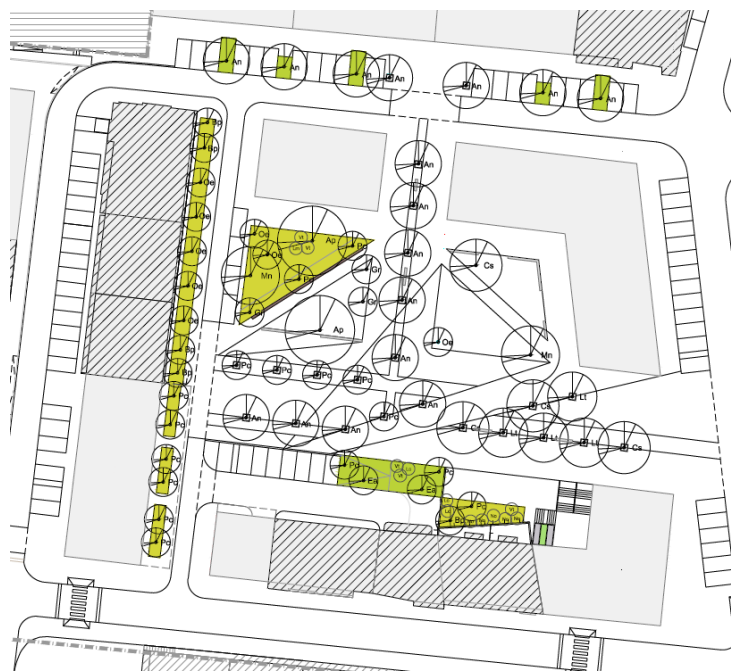


Figura 3B.4 – Extrato do Plano de plantaçao – núcleo B

distribuidoras, sendo que nos passeios da rua General Gomes Freire, é proposta a plantaçao de *Tilia tomentosa*, para que seja reforçada a continuidade das espécies já existentes neste arruamento. São ainda propostas diferentes espécies tanto para alinhamentos complementares ao referido anteriormente, como utilizadas pontualmente que no conjunto final, contribuem para a formaçao de pequenas manchas.

### - Alinhamentos:

*Prunus cerasifera* (4 exemplares)

*Cercis siliquastrum* (3 exemplares)

*Liriodendron tulipifera* (4 exemplares)

*Prunus cerasifera* (6 exemplares), *Olea europea* (5 exemplares), *Brachytchiton populneus* (4 exemplares) – este alinhamento é composto por espécies arbóreas com diferentes portes, contribuindo para introduzir dinamismo e plasticidade na paisagem urbana.

- Manchas:

Junto ao parque infantil são propostas as seguintes espécies que no seu conjunto irão contribuir para a formação de uma mancha marcada pela existência de diferentes portes, volumes arbóreos e cores:

*Morus nigra* (1 exemplar),

*Acer platanooides* (1 exemplar),

*Grevilea robusta* (1 exemplar),

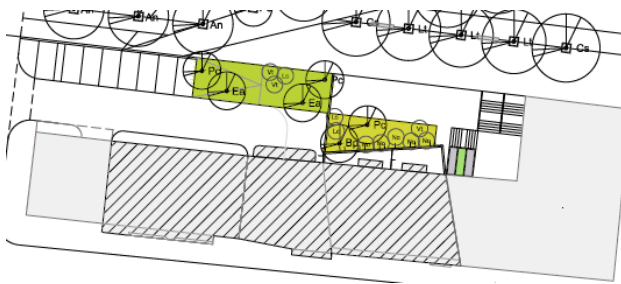
*Prunus cerasifera* (2 exemplares),

*Olea europea* (2 exemplares)

Por fim é proposta a plantação isolada de 3 arbustos da espécie *Viburnum tinus* e sob coberto propõe-se a plantação de relvado.

Para área de estadia junto ao edificado localizada a sul no núcleo, são propostos 3 canteiros (Figura 3B.5) com espécies arbustivas (*Lantana montevidensis* e *Rosmarinus officinalis*) junto às escadas, no patamar junto ao muro do logradouro do edifício é proposta a plantação de *Nerium oleander* formando uma sebe, e *Viburnum tinus* (3 exemplares) e 2 espécies de porte arbóreo distinto o *Brachychiton populneus* e o *Prunus cerasifera*, para que o espaço não seja unicamente marcado pela sebe.

Por fim, na área plantada que estabelece ligação com a anterior, é proposta a sementeira de prado natural, e a plantação de *Prunus cerasifera* (2 exemplares), *Olea europea* (2 exemplares) e 3 arbustos da espécie *Viburnum tinus*.



**Figura 3B.5** – Extrato do Plano de plantação – áreas plantadas

- Espécies utilizadas pontualmente nos parques infantis:

Nestes espaços é proposta a utilização dos seguintes exemplares, de forma a conferir sombra e conforto ao espaço: *Acer platanooides* (1 exemplar), *Grevilea robusta* (2 exemplares), *Cercis siliquastrum* (1 exemplar), *Morus nigra* (1 exemplar) e *Olea europea* (1 exemplar).

## Núcleo C

Este núcleo (Figura 3B.6) é marcado principalmente, por um alinhamento arbóreo principal e 4 áreas plantadas. No núcleo C, para além de algumas espécies ornamentais já usadas no núcleo B, é proposta a introdução de espécies autóctones e a manutenção e transplantação de espécies arbóreas existentes no local – *Olea europea* (12 exemplares).



Figura 3B.6 – Extrato do Plano de plantaçao – núcleo C

### Alinhamentos

Para os alinhamentos arbóreos é proposta a plantaçao de *Acer negundo* (15 exemplares) para que seja mais uma vez reforçada a ligaçao entre os núcleos e os restantes espacos.

### Áreas plantadas

Para este núcleo são propostas 3 áreas plantadas distintas que acompanham os caminhos aqui definidos. Para a área plantada 1 é proposto um relvado e a plantaçao de 3 alinhamentos de sebes paralelos ao percurso pedonal, com espécies arbustivas e subarbustivas (*Myrtus communis*, *Rosmarinus officinalis*, *Thymus vulgaris*, *lavandula angustifolia*), os mesmos alinhamentos de sebes de arbustivas e subarbustivas são repetidos na área plantada adjacente a esta, que ladeia o mesmo percurso pedonal. Relativamente às árvores propostas, para além das existentes no local é proposta a plantaçao 1 exemplar de *Grevillea angustifolia*, e junto a este a manutençao de uma oliveira.

Na área plantada 2, é proposto um alinhamento junto aos muros dos logradouros dos edificios existentes de *Brachychiton populneus* (7 exemplares), de modo a “cobrir” estes muros esteticamente desagradáveis. No seguimento deste alinhamento é proposta a plantaçao já na área pavimentada, de 2 exemplares de *Grevillea robusta*, de modo a integrar o novo edificio.

Por fim na área plantada 3, é proposta a plantaçao de *Citrus aurantium* (2 exemplares) espécie esta que terá maior expressao noutras áreas deste núcleo e fora deste. Nas áreas plantadas a sul deste

núcleo, propõe-se a sementeira de prado natural, a plantação de 7 exemplares de *Citrus aurantium* e uma *Ficus carica*.

Na última área plantada, exterior ao núcleo C (figura 21) proposta na rua de acesso à área destinada à expansão da escola (área plantada 4), é proposta a reprodução de uma das áreas plantadas no núcleo C (área plantada 3), para a qual se propõe sementeira prado natural, 1 *Ficus carica* e 9 exemplares de *Citrus aurantium*.

Por fim, para área destinada à prática de exercício, são propostas as seguintes espécies arbóreas, que pontuam o espaço, conferindo-lhe áreas de sombra:

- *Olea europea* (3 exemplares existentes),
- *Olea europea* (1 exemplar proposto);
- *Acer platanooides* (1 exemplar).

## 2.5. FASEAMENTO

Para a melhor execução da obra, dada a dimensão e complexidade espacial e social da área de intervenção, é proposto um faseamento da proposta, dividido em 4 fases cujas obras a desenvolver em cada uma das fases são muito semelhantes, sendo que nas últimas duas fases as operações de demolição são muito superiores às propostas nas 2 fases anteriores, pelo que o faseamento proposto decorre da seguinte forma e estabelecendo como principal critério, a minimização do impacte socioeconómico no local:

- Fase 1:



- Demolição de estruturas abarracadas, em ruínas, e três habitações (estas habitações surgem de forma quase aleatória no espaço, sem obedecer a um plano urbanístico que define as áreas de construção), permitindo a implantação de um arruamento estruturante para o espaço, que permitirá a

ligação desta área, à restante malha urbana, e permite também resolver questões de mobilidade e acessibilidade;

- Estruturação dos espaços exteriores, com a marcação e pavimentação das vias, passeios, áreas destinadas ao estacionamento, e marcação de passeadeiras;
- Reestruturação dos acessos viários e pedonais.
- Desenvolvimento da proposta de espaço público para a área, ou seja, nesta fase deve ser dado início à organização do espaço público relativamente aos usos, pavimentos, plantações propostos para o núcleo central desta área, ou seja a organização da “nova” praça, associada às atividades anteriores

- **Fase 2:**



- Demolição de habitações e estruturas abarracadas;
- Implantação do acesso viário que estabelece ligação entre a rua General Gomes Freire e a rua Campos Rodrigues;
- Demolição das restantes habitações degradadas e em ruínas e de estruturas abarracadas;
- Continuação do desenvolvimento da proposta de espaço público para área de intervenção, ou seja, à semelhança da fase anterior, é proposto desenvolvimento do “novo” espaço público (a praça) de acordo com as atividades desenvolvidas anteriormente.

Apesar de estas 2 fases se encontrarem divididas, o mais adequado para a área de intervenção, seria que estas 2 fases fossem elaboradas de forma contínua, pois trata-se de um espaço central, com enormes potencialidades, e importante para a dinamização desta “parcela” da cidade e para a melhoria das condições de vida urbana. Com a correta organização dos espaços que estão integrados nestas duas fases, será possível resolver os principais problemas registados, visando a melhoria dos acessos

viários e pedonais, a anulação da insegurança sentida na área de intervenção, o incremento de espaços destinados ao estacionamento, e a criação de espaços de estadia e lazer (parques infantis e áreas de exercício/manutenção física) adequados a todas as faixas etárias.

- **Fase 3:**



- Demolição e reconstrução do quarteirão delimitado pela General Gomes Freire e Alfredo Lima e Travessa da Beneficência, com a reestruturação deste quarteirão é possível incrementar no espaço novas áreas de estacionamento, passeios mais largos e a implantação de alinhamentos arbóreos.

- **Fase 4:**



- Demolição de habitações, construções abarracadas e em ruínas, e construção do novo edificado, segundo um sistema de vias estruturantes do espaço;
- Criação de novos acessos entre as ruas Particular Vitorino Moreira Gomes e J. José de Santana e entre as ruas Particular Vitorino Moreira Gomes e João Batista de Castro.

Nestas duas últimas fases as principais obras a realizar, irão permitir a regeneração urbana e ambiental e revitalização socioeconómica de duas áreas habitacionais da cidade considerando a sua inter-relação com o contexto territorial envolvente no pressuposto de que o novo desenho urbano deverá garantir soluções de conectividade ecológica e social que promovam a melhoria da qualidade quer do ambiente urbano, quer da qualidade de vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a cidade como “organismo mutável” que é, uma vez que nela operam as quatro dimensões do espaço público, - a dimensão social, político-económica, arquitetónica e urbanística e a dimensão ambiental -, as quais se influenciam diretamente e dependem do sucesso umas das outras, para que se propiciem as condições de vida urbana desejáveis à população em geral, os planos urbanísticos e projetos elaborados para diferentes áreas degradadas e desprovidas de boa qualidade de vida urbana das cidades, deverão adotar uma visão global do território, que contemple as dinâmicas do espaço público e aplique o conhecimento adquirido a partir do estudo da paisagem relativamente às suas mutações/alterações ocorridas nas áreas de intervenção. Desta forma, o “desenho” urbano deverá contemplar as exigências atuais e também, compreender que a paisagem urbana sofre varridíssimas mutações, pelo que é exigida uma contínua adaptação do espaço público à realidade urbana, pelo que, o desenho urbano deve-se iniciar a partir do espaço público, pois é este que irá definir a organização do espaço exterior e edificado, tendo como principal objetivo, criar espaços humanizados que propiciem boa qualidade de vida urbana aos cidadãos.

A área de estudo e intervenção apresenta problemas gravíssimos em todas as suas dimensões. É uma área desestruturada e segregada do restante tecido urbano, na qual existem conflitos sociais geradores de insegurança, que levam ao abandono da mesma, ao encerramento de espaços de comércio e à degradação do espaço público e de muitas habitações, e que vive paredes meias com espaços bem estruturados e bem mantidos do ponto de vista do estado de conservação do edificado, que obedecem a um plano urbanístico mais cuidado.

Devido às condições atuais desta área, e considerando as exigências previstas para a mesma, o plano urbanístico que incide nos Bairros Trindade e Monarquina e o projeto de intervenção nos espaços públicos do Bairro Trindade, adotaram um visão integradora e global do espaço, pelo que, foi considerada a reestruturação do espaço público, na qual são definidos novos acessos integrados num sistema de percursos viários e pedonais, coerente com o tecido urbano envolvente, e que define novas áreas de construção segundo as condicionantes impostas pelo Regulamento do PDM de Setúbal. A intervenção proposta procura respeitar a memória e identidade do lugar e contempla a opinião dos seus habitantes, resultando num conjunto organizado e articulado de espaços direcionados para o habitante local, mas que se pretende também, que seja atrativo a outros cidadãos, humanizando e revitalizando os espaços públicos e o comércio local.

Para o desenvolvimento das propostas de intervenção na área de estudo, foram aplicados conhecimentos e visões de conceção do espaço público adquiridas a partir da investigação teórica desenvolvida, sobre as dimensões do espaço público urbano, o que permitiu a adequação das visões das diferentes disciplinas, à reestruturação da área de intervenção. Foi também, considerada a complementaridade entre escalas, visto que inicialmente a área de intervenção foi trabalhada à escala do planeamento, o qual prevê as áreas destinadas a grandes espaços de estadia e lazer (como as praças), também classificados como espaços verdes de recreio e lazer (EVR) segundo o Regulamento do PDM, que numa segunda fase foram trabalhados desenvolvidos com maior grau de pormenor à escala do projeto. O plano urbanístico proposto integra, uma proposta de reestruturação de espaços públicos dos dois bairros adequada às pré-existências que deverão ser mantidas, estas não devem ser vistas unicamente como condicionantes ao desenvolvimento do plano, mas devem sim, ser também, encaradas como oportunidades de desenvolvimento de um plano atrativo e apelativo, gerador de humanização e revitalização desta zona da cidade de Setúbal, pelo que, os espaços públicos foram reestruturados de acordo com a realidade local, permitindo a adequação dos passeios à circulação em segurança do peão, e também a plantação de alinhamentos arbóreos, conferindo conforto e sombra, nos arruamentos que reúnem as condições necessárias para este efeito. São assim propostos espaços verdes possíveis de ser integrados na estrutura ecológica municipal.

Relativamente ao edificado, visto que se trata de uma área urbana consolidada, as novas áreas edificadas articulam-se de forma coerente com os alinhamentos marginais já estabelecidos, com a intenção de não criar espaços confinados e sombrios, mas por outro lado, permitir que os espaços públicos sejam o mais amplos possível e desprovidos de grandes obstáculos visuais, conferido segurança e conforto ao espaço público. No plano urbanístico é também prevista a demolição de alguns quarteirões que se encontram em muito mau estado de conservação, nos quais devido à tipologia do edificado (habitações em banda), o avançado estado de degradação de uma habitação compromete a estrutura da habitação adjacente, pelo que se considera que independentemente da identidade do espaço associada ao tipo de construção, estes quarteirões deverão ser demolidos, o que por outro lado, permite a reinterpretação do modelo organizativo dos quarteirões de forma adequada à realidade do local, cumprindo as condicionantes previstas no Regulamento do PDM e também as normas previstas no Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU). Desta forma a qualidade da imagem desta zona da cidade é melhorada e permite também aos cidadãos usufruir de boa qualidade de vida urbana.

Com a presente proposta de reestruturação dos bairros Trindade e Monarquina, resultam a criação e reformulação de novos espaços públicos, sendo estes:

- Áreas e parques de estacionamento;
- Novas ruas, que estabelecem a ligação com a restante malha urbana da cidade, sendo que umas serão exclusivamente de uso pedonal, com acesso viário condicionado e as restantes terão uso misto;
- Áreas de estadia e lazer;
- 2 Praças – a “identidade” de cada espaço é marcada através da forma da praça e também, através das espécies de vegetação proposta, que marcam os espaços com diferentes volumes e cromatismos. A cada praça estão associados um conjunto de funções e usos específicos.

Através da organização do sistema de espaços públicos definida, a qual prevê a complementaridade entre usos, tendo como base uma ideia de conjunto e integradora, é possível a criação e fomento de vivência urbana, pois é melhorada a salubridade da área e as condições de vida dos habitantes da área de intervenção, tendo como resultado final, a melhoria da imagem desta parte do território do município, pelo que é imperativo atualmente, adotar uma visão de conjunto sobre o espaço de intervenção (independentemente da sua escala), contemplando tanto a estrutura edificada, como a estrutura ecológica e a sua integração na estrutura verde da cidade de Setúbal. Desta forma em planos e projetos de reestruturação urbana, deverá ser adotada uma postura multi e interdisciplinar, integrada, com o objetivo de conceber um espaço socialmente coeso e ecologicamente equilibrado, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida urbana do local, permitindo adequar os espaços às necessidades sociais de hoje e do futuro.

O estágio desenvolvido na CMS-DIPU possibilitou a aplicação dos conhecimentos adquiridos, a partir do plano de estudos lecionado tanto na licenciatura, como no mestrado, do curso de Arquitetura Paisagista (da Universidade do Algarve – Faculdade de Ciência e Tecnologia), permitindo a realização autónoma de um projeto de reestruturação urbana segundo uma perspetiva global e integradora, condição inerente a qualquer intervenção no âmbito da Arquitetura Paisagista.

## BIBLIOGRAFIA

- Albergaria, Henrique, et al. - **Catálogo de Boas Práticas de Planeamento Urbano**. Coimbra : IERU - Colégio S. Jerónimo, 2005. ISBN 972-99151-1-3.
- Alves, Fernando M. Brandão - **Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003. ISBN 972-31-1000-8.
- Aragonés, Juan Ignacio e Amérigo, María - **Psicología Ambiental**. Madrid : Ediciones Pirámide, 1998. ISBN 84-368-1218-2.
- Augé, Marc - **Não - Lugares - Introdução a uma antropologia da sobremodernidade**. Venda Nova : Bertrand Editora, 1994. ISBN 972-25-0580-7.
- Balsas, Carlos José Lopes - **Urbanismo Comercial em Portugal**. Lisboa : GEPE - Gabinete de Estudos e Prospeção Económica do Ministério da Economia, 1999. ISBN 972-8170-55-6.
- Beatley, Timothy e Manning, Kristy - **The Ecology of Place**. Washington : Island Press, 1997. ISBN 1-55963-478-2 .
- Beer, Anne R. e Higgins, Catherine - **Environmental Planning for Site Development. A manual for sustainable local planning and design**. Nova Iorque : E&FN Span - Taylor & Francis Group, 2000. 0-419-24460-3.
- Borja, Jordi e Muxi, Zaida - **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona : Electa, 2003. ISBN 84-7794-904-2.
- — Fazer cidade na cidade atual. Centros e espaços públicos como oportunidades. [autor do livro] Pedro Brandão e A. Remesar. **Espaço Público e Interdisciplinaridade**. Lisboa : Centro Português do Design, 2000 ISBN 972-9445-117.
- Brandão, Pedro - **A identidade dos lugares e a sua representação coletiva. Bases de orientação para a conceção, qualificação e gestão do espaço público**. Lisboa : Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Série Política de Cidades - 3, 2008. ISBN 978-972-8569-43-3.
- — apocalípticos - Integrados. Notas de "pensamento paralelo" sobre o espaço público e economia, e sobre alguns novos tipos de espaços públicos. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Cadernos edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005 ISBN 972-49-2058-5.
- Brandão, Pedro e Remesar, Antoni - **Espaço Público e Interdisciplinaridade**. Lisboa : Centro Português de Design, 2000. ISBN 972-9445-117 .
- Brandão, Pedro - **O Chão da Cidade - Guia de avaliação do design do espaço público**. s.l. : Centro Português do Design, 2002. ISBN 9789729445194.
- Busquets, Joan - Nuevos fenómenos Urbanos y nuevo tipo de proyecto urbanístico. [autor do livro] Ignasi Solà-Morales e Xavier (dir.) Costa. **Presente y futuros. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona : Comitè d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, 1996. ISBN 89-89698-03-4.
- Cabral, Francisco Caldeira - **Fundamentos da Arquitetura Paisagista**. 2ªed. Lisboa : Instituto da Conservação da Natureza, 1993. ISBN 972-775-123-7.
- Careri, Francesco - **Land & Scape Series: Walkscapes - El andar como prática estética**. Barcelona : Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1841-1 .
- CENTRO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Finisterra**. [Online] 2005. [www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1968-06/06-11.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1968-06/06-11.pdf).
- Choay, Françoise - El reino de lo urbano y la muerte de la ciudad. [autor do livro] Ángel Martín Ramos. **Lo urbano en 20 autores contemporáneos**. Barcelona : Universitat Politècnica de Catalunya, SL, 2004.

- Coelho, António Batista - Espaços públicos vivos e caracterizados. Qualidades do espaço público e da imagem urbana. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Cadernos edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005. ISBN 972-49-2058-5.
- GREENSAVERS. [greensavers/temas/nutricao/hortas-urbanas/](http://greensavers.sapo.pt/2012/08/16/as-hortas-urbanas-estao-em-grande-em-nova-iorque-saiba-porque/). [Online] 2012. [Citação: 28 de novembro de 2012.] <http://greensavers.sapo.pt/2012/08/16/as-hortas-urbanas-estao-em-grande-em-nova-iorque-saiba-porque/>.
- Decreto-Lei n.º4/2005. D.R. I Série - A. 31 (14-2-2005)
- Cordeiro, Mário e Queiroz, Tiago - A cidade, a criança e a saúde, contributos para uma mudança de paradigmas. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Caderno edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005 972-49-2058.
- Crouch, David - The street in the making of popular geographical knowledge. [autor do livro] Nicholas R. Fyfe. **Images od the Street - planning, identity and control in public space**. London : Routledge, 1998 ISBN 0415154413.
- Decreto Regulamentar n.9/2009. D.R. I Série. 104 (29-5-2009)
- Deficiência, Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com - **Guia-Acessibilidade e Mobilidade para Todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de agosto**. Porto : Inova, 2007. ISBN 978-989-8051-04-2.
- Fadigas, Leonel - **Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem**. 1ªed. Lisboa : Edições Sílabo, 2007. 978-972-618-456-0.
- — **Urbanismo e Natureza - Os Desafios**. 1ªed. Lisboa : Edições Sílabo, Lda., 2010. ISBN 978-972-618-595-6.
- Faria, C. V. - **Novo Fenómeno Urbano (Aglomeración Urbana de Setúbal)**. Lisboa : Assírio & Alvim, 1981.
- Ferreira, António F. - **Gestão Estratégica de Cidades e Regiões**. 2ªed. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. ISBN 978-972-31-1133-0.
- Fortuna, Carlos, Ferreira, Claudio e Abreu, Paula - Espaço público urbano e cultura em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais - 20 anos de teoria social**. ISSN 0254-1106. 52/53 (1998/1999).
- Foundation, Landscape Architecture Europe - **On Site - Arquitetura del paisaje en Europa**. Barcelona : Gustavo Gili, 2009. ISBN 978-84-252-2306-8.
- Gaspar, Jorge Manuel Barbosa - A Paisagem Global de Ribeiro Telles. **A Utopia e os Pés na Terra**. s.l. : Instituto Português dos Museus, 2003. ISBN 972-776-171-2.
- Gehl, Jan e Gemzoe, Lars - **Novos Espaços Urbanos**. Barcelona : Gustavo Gili, 2002. ISBN 9788425219078.
- Gold, John R. - The death of the boulevard. [autor do livro] Nicholas R. Fyfe. **Images of the Street - planning, identity and control in public space**. London : Routledge, 1998. ISBN 0415154413.
- Gomes, José Manuel Ressano Garcia - **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000. ISBN 972-31-0903-4.
- Guccione, Biagio, Meli, Andrea e Risicaris, Giorgio - **Linking urban developments to green areas**. Firenze : Edifir - Edizioni Firenze, 2008. ISBN 978-88-7970-345-1 .
- Houghton, Graham e Hunter, Colin - **Sustainable Cities**. London: Regional Studies Association, 1994. ISBN 1-85302-234-9.
- Hough, Michael - **Naturaleza y Ciudad**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998. ISBN 842521632x.

- Innerarity, Daniel - **O Novo Espaço Público**. Lisboa : Editorial Teorema, 2006. ISBN 978-972-695-906-9.
- Jackson, Peter - Domesticating the street: the contested spaces of the high street and the mall. [autor do livro] Nicholas R. Fyfe. **Images of the Street - planning, identity and control in public space**. London : Routledge, 1998. ISBN 0415154413.
- Koolhaas, Rem - **Rem Koolhaas - Conversas com estudantes**. Barcelona : Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1898-5 .
- LISBOA, CÂMARA MUNICIPAL DE. a nossa Lisboa - Newsletter Alfacinha. **espaços verdes**. [Online] 2007. [Citação: 5 de fevereiro de 2013.] [http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=1905&tx\\_ttnews\[swords\]=parque%20hort%C3%ADcola%20chelas&tx\\_ttnews\[tt\\_news\]=5447&tx\\_ttnews\[backPid\]=1929&cHash=add44a1bf3](http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=1905&tx_ttnews[swords]=parque%20hort%C3%ADcola%20chelas&tx_ttnews[tt_news]=5447&tx_ttnews[backPid]=1929&cHash=add44a1bf3).
- Lynch, Kevin - **A Imagem da Cidade**. Lisboa : Edições 70, 2009. ISBN 978-972-44-1411-9.
- Machado, Paulo - O desencontro urbano. Questões geracionais na humanização da cidade. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Caderno edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005 (972-49-2058-5).
- Magalhães, Manuela Raposo - **A Arquitetura Paisagista - morfologia e complexidade**. 1ªed. Lisboa : Editorial Estampa, 2001. ISBN 972-33-1686-2.
- —. **Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e Delimitação - escalas regional e municipal**. 1ªed. Lisboa : Isapress, 2007. ISBN 978-972-8669-27-0.
- Menezes, Marluci - Espaço público urbano e práticas sócio culturais de uso, sua apropriação e representação. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Cadernos edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005. ISBN 972-49-2058-5.
- Portaria n.º152/96 "D.R. I Série B", 112 (96-5-14).
- Mooney, Gerry - Ghancing places: perspectives on the development of a municipal suburban streetscape. [autor do livro] Nicholas R. Fyfe. **Images of the Street - planning, identity and control in public space**. London : Routledge, 1998. ISBN 0415154413.
- Nuno Portas, et. al. - **Políticas Urbanas - Tendências, estratégias e oportunidades**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. ISBN 972-31-1061-x.
- PARTNER, LATZ + latzundpartner.de/projects. **LATZ + PARTNER**. [Online] 2007. [Citação: 5 de fevereiro de 2013.] <http://www.latzundpartner.de/projects/detail/20>.
- **Património Natural e Cultural: Construção e Sustentabilidade**. Roseta, Helena. 2010. Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa. Urbanismo de reciclagem em tempo de crise.
- Per, Aurora Fernández e Arpa, Javier - **The Public Chance - Nuevos paisajes urbanos New urban landscapes**. Vitoria-Gasteiz : a+t ediciones, 2008. ISBN 978-84-612-44-88-1.
- Pérez-Gómez, Alberto - Espacios intermedios. [autor do livro] Ignasi Solà-Morales e Xavier (dir.) Costa. **Presente y futuros. Arquitectura en las ciudades**. Barcelona : Comitè d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, 1996. ISBN 89-89698-03-4.
- PERI-URBANA, REDE PORTUGUESA DE AGRICULTURA URBANA E. **Portal da agricultura urbana e periurbana**. <http://www.portau.org/>. [Online] [Citação: 30 de novembro de 2012.] <http://www.portau.org/experiecncias.html>.
- Pessoa, Fernando - Gonçalo Pereira Ribeiro Telles, Construtor de Ideias e Paisagens. **A Utopia e os Pés na Terra**. s.l. : Instituto Português dos Museus, 2003. ISBN 972-776-171-2.
- **Políticas Urbanas**. Portas, Nuno, et al. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. Políticas Urbanas - Documento de apoio ao colóquio sobre políticas urbanas, organizado pela Fundação Calouste Gulbenkian.

- ABOUT MEDIA. Portal do Ambiente/Noticias. **Portal do Ambiente**. [Online] 2006. [Citação: 27 de novembro de 2012.] <http://www.ambienteonline.pt>.
- Portas, Nuno - **Os Tempos das Formas**. Guimarães : Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho, 2005. ISBN 972-99822-0-1.
- PÚBLICO, CML / DMAU / DEPARTAMENTO DE AMBIENTE E ESPAÇO. Lisboa Verde . **lisboaverde.cm-lisboa.pt/index**. [Online] [Citação: 4 de fevereiro de 2013.] <http://lisboaverde.cm-lisboa.pt/index.php?id=3939>.
- Regulamento do Plano Diretor Municipal de Setúbal. D.R. I Série-B, 184 (10-8-1994).
- Regulamento da Organização dos Serviços do Município de Setúbal. D.R. II Série, 57 (23-3-2010).
- Rogers, Richard e Gumuchdjan, Philip - **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona : Gustavo Gili, 2001. ISBN 9788425218897.
- Rossi, Aldo - **A Arquitetura da Cidade**. Lisboa : Edições Cosmos, 2001. ISBN 972-762-126-0.
- Sacadura, Fernando Cabral - A cidade, os cidadãos e o espaço público. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Cadernos edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005. ISBN 972-49-2058-5.
- Santos, Maria Amélia e Brito, José Alberto - **Plano de Estrutura Verde da Cidade de Faro**. Faro : Câmara Municipal de Faro, 1997.
- Schulz, Christian Norberg - **Genius Loci - Towards a phenomenology of architecture**. New York : Rizzoli, 1979. ISBN 0847802876 .
- Séchet, Patrice - A coprodução da qualidade do espaço público. [autor do livro] Divisão de Edições e Artes Gráficas Laboratório Nacional de Engenharia Civil. **Cadernos edifícios n.º4 - Humanização e vitalização do espaço público**. Lisboa : Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Divisão de Edições e Artes Gráficas, 2005. ISBN 972-49-2058-5.
- Silvano, Filomena - **Antropologia do Espaço - Uma Introdução**. Oeiras : Celta Editora, 2001. ISBN 972-774-099-5.
- Soczka, Luis - Viver (n)a Cidade. [autor do livro] L. Soczka. **Contextos Humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. ISBN 972-31-1122-5.
- Speller, Gerda M. - A importância da vinculação ao lugar. [autor do livro] L. Soczka. **Contextos Humanos e Psicologia Ambiental**. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. ISBN 972-31-1122-5.
- Sul, Ordem dos Arquitetos - Concelho Diretivo Regional do. **REGEU - versão atualizada - Decreto Lei n.º 38382 de 7 de agosto de 1951**.
- Telles, Gonçalo Ribeiro e Pessoa, Fernando - **Portugal, Paisagens e Espaços Naturais**. Alfragide : Clube Comercial do Livro - Edição e Comércio de Livros a Crédito Lda., 1996. ISBN 972-97003-0-3.
- Wall, Alex - Fluxo e intercambio. La movilidad como un atributo de la urbanidad. [autor do livro] Ignasi Solà-Morales e Xavier (dir.) Costa. **Presente y futuros. Arquitetura en las ciudades**. Barcelona : Comitè d'Organització del Congrés UIA Barcelona 96, 1996. ISBN 89-89698-03-4.
- Zevi, Bruno - **Saber ver a arquitetura**. São Paulo : Livraria Martins Fontes Editora Ltda., 1996. ISBN 85-336-0541-2.

---

**ANEXOS**



## DECLARAÇÃO

Para os devidos efeitos, o Município de Setúbal, com sede em Praça do Bocage 2901-866 Setúbal, declara que Elsa Duarte, portadora do BI n.º13313351, realizou nesta entidade um estágio curricular, de 19 de março a 30 de novembro de 2012.

Setúbal, 8 de fevereiro de 2013

**A Chefe da Divisão de  
Desenvolvimento de Competências**  
(Por Subdelegação de Competências - Desp. 47-A/09 de 26/11)



**(Dr.ª Susana Branco Santos)**

/VAF

Mod. CI.01



## FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 1



**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO - ESTUDO URBANÍSTICO DOS BAIROS DIAS, MONARQUINA E MOINHO DO FRADE**  
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL - DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

### CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Zona: **1**      N.º de Ficha: **1**



Rua de José Santana					0001
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Sem passeio					
N.º de sentidos viários: 2					
Via	5.42 – 5.09m	Cubos de basalto vermelho	Mau		0002
ESTACIONAMENTO (não existe)					
MOBILIÁRIO URBANO:					
1) Iluminação	2 Postes no 1º quarteirão (a sul)		Mau	Pouca iluminação ao longo da rua (insuficiente e muito antiga)	
<b>OBS.:</b>					
- A rua encontra-se em mau estado de conservação o que dificulta a passagem no local					



Rua de José Augusto Rocha					0003 0004
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
<b>Sem passeio</b>					
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6.10m	Cubos de basalto vermelho	Médio		0005
<b>ESTACIONAMENTO:</b> O estacionamento processa-se junto à via com uma média de 3 carros estacionados.					0006
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	3 pontos de iluminação		Mau	Iluminação insuficiente e nunca virada para o interior da rua	
<b>OBS.:</b>					
- A rua encontra-se adequada aos usos nela praticados, apesar de ser necessária a repavimentação em algumas zonas e resolvidos os acessos às habitações. - Com recurso à diferença de pavimentos é demarcada a transição entre ruas (R. J. Santana – R. C. Branco)					

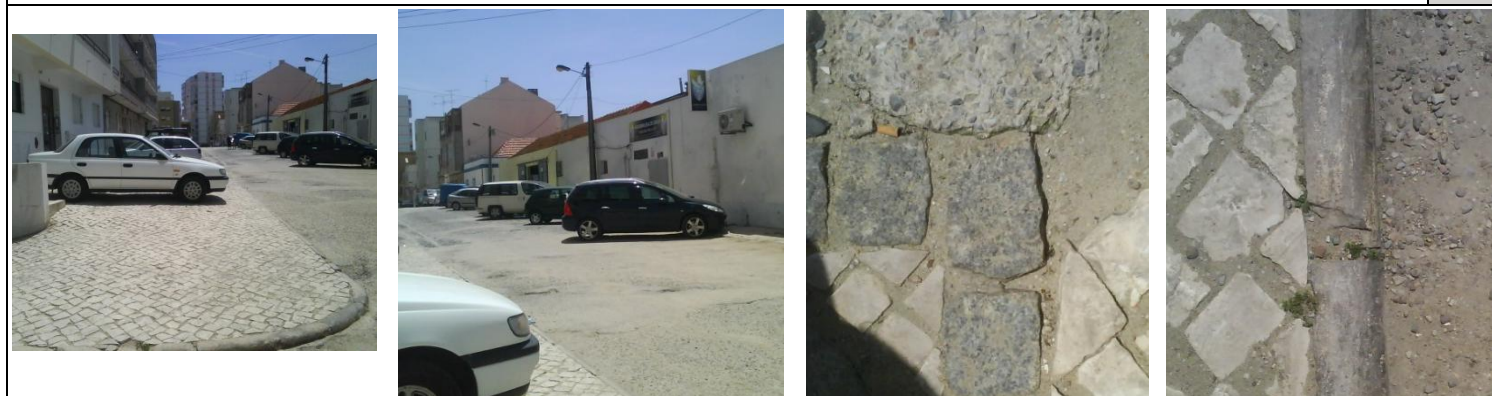


Rua de J. Batista de Castro					0007 0008
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
<b>Sem passeio</b>					
N.º de sentidos viários: 2					
Via	5.74 – 6.27 (no sentido R. G. Ligeiro até ao muro no fim da rua)	Cubos de basalto vermelho	Médio		0010
<b>ESTACIONAMENTO</b> Pontualmente existe o estacionamento junto alinhado com as habitações (cerca de 3 veículos)					
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	3 pontos de iluminação		Mau	Iluminação insuficiente	
<b>OBS.:</b>					
- A rua encontra-se adequada aos usos nela praticados, apesar de o pavimento se encontrar um pouco degradado, algumas zonas necessitam de ser repavimentadas.					

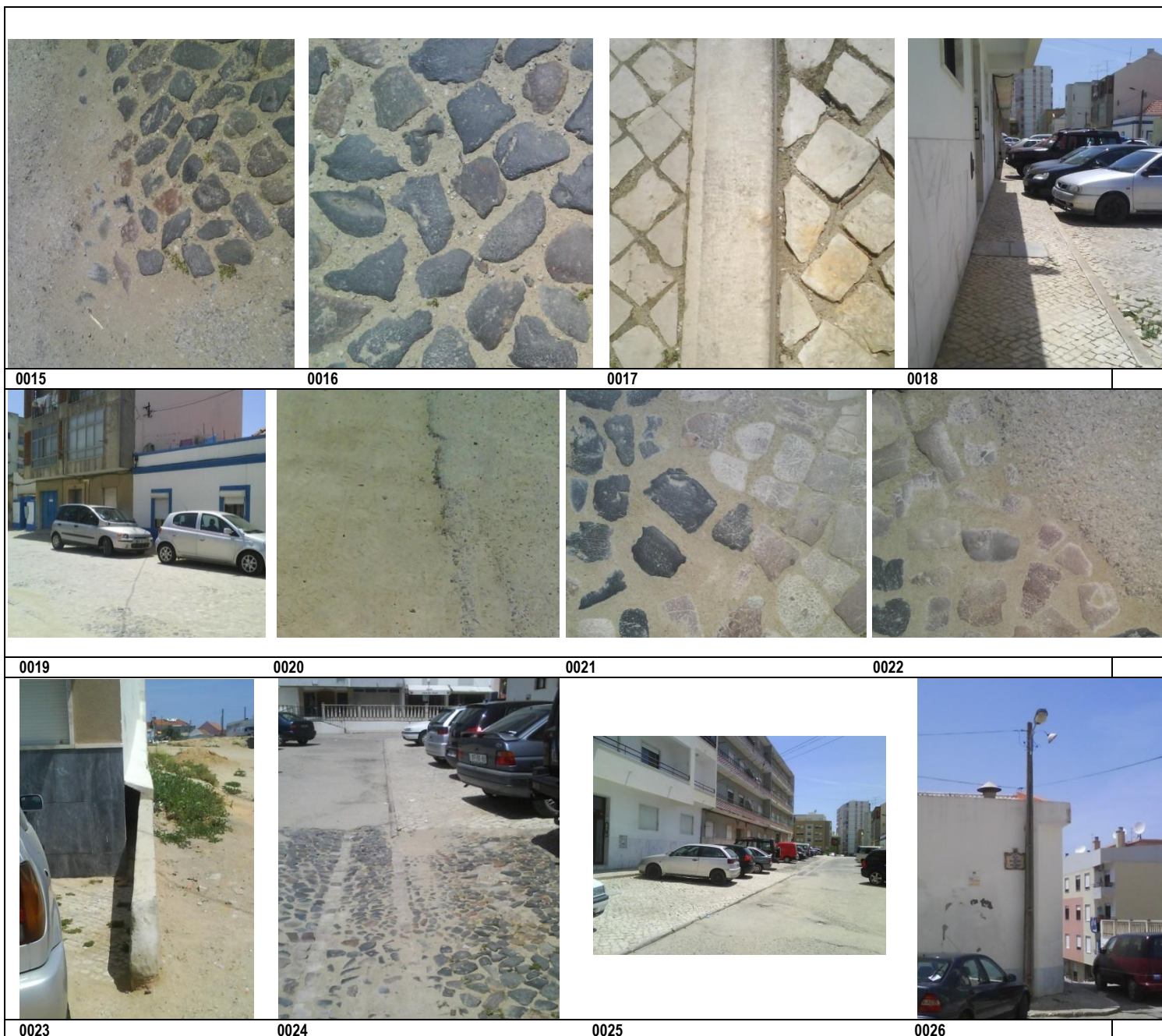


0007 0008 0010

Rua Moinho do Frade					0011 0012 0023 0019
USO: PEDONAL E VIÁRIO	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
<b>Com passeio</b> - desnivelado em frente ao bloco n.º22 e de nível nos que se seguem a este. Na mesma rua existe apenas um pequeno passeio que circunda o pavilhão que se encontra em frente ao lote n.º22	Passeio lotes n.º22, 20 e 18 – 1,50m Passeio pavilhão – 1,30 m	Em calçada de calcário com lancil também em calcário e lancil em calcário	Bom	Passeio pavilhão – 1,30 m (inferior ao estipulado nas normas de mobilidade)	0014 0017
<b>N.º de sentidos viários: 2</b>					
<b>Via</b>	Aproximadamente. 7.20m	Cubos de basalto escuro e vermelho, cubos de granito, e algumas zonas em betuminoso.	Mau		0015 0016 0013 0021 0022 0020 0024
<b>ESTACIONAMENTO</b>					
<b>1) Em parque de estacionamento</b>	Frente aos blocos n.º22, 20 e 18	Calçada de calcário (bloco n.º22) e blocos de basalto escuro (blocos n.º20 e 18)	Médio		0011 0018 0025
<b>2) Junto à via</b>	Estacionamento junto à via (processa-se paralelamente à via ocupando-a quase na sua totalidade)				0012 0019
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
<b>1) Iluminação</b>	4 pontos de iluminação (postes)		Mau	Dada a largura e comprimento da via, esta tem iluminação insuficiente e muito antiga	0026
<b>OBS.:</b>					
- A rua encontra-se adequada aos usos nela praticados, apesar de o pavimento se encontrar um pouco degradado, algumas zonas necessitam de ser repavimentadas.					



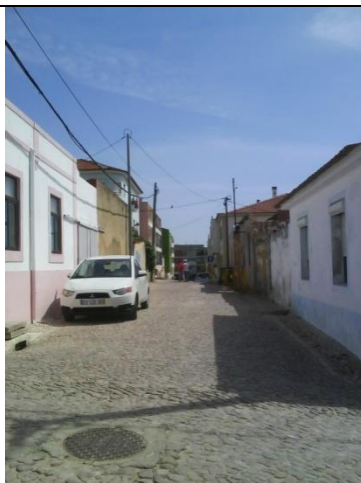
0011 0012 0013 0014



Rua Gestrudes Ligeiro					0027 0029
USO: PEDONAL E VIÁRIO	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
Com passeio - desnivelado apenas de um lado da via do bloco n.º 3 ao 64D Com passeio de nível do bloco n.º 1 ao 1B	C/ desnível – 1,30 – 1,70m (a largura diminui no sentido este – oeste)  S/desnível – 1,70 – 1,65m	Calçada de calcário com lancil em calcário	Bom		0031
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6,10 – 8,09m (c/ faixa de passeio s/ desnível)	Cubos de basalto vermelho, preto e de calcário branco	Médio		0030 0032 0033
<b>ESTACIONAMENTO</b>					
1) Junto à via	Cerca de 9 automóveis				0027
2) Indevido sobre os passeios	Na sua maioria encontram-				0028



Rua de Diogo Fernandes Pereira					0035 0037
USO: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
<b>Sem passeio</b>					
<b>N.º de sentidos viários: 2</b>					
Via	6.00m	Cubos de basalto vermelho	Mau		0038 0039
<b>ESTACIONAMENTO:</b>					
1) Junto à via	Cerca de 3 automóveis pontualmente				0036
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	3 pontos de luz (2 postes e 1 ponto de luz fixado à fachada).		Médio	Iluminação muito antiga, alguns fixados nas fachadas das habitações.	0040
<b>OBS.:</b>					
- O estado degradado dos pavimentos dificulta a passagem no local.					



0035

0036

0037



0038

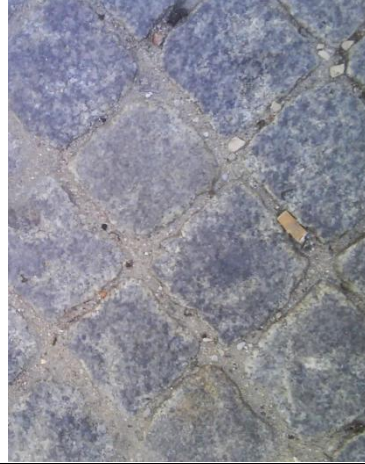
0039

0040

Rua Camilo Castelo Branco					0041
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
Com passeio (desnivelado de ambos os lados)	Varia entre 1,35 – 1,40	Calçada de calcário e lancil em calcário	Bom	Largura inferior à estipulada segundo as normas da mobilidade	0043
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6.10m	Blocos de granito	Médio		0044
<b>ESTACIONAMENTO</b>					
1) Em parque de estacionamento	Em frente ao bloco n.º96 - 7 lugares	Calçada de calcário			0045
2) Indevido sobre o passeio	Cerca de 8 automóveis ao longo da via				0041
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	4 Pontos		Médio	Iluminação ao longo da rua, suficiente para a secção de estudo	0044
<b>OBS.:</b>					
- Encontra-se adequada aos usos nela existentes, sendo que tal como em casos anteriores deverão ser equacionadas formas de acessibilidade para todos nos passeios.					



0041



0042



0043



0044



0045

Rua Particular Vitorino Moreira Rodrigues					0046 0047 0048 0050 0051
Uso: PEDONAL	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
<b>Sem passeio</b> - Existe apenas uma pequena secção de passeio desnivelado até às escadas de acesso à Praceta Luís Villa Verde	0,90m	Calçada de calcário e lancil em calcário	Mau		
<b>Via</b>	7.00 – 6.15	Betuminoso (c/ mistura de brita) com zonas cimentadas	Mau		0049
<b>ESTACIONAMENTO:</b>					
<b>1) Indevido</b>	Na Indevido s entradas do túnel de passagem				0047
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
<b>1) Iluminação</b>	6 Pontos		Mau	Iluminação mais presente em frente aos prédios paralelos à rua até à escadaria	0052
<b>OBS.:</b>					
- Desadequada aos usos nela praticados, devido ao seu estado degradado e pela apropriação das saídas da rua para estacionamento indevido.					



0046



0047



0048



0049



0050









0051



0052

Pátio da Algoeja – Encontra-se encerrado					
--	--	--	--	--	--

Espaços de circulação - Túnel – Rua C. C. Branco				
Pavimentos	Foto.	Encontra-se adequado às exigências?	Características	Foto.
Betuminoso com zonas cimentadas	0054	NÃO Apesar da existência de balizadores de estacionamento que impedem a passagem de veículos na via, as saídas são apropriadas para estacionamento, dificultando a passagem do peão.	Largura: 7m Estado de Conservação: Mau	0053
				
0053		0054		

Espaços sobrantes	Tipo de apropriação	Foto.
E1 – R. Gestrudes Ligeiro / R. J. José Santana	- Vazio correspondente a um lote, serve de estacionamento a algumas viaturas (cerca de duas).	0055 0056
E2 – Rua Moinho do Frade	- Espaço apropriado para estacionamento (com um media de ocupação de cerca 50 veículos). - Área com alguma variação de declive (embora pouco acentuada nos limites com a via) em terra batida. - Nesta zona não existe qualquer tipo de construção abarracada.	0060 0059
E3 – R. Gestrudes Ligeiro / R. J. Batista de Castro	- Vazio correspondente a um lote. - Pontualmente é apropriado como local de estacionamento.	0057 0058
		
0055	0056	0057
		
0058	0059	0060

Áreas plantadas/ Árvores	Tipo/Descrição (dimensões, etc.)
A área em estudo não apresenta qualquer tipo de vegetação (existem apenas um exemplar num espaços residual de uma habitação em ruínas).	

Pontos de conflito		Tipo/Descrição	Não correspondem às normas de acessibilidade	Foto.
C1*	Escadaria de acesso à Praceta Vila Verde – Rua Particular Vitorino Moreira Rodrigues	Largura: 1,87 m N.º de patamares: 4 Espelho: ≈ 0,20 m Número variável de degraus por patamar (entre 7 – 13degraus)	A escadaria não corresponde às normas estabelecidas pela Lei da Mobilidade e Acessibilidade	0061 0062 0063 0064
				
0061		0062	0063	0064

ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO		
Considera que:	Porquê?	
Existem espaços aprazíveis?	Não, ainda não foram criadas as condições para tal, faltam espaços verdes com sombra e de estadia e áreas de parque de estacionamento ordenadas, de modo a que sejam melhoradas as condições de mobilidade para peões e veículos.	
Espaços seguros?	Pouca iluminação e o estado de conservação em que se encontra, diminui a sensação de segurança nos espaços.	

ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO – QUESTÕES COLOCADAS AOS TRANSEUNTES		(cerca de 14 participações)
Considera que:	Porquê?	
Existem espaços aprazíveis?	Todos os participantes queixaram-se da falta de espaço verdes e assinalaram o espaço sobrance situado na Rua Moinho do Frade como um espaço sujo e desaproveitado.	
Espaços seguros?	Muitos dos moradores dizem que não se sentem seguros com a permanência da comunidade cigana no local e dizem que são muitas vezes alvo de roubos por parte de alguns elementos da comunidade cigana.	
O que gostariam de ver no espaço?	Gostariam de ver espaços verdes, com sombra e um parque para crianças.	

## FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO – ZONA 2



**FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFICADO - ESTUDO URBANÍSTICO DOS BAIROS DIAS, MONARQUINA E MOINHO DO FRADE**  
CÂMARA MUNICIPAL DE SETÚBAL - DIVISÃO DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

### CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Zona: **2**      N.º de Ficha: **1**



Avenida Jaime Cortesão					0001
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio desnivelado (de ambos os lados)	4,6m (lado norte)	Calçada de calcário e lancil em calcário	Bom		0003
N.º de sentidos viários: 2					
Via	9,00m	Betuminoso	Bom		
<b>ESTACIONAMENTO</b>					
1) Em Parque de estacionamento	Cerca de 15 lugares	Cubos de granito	Bom		0003 0004
2) Indevido sobre o passeio	Cerca de 6 automóveis				0005
<b>MOBILIÁRIO URBANO</b>					
1) Iluminação	6 Postos	Colocados alternadamente de ambos os lados	Bom	Proporciona boa iluminação na rua.	0006
2) Caldeiras	34 no total (3 delas não têm árvores)	Em pedra, blocos de granito em forma circular	Médio		0007 0008
<b>OBS.:</b>					
- O acesso às passadeiras ainda não se encontra conforme a lei da mobilidade.					0009



0001

0002

0003

0004



0005






0006

0007

0008



0009

Rua Augusto da Costa					0010
USO: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio (desnívelado de ambos os lados)	2m (lado esquerdo) 2,90m (lado direito)	Calçada de calcário Lancil em calcário	Bom	Algumas secções de lancis estão partidas.	0011
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6m (aproximadamente)	Betuminoso	Médio		0012
<b>ESTACIONAMENTO:</b>					0010
1) Indevido sobre o passeio.	Ocupando quase na totalidade a extensão do passeio.				
2) Na via alinhado com o passeio	Cerca de 6 automóveis.				
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	3 Pontos (sendo que de estruturas diferentes, 1 poste tradicional e 2 mais pequenos em bola)		Bom	Iluminação insuficiente para o local.	0013 0014
<b>OBS.:</b>					
- A passeadeira existente ainda não cumpre na totalidade as normas da mobilidade.					
					
0010	0011	0012	0013	0014	

Rua Campos Rodrigues					0015 0016
USO: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio (desnívelado de ambos os lados sendo que do lado norte apenas existe em frente aos lotes 44 e 48 não havendo continuação deste)	P1 – varia entre 0,90m (a partir das escadas Paga Pouco) e 1,20 (no início da rua) P2 – 1,10 (inferior ao previsto segundo as normas da mobilidade)	P1 (sul) – calçada de calcário L1- betão cinzento P2 (norte) – calçada de calcário L2 - calcário	Médio (os lancis estão um pouco degradados/partidos)	O passeio que percorre a rua até ao edifício do Paga Pouco tem uma largura inferior à que deveria ter.	0017 0018
N.º de sentidos viários: 2					
Via		Betuminoso	Mau	A via está em muito mau estado, apresentando nenhum limite físico bem construído entre esta e o espaço sobrance, levando ao aparecimento de bermas e buracos um pouco profundos.	0019
<b>ESTACIONAMENTO:</b>					
1) Junto à via	Ocupam toda a extensão da via				0020
2) Em parque de estacionamento	Em frente aos lotes 44 e 48	Calçada de calcário e lancil em calcário			
3) Indevido (sobre o passeio)	Cerca de 4				
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	3 Pontos (apenas de um lado)		Médio	Insuficiente	
<b>OBS.:</b>					





0021

0022

0023

0024



0025

0026


0027



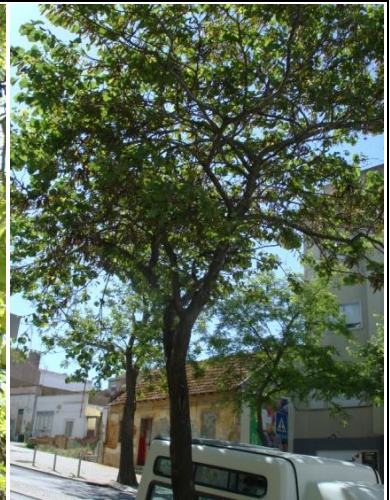
0028

0029

0030

Espaços sobranes	Tipo de apropriação	Foto.
E2.1	Este espaço é aproveitado como área de estacionamento e é também apropriado por famílias de ciganos existindo varias estruturas abarracadas. Existem também algumas estruturas em alvenaria. É uma área completamente abandonada, com vegetação herbácea cobrindo grande parte da área, tornando-se imperceptível a topografia do local em toda a sua dimensão, existem também algumas oliveiras e canas (vegetação características de áreas degradadas) no espaço.	0031 0032 0033 0034
E2.2	Este espaço surge na continuação do anterior embora seja "interrompida" essa continuação pelas construções existentes no local, este espaço é ocupado como área de estacionamento e tem acesso às traseiras dos prédios e também à estruturas abarracadas existentes no local.  Os dois espaços (E2.1 e 2.2) inserem-se no mesmo espaço sobranes.	0035 0036
		
0031	0032	0033
		
0034	0035	0036

<b>Áreas plantadas</b>		
<b>Localização</b>	<b>Descrição</b>	
Avenida Jaime Cortesão	Existe uma área que poderia ser ajardinada, tem a forma de um grande canteira e encontra-se paralelo a um alinhamento de moradias de pequenas dimensões e algumas dela em mau estado de conservação, este espaço encontra-se um pouco degradado.	
<b>Vegetação</b>		
<b>Tipo/Ocupação</b>	<b>Localização</b>	<b>Descrição (espécie, compasso de plantação, etc...)</b>
Alinhamento	Avenida Jaime Cortesão	<i>Tipuna tipu</i> – 21 exemplares (total de ambos os lados da avenida), apresentam um médio e grande porte. Com um compasso de plantação de 7 metros.
		<i>Cercis siliquastrum</i> - 12 exemplares (apenas de um lado), estas árvores têm um porte inferior às tipuanas, e aparecem em conjuntos alternados com as tipuanas também com um compasso de plantação entre cada exemplar de 7 metros.
	Rua Moinho do Frade (estacionamento do Pingo Doce)	<i>Jacarandá mimosifolia</i> – 4 exemplares, este alinhamento fornece alguma sombra e delimita a área de estacionamento.



0037	0038	0039	0040
------	------	------	------



0041	0042	0045
------	------	------

<b>ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO</b>	
<b>Considera que:</b>	<b>Porquê?</b>
Existem espaços aprazíveis?	Dada a existência de uma avenida arborizada (Avenida Jaime Cortesão), as dimensões dos seus passeios e os pontos de atravessamento existentes, considera-se que este é um espaço aprazível na área em estudo.
Espaços seguros?	É notória a diferença da sensação de segurança entre a Avenida e as outras ruas na área em estudo, sendo que, considera-se que a avenida transmite alguma segurança aos utilizadores do espaço. Contudo segundo informações prestadas por pessoas que habitam nesta zona, e que passam frequentemente nela, não consideram que esta seja segura devido aos assaltos que ocorrem diariamente.

<b>ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO – QUESTÕES COLOCADAS AOS TRANSEUNTES</b>		(cerca de 5 participações)
<b>Considera que:</b>	<b>Porquê?</b>	
Existem espaços aprazíveis?	Gostam da Avenida Jaime Cortesão mas alguns referem as habitações degradadas como marcos que "sujam" o espaço.	
Espaços seguros?	Alguns moradores dizem que se sentem cada vez menos seguros nesta área, devido ao crescente número de assaltos ocorridos na área.	
O que gostariam de ver no espaço?	Mais uma vez voltam a mencionar a falta de um parque infantil.	



MOBILIÁRIO URBANO					
1) Iluminação	11 Pontos de luz		A oeste do entroncamento a iluminação encontra-se em <b>Mau estado de conservação</b> e é muito antiga, a este já existem novas luminárias em <b>Bom estado de conservação.</b>	Muito antiga e degradada fixada às fachadas.	0008 0009
2) Caldeiras	4 Em blocos de granito de forma circular (sendo que numa não existe qualquer árvore)		Bom		

**OBS.:**

- Passeio com dimensão insuficiente para a passagem confortável do peão, tal situação devesse também à proximidade com as áreas de estacionamento.
- É uma rua de difícil acesso devido ao aproveitamento de todos os espaços livres para estacionamento.

0010



0001



0002



0003



0004



0005



0006



0007






0008










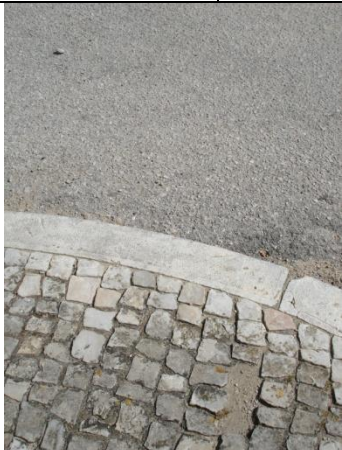


0009







0010

Rua Alfredo Lima (para a análise desta rua subdividiu-se esta em 3 zonas distintas)					0011
<b>ZONA1</b>					0012
<b>USO:</b> Pedonal e Viário	<b>DIMENSÕES</b> (largura m)	<b>PAVIMENTOS</b>	<b>ESTADO CONSERVAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	
Com passeio (desnívelado)	Entre 2 e 3m (área acessível)	Calçada calcário com lancil em calcário	Médio (existem algumas zonas sem pavimento ao longo do passeio, tal deve-se ao estacionamento indevido sobre o passeio)	Do lado direito só existe passeio junto a estacionamento a passagem é interrompida por um acesso a uma moradia. Do lado esquerdo o passeio tem as dimensões adequadas à passagem do peão.	0013 0014
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6.60 – 5.17m	Betuminoso	Mau	A via culmina num ponto de difícil acesso dado o desnível existente	0015
<b>ESTACIONAMENTO</b>					
1) Em área de estacionamento próprio	Existe uma pequena área de estacionamento em betuminoso – insuficiente para as necessidades daquela área.				0016
2) Indevido sobre o passeio	Ocupam toda a extensão do passeio				
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	2 Pontos		Bom		0017
<b>OBS.:</b>					
- Esta rua é também marcada pela existência de pequenos espaços vazios, desaproveitados e em muito mau estado que contribuem em muito para a imagem degradada desta rua.					0018 0019
					
0011		0012		0013	
					
0014	0015	0016	0017		
					
0018	0019				

<b>ZONA2</b>					0020 0021 0022
<b>USO:</b> Pedonal e Viário	<b>DIMENSÕES</b> (largura m)	<b>PAVIMENTOS</b>	<b>ESTADO CONSERVAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>	
<b>Sem passeio</b>					
<b>N.º de sentidos viários:</b> 2					
<b>Via</b>	8 – 6.80m (onde inicia a R. F. Nascimento)	Sem pavimento	Mau	Rua em terra batida, muito degradada	0023
<b>ESTACIONAMENTO</b>	Ao longo da rua junto às habitações				
<b>MOBILIÁRIO URBANO</b>					
<b>1) Iluminação</b>	4 Pontos		Médio		0024
<b>OBS.:</b>					
- Existe um grande desnível no acesso à zona 1.					0025
- A rua culmina num acesso ao espaço sobrance existente na área, é possível a passagem no local, mas não existe qualquer acesso devidamente marcado.					
					
0020	0021	0022	0023		
					
0024	0025				

ZONA3					0026
USO: Pedonal e Viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	0027
Com passeio (desnívelado de ambos os lados)	Do lado esquerdo o passeio tem em média 2.40m de largura do lado direito tem 1.50 de largura	Calçada de calcário, lancil em calcário	Bom	Do lado esquerdo o passeio termina abruptamente onde termina o lote n.º1	
N.º de sentidos viários: 2					
Via	4.80	Betuminoso	Médio		
ESTACIONAMENTO					
1) Em área de estacionamento		Betuminoso	Bom		0028 0026
2) Indevido sobre o passeio					0029
MOBILIÁRIO URBANO					
1) Iluminação	2 pontos (postes)		Bom	Iluminação insuficiente	
					
0026	0027	0028		0029	

Travessa de Beneficência					0030
USO: Pedonal e Viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	0031
Com passeio (desnívelado de ambos os lados)	0.80m	Calçada de calcário Lancil em calcário	Bom	Largura insuficiente para a passagem do peão	0031
N.º de sentidos viários: 2					
Via	4m	Betuminoso	Médio		0032
ESTACIONAMENTO:	Pontualmente (média de 2 viaturas) alinhadas com a via				
MOBILIÁRIO URBANO:					
1) Iluminação	2 Pontos de luz		Médio	Suficiente dada a extensão da rua.	0033
<b>OBS.:</b>					
- Apesar de o conjunto dos pavimentos se encontrar em médio estado de conservação, os espaço sobranete existente e as construções em ruínas, contribuem de forma negativa para a imagem da rua, acabando até por a degradar um pouco na "entrada" para esse espaço.					0034 0035
- Passeio com largura insuficiente para a passagem do peão, e com desnível.					
					
0030	0031	0032		0033	



0034 0035

Rua Campos Rodrigues (informação na ficha Zona 2)

Rua Moinho do Frade (informação na ficha Zona 1)

Espaços sobrantes	Tipo de apropriação	Foto.
E2	<p>Este espaço é delimitado pelas ruas Moinho do Frade, Campos Rodrigues e Alfredo Lima            Do lado norte é delimitado por um conjunto de estruturas/anexos alinhados junto aos quais poderia passar uma rua de acesso à rua Alfredo Lima.            Ocupado como área de estacionamento, por estruturas abarracadas, algumas delas em alvenaria.</p>	0036 0037 0038 0039 0040 0041 0042 0043



0036 0037 0038



0039 0040 0041



0042

0043

Vegetação – árvores			
Tipo/Ocupação	Localização	Descrição (espécie, compasso de plantação, etc...)	
Alinhamento	Rua General Gomes Freire	<i>Tilia tomentosa</i> – 3 exemplares alinhados em frente ao edifício Torres S. Bernardo	0044 0045
Pontualmente	Espaço sobrance E2 (Rua Moinho do Frade, C. Rodrigues A. Lima)	<i>Olea europea</i> – os exemplares seurgem de forma aleatória no espaço	0046



0044



0045



0046

Pontos de conflito	Tipo/Descrição	Não correspondem às normas de acessibilidade	Foto.
Rua Alfredo Lima	Esta rua é de muito difícil acesso, dado o declive apresentado que poderá servir de barreira, esta até apresenta a forma de beco, já que muito dificilmente estabelece ligação com a rua perpendicular a esta (com o mesmo nome). É também considerada como ponto de conflito dada a falta de segurança que se estabelece no local dada a sua estrutura.  Na rua perpendicular a esta também existe um outro ponto de conflito, isto porque o acesso feito ao espaço sobrance existente, não é legível, nem seguro.		0047 0048
Rua General Gomes Freire	Ao longo da rua assistiram-se a situações de conflito peão/automóvel		



0047



0048

<b>ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO</b>	
<b>Considera que:</b>	<b>Porquê?</b>
Existem espaços aprazíveis?	Não existe qualquer espaço aprazível, muito pelo contrário.
Espaços seguros?	Este espaço não apresenta qualquer tipo de segurança, tanto pela existência de ruas muito estreitas com saídas/entradas também elas muito estreitas, sem que seja possível ter uma legibilidade ampla sobre o espaço, e também devido á existência ou à inexistência de iluminação suficiente. Esta é uma área também ela muito marcada por habitações muito degradadas e ate mesmo em ruínas.

<b>ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO - QUESTÕES COLOCADAS AOS TRANSEUNTES</b>		(cerca de 7 participações)
<b>Considera que:</b>	<b>Porquê?</b>	
Existem espaços aprazíveis?	Não existe nenhum espaço aprazível.	
Espaços seguros?	Este espaço não apresenta qualquer tipo de segurança, e ainda reclamam com a falta de policiamento no local dado o número de assaltos corridos diariamente.	
O que gostariam de ver no espaço?	As resposta nesta área volta –se a repetir tal como nas anteriores, consideram que faltam áreas verdes, com sombra e mobiliário urbano (bancos).	



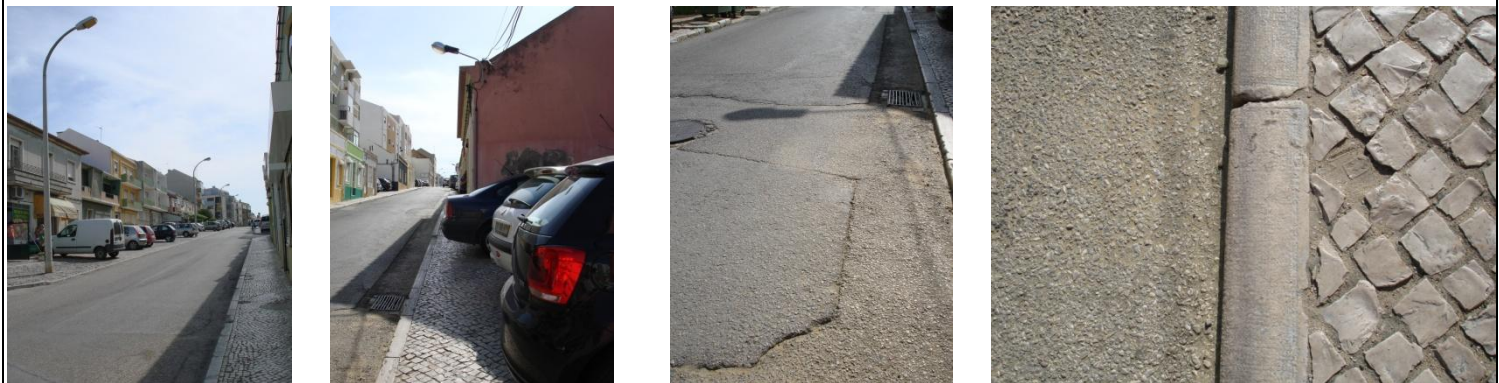
		calçada de calcário.			
	<b>C</b>	Calçada de calcário e lancil em calcário. Passeio com desnível.		Passeio muito largo, usado como área de estacionamento. Não tem qualquer conflito peão/automóvel.	<b>0010</b>
	<b>E</b>	Calçada de calcário e lancil em calcário.			<b>0011</b> <b>0012</b>
	<b>F</b>	área ocupada como estacionamento devido à largura do passeio.			<b>0013</b>
<b>2) Indevido sobre os passeios</b>		Dada a largura dos passeios, todos os que não têm qualquer tipo de barreira ao estacionamento (ex. floreiras) encontram-se ocupados.			<b>0014</b> <b>0015</b>
<b>3) Junto à via</b>		Existe algum estacionamento junto à via (situação pontual)			<b>0016</b>

**MOBILIÁRIO URBANO**

<b>1) Iluminação</b>	4 Pontos fixados às fachadas 4 Postes (8 pontos de luz no total)		Os pontos fixados estão em <b>médio</b> estado de conservação Os postes encontram-se me <b>bom</b> estado de conservação.	Os elementos fixados nas fachadas são muito antigos.	<b>0017</b> <b>0018</b>
<b>2) Esplanadas</b>	2 Estruturas amovíveis		Bom		<b>0019</b> <b>0020</b>

**OBS.:**

Passadeiras. As que existem ainda não correspondem às normas da lei da Mobilidade.



0001                      0002                      0003                      0004



0005                      0006                      0007                      0008



0009

0010

0011



0012

0013

0014

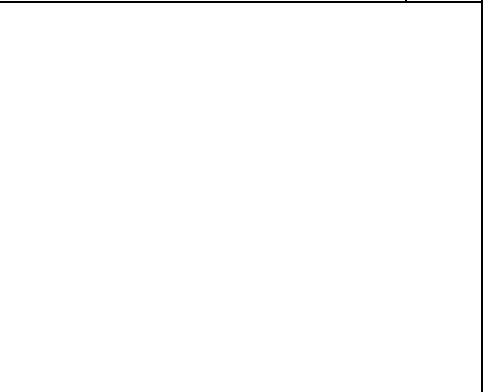


0015

0016

0017

0018



0019

0020

Rua Capitão José Pacheco					0021
USO: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
Com passeio (desnivelado de ambos os lados)	Do lado esq.: 3m Do lado direito: 1.5m	Calçada de calcário Lancil em betão	Médio	Ao fim da rua existem casas um pouco degradadas consequentemente o pavimento aí existente no passeio encontra-se também degradado.	0022 0023
N.º de sentidos viários: 2					
Via	5.60m	Betuminoso	Médio		0024
<b>ESTACIONAMENTO:</b>					
1) Em área de estacionamento	Em frente aos edifícios n.º8 e 6 (cerca de 11lugares)				0025 0026
2) Indevido sobre o passeio	Média de 3 viaturas				0027
<b>MOBILIÁRIO URBANO:</b>					
1) Iluminação	2 Pontos		Bom	Iluminação insuficiente para o local.	0028
<b>OBS.:</b>					
- No fim da rua (perpendicular à rua Biscaya da Silva) existem alguns problemas, como pavimentos degradados, com materiais diferentes dos utilizados na restante rua e descontinuidade do passeio.					0029 0030 0031 0032



0021	0022	0023	0024	
0025	0026	0027		



0028      0029      0030      0031      0032

**Rua Biscaya da Silva**

Uso: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio (desnívelado)	3m	Calçada de calcário e lancil em calcário	Bom	O passeio que se encontra em frente às construções abarracadas encontra-se por pavimentar e lancil em calcário. Contudo tem largura suficiente para a passagem local (aprox. 3m)	0033 0034
N.º de sentidos viários: 2					
Via	5.45m	Betuminoso	Médio		

**Estacionamento** Pontualmente sobre o passeio

**Mobiliário urbano:**

1) Iluminação	2 pontos de iluminação (2 postes)		Bom	
---------------	-----------------------------------	--	-----	--

**OBS.:**

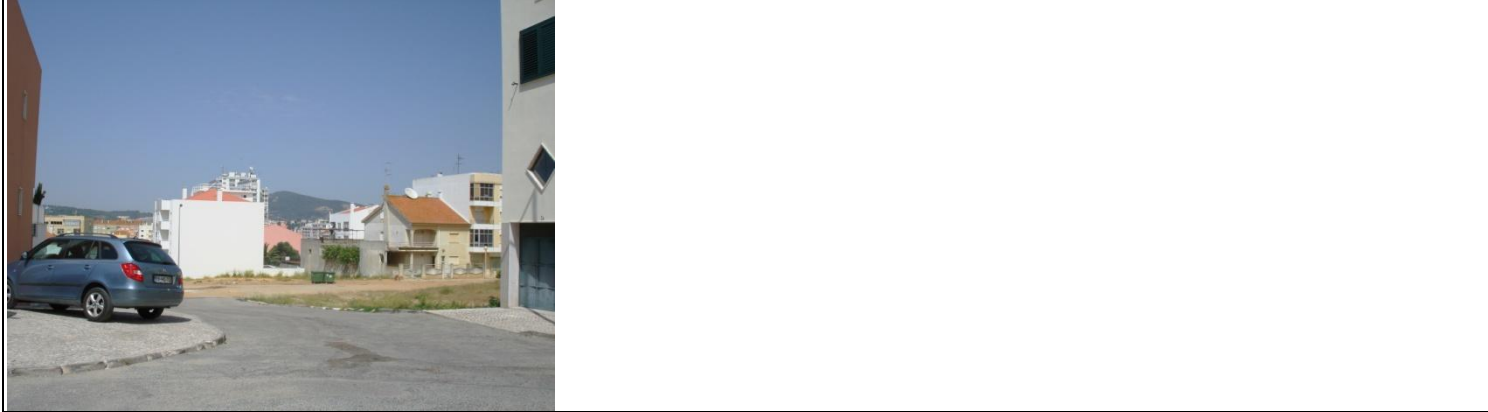
- Esta é uma rua muito degradada, as estruturas abarracadas não se encontram inseridas num limite, ocupando a faixa de passeio, que por sua vez não se encontra devidamente pavimentado.
- O acesso à rua Campos Rodrigues, encontra-se também muito degradado.
- Não existe o prolongamento da via, esta termina sem qualquer tipo de marcação que o indique o seu fim.

0035  
0034  
0036




0033      0034      0035

**Rua Biscaya da Silva**



0036

Rua de D. Ana e Castro Osório					0037
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio (desnívelado de ambos os lados)	5m (do lado esquerdo) O passeio do lado direito não tem limite definido.	Calçada de calcário Lancil em calcário (pavimento apenas do lado esquerdo da secção em estudo)	Médio		
N.º DE SENTIDOS VIÁRIOS: 2					
Via	4.95	Betuminoso	Mau		
ESTACIONAMENTO					
MOBILIÁRIO URBANO:					
1) Iluminação	2 Pontos (na secção em estudo)		Bom		0038
					
0037	0038				

Rua Campos Rodrigues					0040 0041 0042
USO: Pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	
Com passeio	1,60 (ambos os lados)	Calçada de calcário, lancil em betão do lado esquerdo e em calcário do lado direito	Médio	No acesso ao parque de estacionamento não existem passeios.	
N.º de sentidos viários: 2					
Via	6m 4m – 5m (no acesso ao estacionamento)	Betuminoso	Médio		
ESTACIONAMENTO:					
1) Em parque/área de estacionamento	Parque de estacionamento Para uma ocupação de cerca de 50 viaturas.	- Betuminoso na via - Asfalto nos lugares de estacionamento - Ilhas e passeios cubos e lancis em betão.	Médio	Este espaço encontra-se sujo e um pouco degradado  Tem como iluminação dois postes com 2 pontos de luz cada.  Sobre a ilha de estacionamento existem duas árvores ( <i>ficus rubiginosa</i> ) de pequeno porte e com um compasso de plantação de cerca de 6m)	0043 0044 0045 0046
MOBILIÁRIO URBANO:					
1) Iluminação	2 Pontos (para além da iluminação existente no parque de estacionamento)		Médio		0047
OBS.:					
- A rua encontra-se adequada aos usos nela praticados, apesar de o pavimento se encontrar um pouco degradado, algumas zonas necessitam de ser repavimentadas.					



0040 0041 0042 0043



0044 0045 0046 0047

**Rua Gomes Cardin** 0048  
0049

**USO:** encontra-se ainda em obra (apenas é possível o uso pedonal e o único pavimento existente é em terra batida)

**Passeio** -----

**N.º de sentidos viários:** -----

**MOBILIÁRIO URBANO:**

1) Iluminação	2 Pontos (são utilizadas estruturas diferentes)	Estado de Conservação: Bom
---------------	---	----------------------------

**OBS.:**

Esta rua atravessa o espaço sobrance E3.



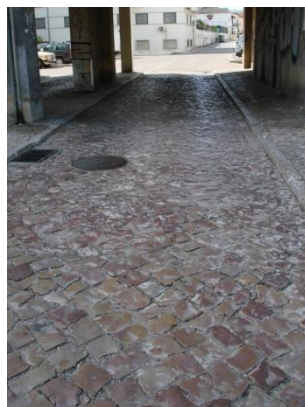
0048 0049

Rua João Vaz					0050 0051 0052 0053
USO: pedonal e viário	DIMENSÕES (largura m)	PAVIMENTOS	ESTADO CONSERVAÇÃO	CARACTERISTICAS	
Com passeio (desnívelado de ambos os lados)	1,20m (do lado do espaço vazio) 5m (lado direito)	Calçada de calcário Lancel em calcário	Médio		0054 0055
N.º de sentidos viários: 2					
Via		Betuminoso	Médio		
ESTACIONAMENTO:	Alinhado com via (poucos veículos)				0056
MOBILIÁRIO URBANO:					
1) Iluminação	6 Pontos		Bom	Não é utilizado o mesmo tipo de iluminação em toda a sua extensão.	
OBS.:					
- O espaço envolvente ao novo prédio que foi construído, não foi devidamente tratado, impedindo a continuação da rua que permitiria o acesso á rua Gomes Cardin					0058



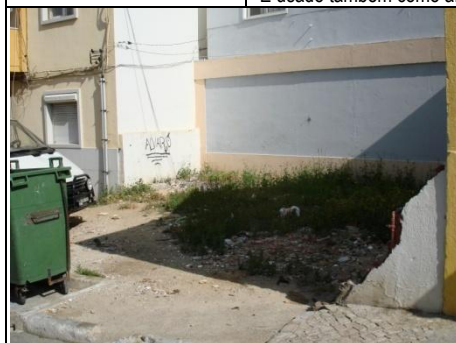
0050	0051	0052	0053	
0054	0055	0056	0058	

Espaços de circulação - Túnel – Rua do Bairro Afonso Costa				
Pavimentos	Foto.	Encontra-se adequado às exigências?	Características	Foto.
Cubos de basalto vermelho nas vias de passagem Passeios em calçada de calcário e lancis em calcário	0061 0062	Encontra-se perfeitamente adequado, serve tanto as necessidades do peão como dos automobilistas.	Largura: Estado de Conservação: Bom	0059 0060

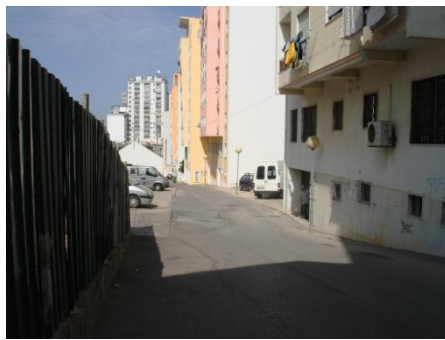


0059	0060	0061	0062	
------	------	------	------	--

Espaços sobrant	Tipo de apropriação	Foto.
E4 – Rua do Bairro Afonso costa	Espaço de muito pequenas dimensões, desaproveitado nas traseiras de um prédio. Não tem qualquer tipo de ocupação.	0063 0064
E5 – Rua do Bairro Afonso Costa	Espaço apropriado como área de estacionamento e estabelece ligação com as ruas Abel Salazar e António Ribeiro Sanchez. Este espaço encontra-se em terra batida, e não transmite qualquer sensação de segurança.	0065 0066 0067 0068
E6 – entre as ruas: Bairro Afonso Costa, José Pacheco e Biscaya da Silva	Espaço de grandes dimensões, é o espaço central desta área de estudo. Nas entradas para este espaço junto á rua do Bairro afonso Costa, este espaço é usado como área de estacionamento, sendo que a restante área é desaproveitada. A rua Gomes Cardin, atravessa a área na totalidade e encontra-se em construção.	0069 0070
E7 – Rua Capitão José Pacheco	Espaço desaproveitado entre dois edifícios.	0071
E8 – Rua de D. Ana de Castro Osório	Espaço desaproveitado, inserido entre duas habitações que culmina num amontoado de estruturas abarracas, que por sua vez estabelecem ligação com o espaço sobrance E6. É usado também como área de estacionamento.	0072



0063	0064	0065	
------	------	------	--



0066	0067	0068	
------	------	------	--



0069





0070




0071



0071

Vegetação - árvores	Tipo/Descrição (dimensões, etc.)		Foto.
Rua Frederico Nascimento	<p data-bbox="402 1294 837 1326"><b>Árvore isolada</b></p> <p data-bbox="402 1326 837 1355">Encontra-se junto à Escola Bairro da Conceição</p>	<p data-bbox="837 1294 1481 1355">Espécie: <i>Tilia cordata</i> (apresenta grande porte e encontra-se em bom estado)</p>	<p data-bbox="1481 1294 1562 1326">0072</p> <p data-bbox="1481 1326 1562 1355">0073</p>
			
<p data-bbox="55 1803 116 1836">0072</p>	<p data-bbox="438 1803 499 1836">0073</p>		

Pontos de conflito	Tipo/Descrição	Não correspondem às normas de acessibilidade	Foto.
Rua do Bairro Afonso Costa	Apesar da existência de passeio, as dimensões do estacionamento impedem a passagem neste local tornando-se este num <b>ponto de conflito</b> (peão/automóvel)	Não corresponde, porque não permite a correta passagem do peão.	<b>0074</b>
			
0074			

ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO		
Considera que:	Porquê?	
Existem espaços agradáveis?	Não existe qualquer espaço agradável, contudo destaca-se a o espaço situado na rua Abel Salazar (estacionamento) porque é o único espaço com vegetação e sombra.	
Espacos seguros?	Nenhuma pessoa respondeu de forma positiva a esta pergunta. A sensação tida no local também vai ao encontro da resposta dos transeuntes, com a existência de muitos espaço confinados e ruas sem legibilidade.	

ANÁLISE SENSORIAL DO ESPAÇO – QUESTÕES COLOCADAS AOS TRANSEUNTES		(cerca de 11 participações)
Considera que:	Porquê?	
Existem espaços agradáveis?	Algumas pessoas referiram a Rua Abel Salazar (estacionamento) porque é o único espaço com vegetação e sombra.	
Espacos seguros?	Nenhuma pessoa respondeu de forma positiva a esta pergunta.	
O que gostaria de ver no espaço?	Mais uma vez a população refere que gostariam de ver áreas de sombra e vegetação.	

## PARÂMETROS URBANÍSTICOS GERAIS

Lotes Propostos	Área do lote (m2)	Área de implantação o abaixo da c_s (m2)	Área de implantação o acima da c_s (m2)	N.º de pisos acima da c_s	N.º de pisos abaixo da c_s	N.º de pisos total	N.º de fogos	STP Total (m2)	STP (sem caves incluídas)	Estacionam. Interior do lote			Usos	STP comércio
										Lugares habitação	Lugares comércio	N.ºtotal lugares		
L1	576,72	576,72	418,32	4	1	5	17	2250	1673,29	17	0	17	Habitação	
L2	126,57	126,57	111,37	4	1	5	4	572,05	445,48	4	0	4	Habitação	
L6	287,44	287,44	287,44	3	1	4	6	1149,76	862,32	6	0	6	Habitação	
L7	180,00	180,00	180,00	4	1	5	4	900,00	720,00	4	0	4	Habitação/ Comércio	164,92
L8	197,99	197,99	197,99	4	1	5	5	989,95	791,96	5	0	5	Habitação	
L9	259,53	259,53	259,53	3	1	4	6	1138,12	778,59	6	0	6	Habitação	
L10	259,55	259,55	259,55	3	1	4	6	1038,2	778,67	6	0	6	Habitação	
L11	259,44	259,44	259,44	3	1	4	6	1037,76	778,32	6	0	6	Habitação	
L12	227,95	227,95	227,95	3	1	4	6	911,8	638,85	6	0	6	Habitação	
L13	215,88	215,88	215,88	3	1	4	6	859,52	643,64	6	0	6	Habitação	
L14	215,88	215,88	215,88	3	1	4	6	859,52	643,64	6	0	6	Habitação	
L15	215,88	215,88	215,88	3	1	4	6	859,52	643,64	6	0	6	Habitação	
L16	215,88	215,88	215,88	3	1	4	6	859,52	643,64	6	0	6	Habitação	
L17	97,07	_____	97,07	2	0	2	2	291,21	291,21	_____	_____	_____	Habitação	
L18	215,89	215,89	215,89	4	1	5	6	1079,45	863,56	6	0	6	Habitação	
L19	253,69	253,69	136,41	4	1	5	4	799,33	545,64	8	0	8	Habitação*	
L20	247,75	247,75	131,54	4	1	5	4	773,91	526,16	8	0	8	Habitação*	
L21	218,45	218,45	218,45	4	1	5	6	1092,25	873,8	6	0	6	Habitação	
L22	445,12	283,73	283,73	4	1	5	8	1418,65	1134,92	8	0	8	Habitação*	
L23	219,41	126,46	126,46	4	1	5	4	632,3	505,84	4	0	4	Habitação*	
L24	307,97	161,68	161,68	4	1	5	4	808,4	646,72	4	0	4	Habitação*	
L25	568,25	463,76	463,76	4	1	5	12	2318,8	1855,04	12	0	12	Habitação	
L26	314,71	314,71	314,71	2	1	3	4	944,13	635,42	8	0	8	Habitação	
L27	334,08	334,08	334,08	2	1	3	4	1002,24	668,16	8	0	8	Habitação	
L28	625,26	365,54	365,54	2	1	3	4	1462,16	731,08	8	0	8	Habitação*	
L29	310,90	310,90	207,81	4	1	5	8	1142,14	831,24	8	0	8	Habitação*	
L30	329,45	329,45	207,87	4	1	5	8	1160,43	831,48	8	0	8	Habitação*	

L31	183,34	183,34	183,34	4	1	5	6	916,7	733,36	6	0	6	Habitação/ Comércio	183,34
L32	204,09	204,09	204,09	4	1	5	6	1020,45	816,36	6	0	6	Habitação	
L33	350,87	350,87	350,87	3	1	4	5	1403,48	1052,61	6	0	6	Habitação/ Comércio	175,44
L34	316,65	316,65	316,65	3	1	4	7	1266,6	949,95	7	0	7	Habitação	
L35	316,66	316,66	316,66	3	1	4	8	1266,64	949,98	8	0	8	Habitação	
L36	313,29	313,29	313,29	3	1	4	7	1253,16	939,87	7	0	7	Habitação	
L37	324,31	_____	324,31	1	0	1	3	324,31	324,31	3	0	3	Habitação	
L38	248,77	248,77	248,77	2	1	3	2	746,31	497,54	2	0	2	Habitação/ Comércio	248,77
L39	351,62	351,62	351,62	2	1	3	3	1054,86	703,24	3	0	3	Habitação/ Comércio	351,62
L40	223,12	_____	223,12	1	0	1	2	223,12	223,12	2	0	2	Habitação	
L41	118,39	_____	118,39	1	0	1	1	118,39	118,39	1	0	1	Habitação	
L42	117,91	_____	117,91	2	0	2	2	235,82	235,82	2	0	2	Habitação	
L43	254,26	254,26	254,26	2	1	2	5	762,78	508,52	5	0	5	Habitação	
L44	338,33	338,33	338,33	2	1	3	6	1014,99	676,66	6	0	6	Habitação	
L45	347,43	347,43	347,43	2	1	3	6	1042,29	694,86	6	0	6	Habitação	
L46	283,80	283,80	283,80	2	1	3	5	851,4	567,6	5	0	5	Habitação	
L47	65,38	_____	65,38	2	0	2	1	130,76	130,76	1	0	1	Habitação	
L48	348	_____	348	2	1	3	7	696	696	7	0	7	Habitação	
L49	248,63	_____	248,63	2	1	3	4	497,26	497,26	4	0	4	Habitação	
L50	283,97	283,97	283,97	2	1	3	6	851,91	154,26	6	0	6	Habitação	
L51	154,26	_____	154,26	1	0	1	1	154,26	154,26	1	0	1	Habitação	
<b>Total</b>	<b>12.860,26</b>	<b>10.657,88</b>	<b>11.723,19</b>	<b>137</b>	<b>41</b>	<b>177</b>	<b>255</b>	<b>44.182,61</b>	<b>31.971,62</b>	<b>274</b>	<b>0</b>	<b>274</b>		<b>1124,09</b>

(\*) Edificado com logradouro incluído

Lotes com piso recuado

Para os espaços de comércio não foram calculados os lugares de estacionamento no interior dos lotes, visto que os espaços de comércio/serviços propostos destinam-se unicamente ao comércio de pequenas dimensões.

Lotes Existentes	Área do lote (m2)	Área de implantação o abaixo da c_s(m2)	Área de implantação acima da c_s (m2)	N.º de pisos acima da c_s	N.º de pisos abaixo da c_s	N.º de pisos total	N.º de fogos	STP Total (m2)	STP (sem cave incluídas)	Estacionam. Interior do lote			Usos
										Lugares habitação	Lugares comércio	N.º total lugares	
C1	673,49	_____	673,49	5	0	5	17	<b>1963,15</b>	1963,15				Habitação/ Comércio
C2	418,22	_____	272,55	5	0	5	10	<b>1362,75</b>	1362,75				Habitação/ Comércio
C3	621,55	415,19	415,19	4	1	5	12	<b>2075,95</b>	1660,76				Habitação/ Comércio
C4	239,19	_____	239,19	4	0	4	9	<b>956,74</b>	956,74				Habitação/ Comércio
C5	322,17	_____	322,17	4	0	4	9	<b>1288,68</b>	1288,68				Habitação/ Comércio
C6	265,01	265,01	265,01	4	1	5	8	<b>1325,06</b>	1060,04				Habitação
C7	183,41	_____	183,41	4	0	4	8	<b>733,64</b>	733,64				Habitação
C8	184,78	_____	184,78	4	0	0	8	<b>739,12</b>	739,12				Habitação
C19	199,01	199,01	199,01	4	1	5	8	<b>995,04</b>	796,03				Habitação
C10	128,78	128,78	128,78	4	1	5	3	<b>643,90</b>	515,12				Habitação/ Serviços
C11	226,26	184,68	184,68	4	1	5	8	<b>923,41</b>	738,72				Habitação
C12	228,79	_____	127,85	3	0	3	6	<b>383,54</b>	383,54				Habitação
C13	229,04	_____	128,76	3	0	3	6	<b>386,28</b>	386,28				Habitação
C14	219,69	_____	126,11	3	0	3	6	<b>378,33</b>	378,33				Habitação
C15	219,17	_____	187,13	5	0	5	10	<b>935,65</b>	935,65				Habitação
C16	249,04	_____	249,4	4	0	4	8	<b>997,6</b>	997,6				Habitação
C17	405,86	_____	405,86	4	0	4	10	<b>1623,44</b>	1623,44				Habitação
C18	154,94	_____	77,48 (2º piso) 101,3 (R/C)	2	0	2	1	<b>178,78</b>	178,78				Habitação/ Comércio
C19	148,01	_____	149,01	4	0	4	4	<b>596,04</b>	596,04				Habitação
C20	209,42	_____	142,54	3	0	3	6	<b>427,62</b>	427,62				Habitação
C21	240,29	_____	130,58	4	0	4	6	<b>522,32</b>	522,32				Habitação/ Comércio
C22	202,01	_____	144,37	4	0	4	6	<b>577,48</b>	577,48				Habitação/ Comércio
C23	288,22	_____	256,40	4	0	4	11	<b>1025,6</b>	1025,6				Habitação/ Comércio/ Serviços
C24	288,95	_____	159,99	4	0	4	7	<b>639,96</b>	639,96				Habitação/ Comércio
C25	248,96	_____	177,08	4	0	4	8	<b>708,32</b>	708,32				Habitação/

										Comércio
C26	452,18		230,18	4	0	4	8	920,72	920,72	Habitação
C27	459,64		227,84	4	0	4	8	911,36	911,36	Habitação
C28	304,95		279,06	4	0	4	8	1116,24	1116,24	Habitação
C29	227,65		174,85	4	0	4	14	699,4	699,4	Habitação
C30	368,79	312,03	312,03	2	1	3	4	936,09	624,06	Habitação
C31	395,0	395,0	293,22	2	1	3	4	921,44	526,44	Habitação
C32	510,25		299,9537	3	0	3	9	899,86	899,86	Habitação
C33	92,59		68,50(R/C) 37,17 (2ºpisso)	2	0	2	1	105,67	105,67	Habitação
C34	103,75		77,13 (R/C) 37,93 (2ºpisso)	2	0	2	1	115,06	115,06	Habitação
C35	215,14		72,29	2	0	2	1	239,91	239,91	Habitação
C36	393,27		253,30	4	0	4	8	1013,2	1013,2	Habitação
C37			328,67	4	1	5	11	1643,36	1314,68	Habitação
C38	309,73		140,99	2	0	2	4	281,98	281,98	Habitação
C39	201,67		81,75	2	0	2	1	163,5	163,5	Habitação
C40	191,83		47,61	2	0	2	1	95,22	95,22	Habitação
C41	98,85		98,85	1	0	1	0	98,85	98,85	Comércio
C42	104,39		104,3892	1	0	1	0	104,39	104,39	Comércio
C43	183,98		100,2810	1	0	1	1	100,28	100,28	Habitação
C44	43,25		43,2459	2	0	2	1	86,49	86,49	Habitação
C45	96,32		35,42551	1	0	1	1	35,43	35,43	Habitação
C46	155,54		78,2536	2	0	2	1	156,51	156,51	Habitação
C47	151,05		78,1502	1	0	1	1	78,15	78,15	Habitação
C48	105,05		38,3115	1	0	1	1	38,31	38,31	Habitação
C49	98,69		38,0198	1	0	1	1	38,02	38,02	Habitação
C50	170,73		94,3253	1	0	1	2	94,02	94,02	Habitação
C51	265,09		188,21	2	0	2	2	376,42	376,42	Habitação
<b>Total</b>	<b>12.493,64</b>	<b>1899,7</b>	<b>9092,55</b>	<b>154</b>	<b>8</b>	<b>158</b>	<b>289</b>	<b>33.658,28</b>	<b>31.429,88</b>	

<b>Equipamento de utilização coletiva</b>	<b>L5</b>	<b>L4</b>	
	Área (m2)		
Área do lote (m2)	757,19	413,94	
Área de implantação do lote (m2)	757,19	413,94	
Área de construção edifício (acima da cota_soleira)	2271,57	1655,76	
Área de construção total (m2)	<b>3029,47</b>	<b>2069,7</b>	
N.º de pisos acima da c_s	3	3	
N.º de pisos abaixo da c_s	1	1	
<b>Estacionamento Interior do lote (2 lug/100 m2 A.C.)</b>	N.º de lugares assegurados	25	13
	N.º de lugares a cumprir	15	8
	Área afeta ao estacionamento no lote	757,19	413,94
<b>Área total Equipamentos de Utilização Coletiva (EUC)</b>		<b>5099,17</b>	

<b>STP Total (m2)</b>	<b>77.840,89</b>
lub máximo	1,5
lub total da área	<b>1,18</b>
ATT (Área total do terreno)	<b>66.125,13</b>
<b>(lub -Índice de utilização bruto)</b>	

#### QUADRO DE CEDENCIAS (art.º 129 do Regulamento do PDM)

	<b>Espaços Verdes e de Utilização Coletiva (m2)</b>	<b>Equipamentos de utilização coletiva (m2)</b>	
Habituação	5100	12.750	
Comércio/Serviços	281,02	281,02	
<b>Total</b>	<b>5381,02</b>	<b>13.031,02</b>	
<b>(As áreas de cedência foram calculadas com base na STP e n.º de fogos dos edifícios propostos pelo plano (art.º 129º do regulamento do PDM))</b>			
<b>ÁREA CONCRETIZADA PARA CEDENCIAS</b>			
	<b>Espaços Verdes e de Utilização Coletiva (m2)</b>	<b>Equipamentos de utilização coletiva (m2)</b>	<b>Total</b>
6625,36	<b>5099,17</b>		11.724,53

**QUADRO DE INDICES APLICÁVEIS AO ESTUDO**

Área total do terreno (m2)	<b>57.032,51</b>
IU* (Índice de utilização do solo)	0,77
IO* (Índice de ocupação do solo)	0,21

(\*) Índices correspondentes aos edifícios propostos pelo Estudo, excluindo edifícios existentes

**QUADRO DE INDICES APLICÁVEIS AO ESTUDO**

Área total do terreno (m2)	<b>66.125,13</b>
IU* (Índice de utilização do solo)	1,17
IO* (Índice de ocupação do solo)	0,31

(\*) Índices incluindo as áreas correspondentes aos edifícios existentes e edifícios propostos pelo Estudo.

